



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2015-2019

pdi.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2015-2019

Versão homologada pelo Conselho Universitário em 9 de dezembro de 2014.

Correções finalizadas em 27 de abril de 2015.

Catálogo na fonte elaborada na Biblioteca
da Universidade Federal de Santa Catarina

U58p Universidade Federal de Santa Catarina.
Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019
/ Universidade Federal de Santa Catarina. –
Florianópolis : UFSC, 2015.
108 p. : il., grafs., tabs.

Inclui bibliografia

1. Universidade Federal de Santa Catarina –
Planejamento. 2. Planejamento educacional. 3.
Desenvolvimento institucional. I. Título.

CDU: 378.4UFSC

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Reitora

Prof.^a Roselane Neckel

Vice-Reitora

Prof.^a Lucia Helena Martins Pacheco

Chefe de Gabinete da Reitoria

Prof. Carlos Antonio Oliveira Vieira

Pró-Reitor de Administração – PROAD

Bel. Antonio Carlos Montezuma Brito

Pró-Reitor de Extensão – PROEX

Prof. Edison da Rosa

Pró-Reitor de Graduação – PROGRAD

Prof. Julian Borba

Pró-Reitor de Pesquisa – PROPESQ

Prof. Jamil Assereuy Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento – PROPLAN

Prof. Antonio Cezar Bornia

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis – PRAE

Prof.^a Denise Cord

Pró-Reitora de Pós-Graduação – PROPG

Prof.^a Joana Maria Pedro

Secretária de Cultura – SECULT

Prof.^a Zilma Gesser Nunes

Secretária de Gestão de Pessoas – SEGESP

Bel. Elci Terezinha de Souza Junckes

Secretário de Aperfeiçoamento Institucional – SEAI

Prof. Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender

Secretário de Relações Internacionais – SINTER

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho

DIRETORES DE *CAMPI* E CENTROS DE ENSINO

Campus Araranguá

Prof. Paulo Cesar Leite Esteves

Campus Blumenau

Prof. Ubirajara Franco Moreno

Campus Curitiba

Prof. Leocir José Welter

Campus Joinville

Prof.^a Cátia Regina Silva de Carvalho Pinto

Centro de Ciências Agrárias – CCA

Prof. José Carlos Fiad Padilha

Centro de Ciências Biológicas – CCB

Prof.^a Sônia Gonçalves Carobrez

Centro Ciências da Educação – CED

Prof. Nestor Manoel Habkost

Centro de Ciências da Saúde – CCS

Prof. Sérgio Fernando Torres de Freitas

Centro de Ciências Físicas e Matemáticas – CFM

Prof. Valdir Rosa Correia

Centro de Ciências Jurídicas – CCJ

Prof. Luis Carlos Cancellier de Olivo

Centro de Comunicação e Expressão – CCE

Prof. Felício Wessling Margotti

Centro de Desportos – CDS

Prof. Edison Roberto de Souza

Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH

Prof. Paulo Pinheiro Machado

Centro Sócioeconômico – CSE

Prof.^a Elisete Dahmer Pfitscher

Centro Tecnológico – CTC

Prof. Sebastião Roberto Soares

COMISSÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL (PDI)

Alexandre Daniel Scheidt (SINTER)
Anna Cecilia Amaral Petrassi (PROPLAN)
Antonio Cezar Bornia (PROPLAN)
Edison Roberto de Souza (CDS)
Elci Terezinha de Souza Junckes (SEGESP)
Elisete Dahmer Pfitscher (CSE)
Heliete Nunes (PROPESQ)
Jouhanna do Carmo Menezes (discente – pós-graduação)
Leonardo Bruno Pereira de Moraes (discente – graduação)
Lúcia Helena Martins Pacheco (vice-reitora)
Lucia Maria Loch Goes (PROAD)
Marcos Moises Pompilio (PROPG)
Maurício Mello Petrucio (PRAE)
Patrícia Maria Figueredo (PROEX)
Paulo Cesar Leite Esteves (Campus Araranguá)
Rogério Luiz de Souza (PROGRAD)
Rosemar da Silva (SECULT)

COMISSÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUCIONAL (PPI)

Alexandre Fernandez Vaz (Câmara de Pesquisa)
Ana Karolliny Testoni (discente – pós-graduação)
Anna Cecilia Amaral Petrassi (PROPLAN)
Bruno Borges Ramos (discente – graduação)
Joana Maria Pedro (Câmara de Pós-Graduação)
Julian Borba (Câmara de Graduação)
Katheri Maris Zamprogna (discente – pós-graduação)
Paulo Cesar Machado Ferroli (Câmara de Extensão)

SUBSTITUTOS NAS COMISSÕES

André de Carvalho (discente – graduação)
Bruno Locks Floriani (discente – pós-graduação)
Juarez Vieira do Nascimento (Câmara de Pós-Graduação)
Juliana Blau (SEGESP)
Luiz Eduardo Mafra Moraes (discente – graduação)
Mailce Borges Mota Fortkamp (Câmara de Pesquisa)
Maristela Helena Zimmer Bortolini (Câmara de Extensão)

CONSULTORES TÉCNICOS

Hans Michael Van Bellen
Pedro Antônio de Melo

EQUIPE PROPLAN

Anna Cecilia Amaral Petrassi
Antonio Cezar Bornia
Carolina Assis Fernandes Ferreira
Gabriela Mota Zampieri
Izabela Raquel
Lucas Rotta Silva
Manuela Coelho Perez
Mara Beatriz da Silva Oliveira
Marina Carrieri de Souza
Monique Regina Bayestorff Duarte de Sousa
Otávio Vanderlei Berlanda
Renata Martins Pacheco
Renato Magri
Sérgio Roberto Pinto da Luz

PRODUÇÃO EDITORIAL

Diretoria-Geral de Comunicação
Supervisão: Tattiana Teixeira
Coordenação: Airtton Jordani

Fotografias

Henrique Almeida
Jair Quint

Projeto Gráfico

Audrey Schmitz Schweitzer

Organogramas

Danillo Florêncio de Souza da Silva (discente – graduação)
Diogo Santos (discente – graduação)

Impressão

Imprensa Universitária
Distribuição Gratuita
Maio de 2015

CONSULTA PÚBLICA¹

Aderbal Silva Aguiar Junior
Alcilene R. Monteiro Fritz
Ana Montero
André Alves Portela Santos
Carlos Fante
Carolina Cannella Peña
Célia Maria Teixeira de Campos
Cleiton Arendartchuk
Clóvis Werner
Dirce Maris Nunes da Silva
Edgard Matiello Júnior
Emmanuel Grève de Oliveira
Fernando Soares Sant'Anna
Francisco Antonio Carneiro Ferreira
Jussara Orige Bach Gonçalves
Kauê Tortato
Luis Fernando Peres Calil
Marcelo Bertoluci
Mauricio Girardi
Narcisa de Fátima Amboni
Neuton Alcedir de Lima Amaral
Ricardo João Magro
Romeu Augusto de A. Bezerra
Rosemar da Silva
Sálvio José Vieira
Silvério Becker
Sindicato dos Trabalhadores da UFSC, SINTUFSC
Vanessa Martins Silveira de Andrade

.....
¹ Essa lista inclui somente os membros da comunidade universitária que se identificaram adequadamente durante a consulta pública e, posteriormente, autorizaram a divulgação de sua participação.

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento e instrumento de planejamento, a ser considerado dentro da gestão estratégica, que caracteriza a identidade institucional. Nele estão definidas a missão e a visão de futuro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como as estratégias, diretrizes e políticas a serem seguidas para o alcance de seus objetivos e metas.

O presente documento foi elaborado em 2014, com base na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o qual tem vigência de 2015 a 2019. De acordo com o art. 16 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, o PDI é definido como:

o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Para a elaboração deste documento foram nomeadas, em junho de 2014, duas comissões – uma voltada à elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e outra dedicada ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A composição das comissões buscou contemplar todas as categorias que formam a comunidade universitária. Na comissão do PPI, por este ser o capítulo que trata das políticas orientadoras de ensino, pesquisa e extensão, a composição é em sua maioria de membros dos Órgãos Deliberativos Centrais (câmaras) da Administração Superior da UFSC. Já na comissão do PDI, que trata do documento como um todo, a representação técnico-administrativa é ligeiramente maior, com uma composição majoritária de membros dos Órgãos Executivos Centrais (pró-reitorias e secretarias). Ambas as comissões contaram com a participação de representantes dos estudantes e dos servidores técnico-administrativos.

Houve também a participação dos diretores de centro de ensino e *campi* no processo de elaboração do PDI, tanto nas fases iniciais de avaliação e aprovação da metodologia como na discussão dos objetivos e metas propostos pela comissão do PPI.

Após a fase de discussões, elaborou-se a minuta do PDI 2015-2019, que foi colocada em consulta pública no período de 8 de setembro a 10 de outubro de 2014. O convite para a consulta pública e a apresentação do processo de elaboração ocorreu no Auditório da Reitoria no dia 8 de setembro de 2014. As contribuições recebidas foram analisadas pelas comissões; a maioria delas foi aceita, e as rejeitadas foram devidamente justificadas. O documento final do PDI foi apresentado à comunidade universitária no dia 20 de outubro de 2014 e encaminhado ao Conselho Universitário (CU), onde foi discutido e aprovado, no dia 9 de dezembro de 2014.

O PDI da UFSC está organizado em quatro capítulos. O primeiro trata do perfil institucional, com o histórico, a missão, a visão e os valores da Universidade, assim como suas áreas de atuação acadêmica, com destaque para o ensino em todos os níveis, a pesquisa, a extensão, a cultura, a arte e os esportes. No segundo capítulo desenvolve-se o PPI, como parte principal do PDI, em que se definem os objetivos e metas a serem alcançados em cinco dimensões: 1) ensino; 2) pesquisa; 3) extensão; 4) cultura, arte e esportes; 5) gestão. No terceiro capítulo apresenta-se a organização e gestão da UFSC, no seu formato *multicampi*. Por fim, no quarto capítulo destacam-se dois temas: o papel da UFSC na geração de inovações e suas estratégias para o relacionamento interinstitucional.

O PDI foi elaborado para servir como ferramenta de planejamento estratégico da UFSC, ao redor do qual serão definidos o planejamento anual, com foco nas atividades de curto prazo, e o planejamento estratégico propriamente dito, com um horizonte temporal de pelo menos dez anos. Espera-se, finalmente, que todos os futuros sistemas de planejamento sejam realizados com ampla participação da comunidade universitária.

Prof.ª Roselane Neckel
Reitora

Prof.ª Lúcia Helena Martins Pacheco
Vice-Reitora

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	15
1.1 Breve histórico da UFSC	15
1.2 Missão, visão e valores	22
1.3 Áreas de atuação acadêmica	23
1.3.1 Ensino	23
1.3.2 Pesquisa	26
1.3.3 Extensão	27
1.3.4 Cultura	29
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	33
2.1 Inserção regional	33
2.2 Fundamentos da prática acadêmica	35
2.3 Organização didático-pedagógica	36
2.4 Políticas	37
2.4.1 Ensino	37
2.4.2 Pesquisa	42
2.4.3 Extensão	43
2.4.4 Cultura, arte e esporte	44
2.4.5 Gestão	46
2.5 Responsabilidade ética, social e ambiental	49
2.5.1 Inclusão social	50
2.5.2 Gestão ambiental	51
2.5.3 Desenvolvimento econômico e social	51
2.5.4 Preservação da memória e do patrimônio cultural	52

3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	56
3.1 Conselho Universitário	56
3.2 Conselho de Curadores	57
3.3 Ensino – educação básica e ensino superior presencial e a distância	57
3.4 Pós-graduação <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i>	59
3.5 Pesquisa	62
3.6 Extensão	65
3.7 Assistência estudantil	66
3.8 Comunidade universitária	67
3.8.1 Perfil docente	67
3.8.1.1 <i>Composição</i>	68
3.8.1.2 <i>Plano de carreira</i>	73
3.8.1.3 <i>Procedimentos para recomposição e substituição dos professores do quadro</i>	74
3.8.1.4 <i>Plano de desenvolvimento do corpo docente</i>	75
3.8.2 Perfil técnico-administrativo	76
3.8.2.1 <i>Composição</i>	76
3.8.2.2 <i>Plano de carreira</i>	79
3.8.2.3 <i>Critérios de contratação</i>	80
3.8.3 Terceirizados	82
3.8.4 Corpo discente	82
3.8.4.1 <i>Programas de apoio pedagógico e financeiro</i>	83
3.8.4.2 <i>Estímulo à permanência</i>	83
3.8.4.3 <i>Organização estudantil</i>	84
3.9 Planejamento e autoavaliação	85
3.9.1 Órgãos de planejamento	85
3.9.2 O ciclo de planejamento	85
3.9.3 Autoavaliação	86

3.10 Comunicação com a sociedade	88
3.10.1 Jornalismo	89
3.10.2 Relações públicas	90
3.10.3 Fotografia	91
3.10.4 Design e programação visual	91
3.10.5 TV UFSC	91
3.10.6 Ouvidoria	92
3.11 Infraestrutura	92
3.11.1 Infraestrutura física	92
3.11.2 Órgãos Suplementares	93
3.11.3 Laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa	95
3.11.4 Infraestrutura de informação	97
3.11.5 Biblioteca Universitária	98
3.12 Orçamento e finanças	100
3.12.1 Estratégias de gestão e econômico-financeira	100
3.12.2 Previsão orçamentária e cronograma de execução	101
4 INOVAÇÕES E INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS	105
4.1 Inovações	105
4.2 Interações institucionais nacionais e internacionais	106





PERFIL INSTITUCIONAL



1 PERFIL INSTITUCIONAL

O perfil institucional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) começa por um breve histórico com ênfase nos fatos mais importantes de sua existência. A segunda seção trata dos elementos básicos do planejamento da Universidade: missão, visão e valores. A terceira seção considera brevemente as principais áreas de atuação acadêmica da Universidade.

1.1 Breve histórico da UFSC

No dia 12 de março de 1962, reuniram-se no Teatro Álvaro de Carvalho, o governador do estado de Santa Catarina, o arcebispo metropolitano, o presidente do Tribunal de Justiça, entre outras “ilustres” personalidades, para a solenidade de instalação da Universidade de Santa Catarina (USC).² Nesse ato solene, João David Ferreira Lima, então reitor da instituição, discursou sobre a “desvanecedora e difícil incumbência de coordenar a criação da Universidade Federal”³ no estado de Santa Catarina, destacando, principalmente, o papel social das universidades.

Para que a Universidade se tornasse uma realidade, no entanto, muitos tiveram que trabalhar ferrenhamente. Em diversos depoimentos colhidos durante as pesquisas para a elaboração do livro “UFSC 50 anos”, ficou nítido o orgulho daqueles que, nos primórdios da USC – nascida como universidade federal, mas chamada de UFSC oficialmente apenas após a Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965⁴ –, trabalharam nas madrugadas e nos finais de semana em busca de um ideal comum. Não podia ser outra coisa senão a busca de um ideal o que fazia com que funcionários e professores – com exceção da Faculdade de Direito, possuidora de uma maior autonomia – trabalhassem durante todo o ano de 1961 sem receber seus salários, o que aconteceu apenas no fim do ano, após liberação de verba pelo governo federal. Tal compromisso idealista foi reforçado nos depoimentos de diversos entrevistados. Desde nomes que ajudaram a iniciar a Universidade, como Teodoro Rogério Vahl e Aluizio Blasi, até funcionários, ex-alunos e professores, que passaram pela instituição no decorrer de sua existência, muitos até hoje atuando, o orgulho por fazer parte desta história transpareceu em diversas entrevistas realizadas. Desde os mais altos cargos de chefia até os funcionários técnico-administrativos, desde os alunos até os funcionários mais anônimos, a UFSC é uma obra do trabalho de muitas pessoas. Destacando esse caráter de agente ativo e, ao mesmo tempo, reflexo da sociedade, remetemo-nos ao início da Universidade Federal de Santa Catarina.

UMA CIDADE UNIVERSITÁRIA

Sancionada pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek, em 18 de dezembro de 1960, a Lei nº 3.849 federalizava a Universidade do Rio Grande do Norte e criava a Universidade Federal de Santa Catarina.⁵ Entre os artigos desta lei, constava o art. 3º, que afirmava que as duas universidades teriam personalidade jurídica e gozariam “de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar, na forma de lei”.⁶ Contudo, antes de vigorar a referida lei, existiam na Ilha algumas institui-

2 Os nomes da maioria das autoridades não constam na fonte.

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p. 7.

4 CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p.85-86.

5 O projeto da referida lei foi aprovado no dia 10 de dezembro do mesmo ano.

6 BRASIL. Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília-DF, 21 Dez. 1960, p. 16.173. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=86921>>. Acesso em: 23 ago. 2010. Esta lei também pode ser encontrada nos Boletins de 1962 e 1976, neste último como anexo.

ções de ensino superior, tais como: a Faculdade de Direito (1932, federalizada pela Lei nº 3.038, de 19 de dezembro de 1956, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 11); Faculdade de Ciências Econômicas (1943, reconhecida pelo Decreto nº 37.994, de 28 de setembro de 1955, localizada na Avenida Hercílio Luz, nº 47); Odontologia (1946, reconhecida pelo Decreto nº 30.234, de 04 de dezembro de 1951, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 93); Farmácia e Bioquímica (1946, localizada na Rua Esteves Júnior, nº 1); Faculdade Catarinense de Filosofia (1951, reconhecida pelos Decretos nº 46.266, de 26 de junho de 1959, e nº 47.672, de 19 de janeiro de 1960, localizada na Trindade); Faculdade de Medicina (1957, localizada na Rua Ferreira Lima); e Faculdade de Serviço Social (1958, da Fundação Vidal Ramos, na qualidade de agregada, autorizada pelo Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958, localizada na Rua Victor Konder, nº 53).⁷ Com a própria lei que criou a Universidade foi autorizada a criação da Escola de Engenharia Industrial, nas modalidades Química, Mecânica e Metalurgia.

Assim, ao ser constituída como Universidade Federal de Santa Catarina, a UFSC contou com as seguintes faculdades: Direito, Farmácia e Odontologia (posteriormente separadas), Filosofia, Medicina, Engenharia e Serviço Social, na qualidade de agregada.⁸ Segundo Ferreira Lima em seu livro *UFSC: sonho e realidade*,⁹ a Faculdade de Engenharia sequer existia, mas fora escrita na mensagem determinada pelo despacho presidencial visando à criação da Universidade. O pedido pela Faculdade de Engenharia foi inserido nessa mensagem de última hora por insistência do primeiro reitor. Em entrevistas, levantamos a informação de que, para a criação de uma universidade, era obrigatória a presença das faculdades de Direito, Filosofia e Engenharia,¹⁰ o que explica a inserção de uma faculdade até então inexistente. A “Faculdade de Agricultura” foi solicitada, mas o pedido fora negado.¹¹

Antes disso, porém, houve intensos debates sobre a localização da futura Universidade. Os professores João David Ferreira Lima e Henrique da Silva Fontes apresentaram, no decorrer das discussões sobre o assunto, diferentes propostas. Fontes idealizava uma cidade universitária no então subdistrito da Trindade, mais precisamente na Fazenda Assis Brasil, enquanto Ferreira Lima mostrou-se contrário, sendo, porém, derrotado no Conselho Universitário.¹²

A suposta inviabilidade da instalação da futura Universidade na Trindade foi corroborada pelo parecer de uma equipe de arquitetos e urbanistas, oriundos de Porto Alegre, que se posicionaram a favor da instituição próxima ao Centro de Florianópolis, quando elaboraram o Plano Diretor de Florianópolis de 1952, com a finalidade de manter sua “conexão íntima com a paisagem marítima”.¹³ Segundo eles, a realidade brasileira inviabilizava uma cidade universitária nos moldes das europeias, pois estas trabalhavam com o pressuposto de que seus estudantes teriam recursos para se sustentarem sem a necessidade de um trabalho. Defendiam a ideia de que era inviável o uso do subdistrito da Trindade para a implantação da Universidade, pois havia uma significativa distância entre o local e o centro da cidade; mais ainda, afirmavam que Florianópolis crescia em direção ao continente e que a construção do porto (prevista no plano) aceleraria esse processo.

7 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p. 104.

8 SILVA, Elizabeth Farias da. *Ontogenia de uma Universidade: a Universidade Federal de Santa Catarina (1962 – 1980)*. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 52.

9 LIMA, João David Ferreira. *UFSC: sonho e realidade*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2000.

10 BRASIL. Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931: Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 11 Abr de 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacao-1-pe.html>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

11 LIMA, Op. cit., p. 74.

12 SILVA, Op. cit., p. 51.

13 SILVA, Op.cit., p. 56.

Além disso, entre o Centro e a Trindade, havia “um maciço montanhoso separador”¹⁴, que era o Morro da Cruz. Os arquitetos afirmavam que o crescimento em direção à Trindade não tinha “nenhuma base real, nenhuma possibilidade histórica de efetivação”.¹⁵ As terras, na época, eram terras de uso comunal pelos poucos habitantes das cercanias. O professor Nazareno José de Campos, em sua entrevista, lembrou que no início da Universidade os moradores da região cortavam as cercas colocadas para a demarcação da área reservada à instituição para colocar seu gado para pastar. A situação permaneceu durante algum tempo, haja vista certa resistência dos moradores em aceitar a nova realidade do local.¹⁶



Figura 1 - Fazenda Assis Brasil

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), [195-].

Apesar do parecer completamente desfavorável por parte da equipe de arquitetos, o governo do estado era favorável à construção do *campus* na Trindade, tanto que, cerca de dois anos depois desse mesmo parecer, em 26 de novembro de 1954, com a Lei nº 1.170, o governador do estado reservava as terras solicitadas por Henrique Fontes para a instalação da Universidade na Trindade. Essa insistência de Fontes se apoiava no parecer de Ernesto de Souza Campos, ex-ministro da Educação, que, em 1953, visitou o local da futura Universidade, dando um parecer favorável às terras do subdistrito.¹⁷ Segundo as lembranças de Nereu do Valle Pereira,¹⁸ um número considerável de

14 GRAEFF, Edgar; PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio. *Florianópolis: plano diretor*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul, 1952. In: SILVA, Op.cit., p. 57.

15 Ibid., p. 57.

16 Nazareno José de Campos. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

17 Nereu do Valle Pereira. *Entrevista concedida a Roselane Neckel, Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 5 ago. 2010.

18 SILVA. Op.cit., p.61.

peças cogitou a possibilidade de Henrique da Silva Fontes ser eleito o primeiro reitor da Universidade de Santa Catarina; no entanto, por conta de sua idade avançada, a ideia foi rediscutida. Em 16 de setembro de 1961, João David Ferreira Lima é então nomeado primeiro reitor da Universidade.¹⁹

As discussões acerca da localização do *campus* eram influenciadas pela existência das construções pré-existentes na Trindade. Uma terça parte dos blocos destinados para a Faculdade de Filosofia, construídos com recursos do estado, havia sido inaugurada no dia 30 de janeiro de 1961, sendo a Faculdade instalada no local em 16 de fevereiro. No ano seguinte, as controvérsias relativas à localização da Universidade continuaram intensas. Cerca de dois meses antes de sua instalação solene, em 26 de janeiro de 1962, Ferreira Lima colocou em debate a compra de um prédio para a Reitoria. Inicialmente, o reitor solicitou ao diretor da Faculdade de Direito a cessão do Salão Nobre ou de outra dependência qualquer para instalar provisoriamente a Reitoria. Com a necessidade de um local permanente, aventou-se a hipótese de se alugar um andar do prédio “Sul América”, que havia sido adquirido pelo estado. Novamente, um revés: o andar seria utilizado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado e Secretaria de Estado.

Foi então que Ferreira Lima recebeu a informação de que a Família Molenda estava interessada em se desfazer da residência que possuía, localizada na Rua Bocaiúva, nº 60, centro de Florianópolis. O valor inicial da casa e do terreno era de Cr\$ 41.000,00, reduzido posteriormente para Cr\$ 31.000,00. Ao visitar o imóvel, o reitor fez a proposta de Cr\$ 25.000,00 por toda a propriedade, o que foi aprovado pelo Conselho Universitário,²⁰ e a Reitoria foi então instalada no local.

Em maio do mesmo ano, Ferreira Lima correspondeu-se com as faculdades componentes da Universidade, solicitando pronunciamento sobre a questão da localização do *campus*. O impasse se arrastou por meses, e houve pela primeira vez um grande movimento de estudantes universitários em Santa Catarina, os liderados pela Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina (FEUSC), que, em suas manifestações, mostraram-se favoráveis à sua instalação na Trindade.

O Jornal *O Estado*, em 26 de outubro de 1962, na página 2, publicou uma matéria sobre o movimento dos estudantes no centro de Florianópolis, criticando seus supostos “exageros”. Segundo o Jornal – que dois dias depois publicava outra matéria, pontuando as reivindicações destes –, os estudantes “atacavam rude e impiedosamente” o reitor, responsabilizando-o pela paralisação das obras da “Cidade Universitária”.²¹ Como resposta, o estudante Rogério Duarte de Queiroz, diretor-geral do jornal da FEUSC, envia uma nota ao jornal *O Estado*, que fora publicada no dia 10 de novembro, afirmando que os ataques não eram dirigidos à figura do reitor, mas sim aos seus atos administrativos.²² A luta dos estudantes ganhou ainda mais força quando os acadêmicos de Direito, contrariando a opinião do presidente do Centro Acadêmico de seu curso, lançaram manifesto favorável à construção da cidade universitária na Trindade, o qual foi publicado em 23 de novembro de 1962. No manifesto, eles pontuavam a urgência da obra, sua viabilidade e o apoio irrestrito à construção da cidade universitária no então subdistrito da Trindade. No fim do manifesto, os estudantes colocam essa luta como “passo decisivo para a efetivação da Reforma Universitária”.²³

No dia 27 de novembro, em sessão do Conselho Universitário, o reitor fez um longo discurso ao proferir seu voto, discorrendo sobre os motivos que, segundo sua opinião, impediam a construção de uma cidade universitária na Trindade – medida que classificou como “erro”. Segundo seus argumentos, a realidade universitária brasileira não permitia a realização de tal empreendi-

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.32-33.

20 SILVA, Op .cit., p.82-83.

21 Ibid., p.82-83.

22 Ibid., p. 84.

23 SILVA, Op .cit., p. 85.

mento, tanto que nem mesmo a União conseguira realizá-la, por questões financeiras. Ferreira Lima afirmou: “Isso não tem sentido. E o dizemos com a sinceridade e boa fé que caracterizam os nossos atos e ações”.²⁴ São pontuadas algumas questões, em defesa da instalação da Universidade no Centro da capital: curtas distâncias entre os prédios, que possibilitaria a ida a pé de um ponto a outro; terreno alagadiço da Trindade, que encareceria a construção dos prédios; falta de verba para a manutenção da cidade universitária – que, segundo o projeto inicial, contaria com residência para estudantes e professores, lavanderias, restaurante universitário etc.; dificuldades de transporte dos alunos até o local, tendo em vista as condições de transporte da cidade, entre outros. Os prédios já existentes na Trindade, segundo a proposta, seriam utilizados para institutos de pesquisa. As faculdades já existentes permaneceriam nos mesmos prédios, enquanto as novas escolas seriam construídas no terreno da Reitoria, na Rua Bocaiúva, formando assim um “Centro Universitário”.²⁵ Mais adiante, sugeriu:

*Ali estariam os prédios das Faculdades, a Biblioteca Central, laboratórios, restaurante, auditório para festas e refeições de grau, servindo também para projeções de caráter científico e cultural, e ainda, à noite, funcionaria como cinema do bairro, dando receita à Universidade. Neste Centro haveria, é claro, uma casa dos estudantes, destinada apenas aos estudantes pobres e que não têm família residente em Florianópolis.*²⁶

Para finalizar, o reitor apontou a possibilidade de veto do projeto, mas afirmou que não o faria, pois não daria margem para que se pensasse tratar-se de teimosia e imposição de opinião pessoal.²⁷

No dia 28 de novembro de 1962, o jornal *O Estado* publica a decisão do Conselho Universitário de criar um “Conjunto Universitário” na Trindade. A ideia de “Cidade Universitária” foi alterada, mas permaneceu o local. No entanto, as faculdades se mantiveram no Centro da capital. No atual *campus*, existia o prédio de Filosofia, Ciências e Letras (que abrigava a biblioteca da Universidade na época), casas próximas usadas como primeiras salas de aula do Colégio de Aplicação e as obras iniciais do que viriam a ser a atual Reitoria e os prédios das engenharias (que funcionavam em casas de madeira localizadas no terreno da Reitoria, na Rua Bocaiúva, apelidadas de “Casa do Tarzan” pelos estudantes, por serem de madeira e por se localizarem em área vastamente arborizada). As demais faculdades mantiveram-se nos mesmos lugares. A mudança foi gradativa, tendo em vista que as obras na Trindade ocorriam lentamente, pois os alagamentos também dificultavam as suas realizações.

Sobre esse momento, Luiz Fernando Scheibe²⁸ e Nereu do Valle Pereira²⁹ lembram, que em alguns casos, em dias de chuva, os alunos chegavam à Faculdade com seus sapatos nas mãos, fazendo uso de uma torneira para lavarem os pés, e só após isso colocavam os calçados para assistirem às aulas. Apenas com a Reforma Universitária as faculdades passaram a, efetivamente, planejar a mudança para localizarem-se no atual *campus*, que só contou com a presença de todas as faculdades na década de 1970.

Segundo palavras de Nereu do Valle Pereira, o primeiro reitor viu-se impossibilitado de negar a mudança, por ter sido uma luta encampada ferrenhamente pelos estudantes.³⁰

24 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.1, n.1, 1962, p.101.

25 *Ibid*, p. 99-102.

26 *Ibid*, p. 103.

27 *Ibid*, p. 104.

28 Luiz Fernando Scheibe. *Entrevista concedida a Icles Rodrigues e Douglas Felipe Abelino*. Florianópolis, 22 jul. 2010.

29 Nereu do Valle Pereira. *Entrevista citada*.

30 *Ibid*.

Entretanto, o acordo MEC/USAID e a Reforma Universitária, no final da década de 1960, inspirada na estrutura utilizada nos Estados Unidos, impossibilitava que os alunos se deslocassem a grandes distâncias no Centro da cidade em busca de créditos em disciplinas distintas, oferecidas em prédios diferentes que se situavam distantes uns dos outros. Logo, a união dessas faculdades em centros localizados no *campus* permitia que esse sistema fosse levado a cabo.

Em junho de 1967, o reitor João David Ferreira Lima foi confirmado, por eleição dos demais reitores, como presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Ao assumir o cargo, sua maior preocupação foi, a princípio, a da necessidade da Reforma Universitária e de uma discussão mais apurada das políticas de acesso ao ensino superior. Até o momento, cada uma das faculdades possuía seu próprio vestibular. A proposta da Reforma visava a um vestibular unificado. Na UFSC, um grande plano de reestruturação foi elaborado em 1967, com a criação de departamentos e mudanças nas estruturas dos centros. Nesse plano consta a criação do Centro de Estudos Básicos (CEB), que contaria com 15 departamentos: Biologia, Matemática, Física, Química, Geografia, Psicologia, Sociologia, História, Filosofia, Teologia, Língua e Literatura Estrangeiras, Língua e Literatura Vernáculas, Biblioteconomia e Documentação, Artes e Audiovisuais. Já os centros, além do CEB, estariam dispostos da seguinte maneira: Biomédico, Tecnológico, Socioeconômico, de Educação, de Desportos e Agropecuário.³¹ Sobre a Reforma, o jornal *O Estado*, de 23 de agosto de 1967, publicou que a Universidade Federal de Santa Catarina já possuía seu projeto de Reforma Universitária, criado por uma comissão designada para tal fim.³² Ao fim da década, a Reitoria seria transferida para o prédio onde se localiza atualmente, projetado para fazer parte das engenharias.

O ano de 1968 mostrou-se atribulado, mas não deixou de ter grande importância. De início, houve problemas com déficit no Restaurante Universitário (RU), que obrigaram a Reitoria a designar uma comissão para estudar uma racionalização dos serviços administrativos do RU.³³ Entre contratações de professores e funcionários administrativos, é aplicado nesse ano o regime de dedicação exclusiva.³⁴ Alguns cursos também foram criados nesse ano, como o de Administração e o de Antropologia, além da criação da Faculdade de Enfermagem, solicitada há muito tempo.

Ao fim da década de 1960, aplicavam-se as mudanças relativas à Reforma Universitária.

O ambiente econômico era bastante propício a demandas de expansão do ensino superior. O projeto inicial, em Santa Catarina, era o de uma universidade estadual, o que foi realizado cinco anos após a criação da UFSC, por meio da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), hoje denominada Universidade do Estado de Santa Catarina. A história das duas universidades pioneiras do Estado esteve, portanto, interligada desde o início.

Assim como outras universidades patrocinadas pela União, a Universidade de Santa Catarina recebeu a denominação de universidade federal pela Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. Com a reforma universitária de 1969 (Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969), a Universidade adquiriu a estrutura administrativa atual. As faculdades deram lugar às unidades universitárias, com a denominação de centros, os quais agregam os departamentos.

Da década de 1960 até os dias atuais muito aconteceu. A Universidade superou os “anos de chumbo” e as dificuldades relativas às verbas com crescimento e trabalho duro, e participou juntamente com o restante do país da reforma universitária. Ao final da década de 1970, a UFSC deu sua contribuição, através de projetos acadêmicos e culturais, às décadas seguintes, 1980 e 1990, com a redemocratização do Brasil. A UFSC participou de vários momentos históricos do estado

.....
31 Para detalhes sobre todo o plano de reestruturação, cf. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim Informativo*. Florianópolis, v.6, n.12, 1967, p.65-77.

32 *Ibid.*, p. 144-145.

33 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. *Boletim do pessoal*. Florianópolis, v. 2, n.13, 1968, p. 1.

34 *Ibid.*, p. 3-5.

e do país, como a criação do Centro de Ciências Agrárias (CCA), contribuindo com a questão da extensão rural em Santa Catarina, e a responsabilidade assumida pela Unidade de Conservação Ambiental Desterro, ou a comissão do Mangue do Itacorubi. Assim, a UFSC atua não apenas na formação e capacitação de profissionais para atender às demandas da sociedade, mas também na busca e no aperfeiçoamento do conhecimento através da pesquisa, além de atuar diretamente na sociedade e no meio ambiente por meio das ações de extensão³⁵.

Em 2007, a UFSC aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). Em 2008, esse programa contribuiu para uma forte ampliação de vagas gratuitas no ensino superior, por meio da oferta de novos cursos presenciais ou ampliando vagas em cursos já implantados. Ademais, os novos recursos advindos do REUNI permitiram, desde 2009, o desenvolvimento de uma estratégia importante para o ensino superior público em Santa Catarina: a interiorização da UFSC com a instalação dos novos *campi* nas cidades de Araranguá (Sul), Curitiba (Oeste) e Joinville (Norte). Em Araranguá, foram implantados os novos cursos de Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Fisioterapia, Tecnologia da Informação e Comunicação. Em Curitiba, Ciências Rurais, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária. Em Joinville, Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade, Engenharia Naval, Engenharia Ferroviária e Metroviária e Engenharia de Infraestrutura, Engenharia de Transporte e Logística, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Automotiva e Engenharia Aeroespacial (Joinville). Em 2013, iniciou-se o processo de implantação do novo Campus Blumenau, no qual atualmente são oferecidos cinco cursos: Engenharia Têxtil, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Materiais, e as Licenciaturas em Matemática e Química.

A ESTRUTURA ACADÊMICA DA UFSC SE ORGANIZA DA SEGUINTE FORMA:

1. Campus Araranguá;
2. Campus Blumenau;
3. Campus Curitiba;
4. Campus Joinville;
5. Campus Reitor João David Ferreira Lima, com onze centros:
 - 5.1 Centro de Ciências Agrárias (CCA);
 - 5.2 Centro de Ciências Biológicas (CCB);
 - 5.3 Centro de Ciências da Educação (CED);
 - 5.4 Centro de Ciências da Saúde (CCS);
 - 5.5 Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM);
 - 5.6 Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);
 - 5.7 Centro de Comunicação e Expressão (CCE);
 - 5.8 Centro de Desportos (CDS);
 - 5.9 Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
 - 5.10 Centro Socioeconômico (CSE);
 - 5.11 Centro Tecnológico (CTC).

No ensino básico, o Colégio de Aplicação da UFSC e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criados, respectivamente, em 1961 e 1980, atendem à educação básica: educação infantil, ensino fundamental e médio. Além do ensino, constituem-se como campo de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas e realizam

35 NECKEL, Roselane; KÜCHLER, Alita Diana Corrêa (Orgs.). *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Florianópolis: UFSC, 2010.

atividades de pesquisa e extensão, consolidando-se como espaços de formação, produção e socialização de conhecimentos.

Na modalidade de ensino a distância, a UFSC iniciou sua atuação em 1995 com o Laboratório de Ensino a Distância (LED), privilegiando a pesquisa e a capacitação via projetos de extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, formatados em videoaulas geradas por satélite.

Diversos grupos envolveram-se em ações de educação a distância na UFSC, dentro do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitando o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em diversos polos do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição.

1.2 Missão, visão e valores

MISSÃO

A UFSC tem por missão “produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”.

VISÃO

Ser uma universidade de excelência e inclusiva.

VALORES

A UFSC deve afirmar-se, cada vez mais, como um centro de excelência acadêmica nos cenários regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e para a defesa da qualidade da vida, com base nos seguintes valores:

- **Acadêmica e de Qualidade**

Uma instituição com busca contínua de patamares de excelência acadêmica, em todas as suas áreas de atuação, em especial no ensino, na pesquisa e na extensão.

- **Inovadora**

Uma instituição capaz de identificar e optar por novos caminhos e de criar novas oportunidades, carreiras e práticas em conformidade com uma visão inovadora.

- **Atuante**

Uma instituição capaz de opinar, influenciar e propor soluções para grandes temas, tais como acesso ao conhecimento e à cidadania, desenvolvimento científico e tecnológico, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento humano e social.

- **Inclusiva**

Uma instituição compromissada com a democratização do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, e com o intuito de superar as desigualdades regionais do estado de Santa Catarina, mantendo a concepção de uma universidade verdadeiramente pública e compromissada com a sociedade catarinense e brasileira.

- **Internacionalizada**

Uma instituição capaz de intensificar parcerias e convênios com instituições internacionais, contribuindo para o seu desenvolvimento, o do Brasil e o de outras nações.

- **Livre e Responsável**

Uma instituição com servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes livres e responsáveis para desenvolver suas convicções e suas vocações no ensino, na pesquisa e na extensão.

- **Autônoma**

Uma instituição capaz de decidir sobre seus próprios rumos, dentro de suas competências.

- **Democrática e Plural**

Uma instituição que assegura o reconhecimento pleno de sua diversidade acadêmica.

- **Bem Administrada e Planejada**

Uma instituição com estratégias eficientes e efetivas de gestão e de busca dos recursos para a realização de suas metas.

- **Transparente**

Uma instituição que presta contas de suas ações e decisões à comunidade.

- **Ética**

Uma instituição orientada para a responsabilidade ética, social e ambiental.

1.3 Áreas de atuação acadêmica

A UFSC, conforme determina sua missão, atua na produção, sistematização e socialização do saber filosófico, científico, artístico e tecnológico. Atua em todas as grandes áreas do conhecimento e em todos os níveis de formação acadêmica assim como na área cultural e artística. A Figura 2 ilustra o número de alunos presenciais e do ensino a distância de graduação, de acordo com as grandes áreas de conhecimento. A área com o maior número de alunos matriculados nos cursos correspondentes é a das Engenharias, seguida das Ciências Sociais Aplicadas³⁶. A UFSC atua no ensino, na pesquisa e na extensão.

1.3.1 Ensino

Os níveis de formação da UFSC vão desde o ensino básico, passando pela graduação até a pós-graduação. O Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e o Colégio de Aplicação (CA) são as unidades correspondentes ao ensino básico da UFSC, contemplando atualmente mais de 1.200 alunos, com a garantia de inclusão de 5% do total destas vagas aos alunos com deficiências. A comunidade discente dos cursos superiores de graduação da UFSC é composta de mais de 30 mil alunos regularmente matriculados nas modalidades presencial e a distância, em 117 cursos de diferentes modalidades (92 presencial e 25 EaD), turnos, habilitações, licenciaturas e bacharelados.

.....
 36 Deve-se observar que a UFSC agrupa seus cursos por centros diferentemente dos critérios CAPES-CNPq para a definição de grandes áreas do conhecimento, embora em alguns casos a nomenclatura coincida. Além disso, a classificação por curso não reflete o ensino por disciplina. A classificação de alunos matriculados por disciplina oferecida daria números relativamente maiores para as áreas básicas do conhecimento, cujos departamentos atendem a cursos de outras áreas.

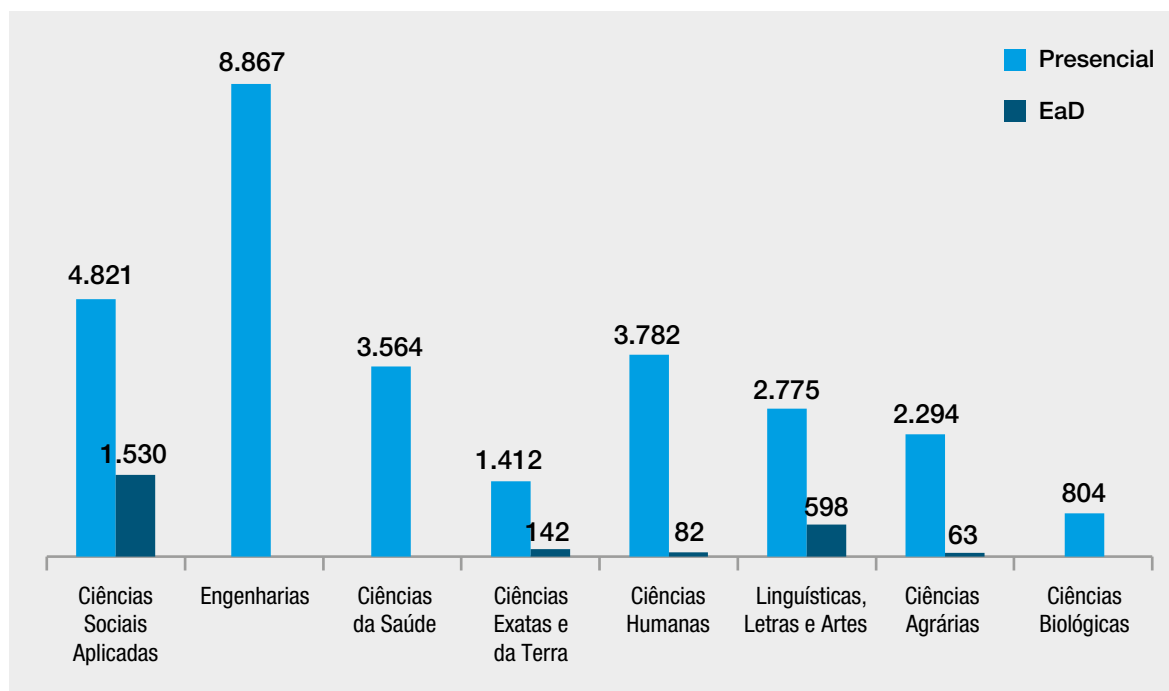


Figura 2 - Número de alunos presenciais de graduação, por área de conhecimento - 2014

Fonte: PROGRAD/UFSC.

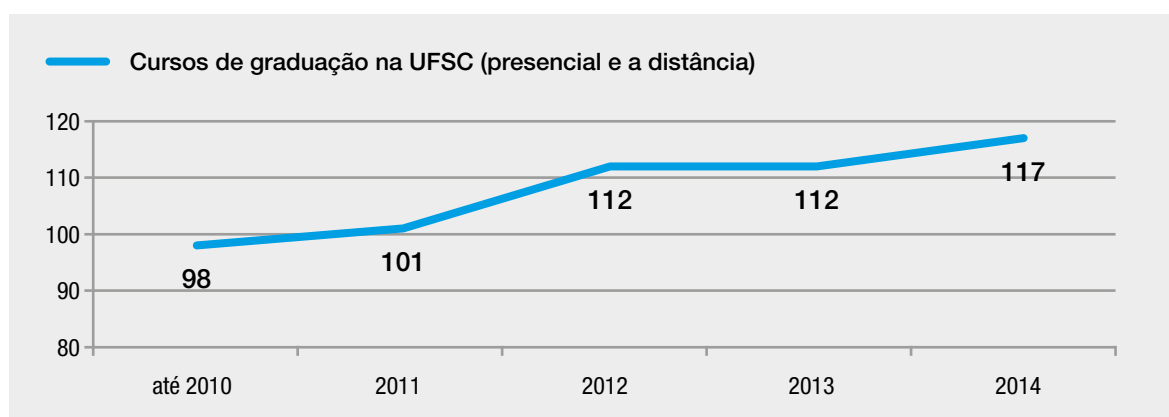


Figura 3 - Número de cursos de graduação (presencial e a distância) - 2014

Fonte: PROGRAD/UFSC.

No primeiro semestre letivo de 2014, houve um total de 28.319 matrículas na modalidade presencial e 2.415 na modalidade a distância. Também nesse semestre letivo, a Universidade inaugurou um novo *campus*, na cidade de Blumenau, com cinco novos cursos de graduação (Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química, Engenharia Têxtil, Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação) com o total inicial de quinhentas novas vagas ao ano.

Atualmente, a UFSC oferece acima de 178 mil vagas em disciplinas/turmas, com uma ocupação de 75% deste total (134 mil vagas). O índice de aprovação total dos alunos é de 78,24%, contra 21,76% de reprovação nas disciplinas oferecidas. Convém salientar que as vagas oferecidas e não ocupadas pelos alunos regulares dos cursos presenciais, dentro das normas estabelecidas pela instituição, podem e são ocupadas por alunos especiais em disciplinas isoladas.

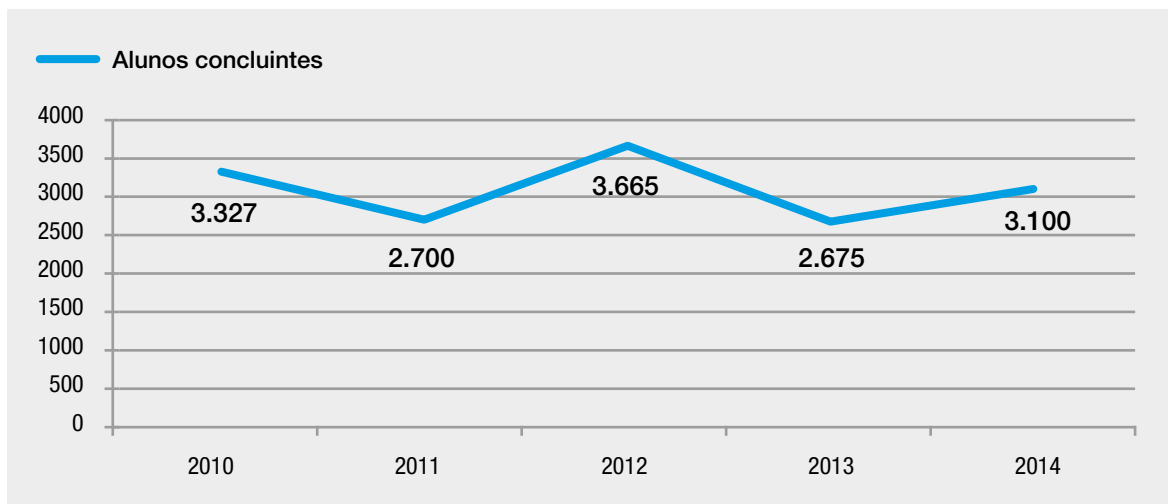


Figura 4 - Número de alunos concluintes – 2010 a 2014

Fonte: PROGRAD/UFSC.

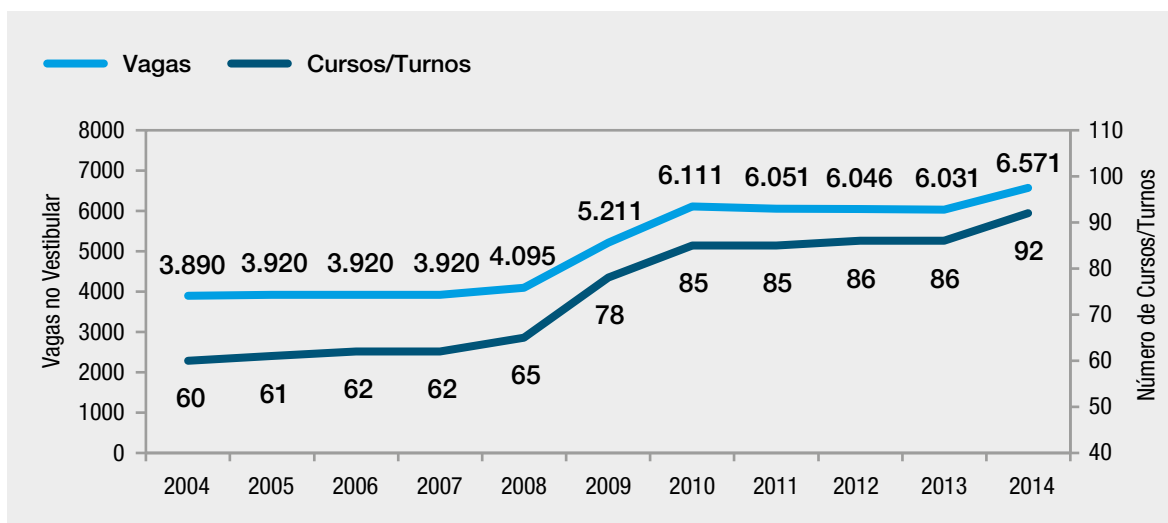


Figura 5 - Vagas no vestibular e número de cursos – 2004 a 2014

*Foram feitas adequações ao número de vagas em alguns cursos.

Fonte: COPERVE/UFSC.

Em 2013, 2.675 alunos da UFSC concluíram seus cursos de graduação e, para o ano de 2014, previa-se mais de 3.100 alunos concluintes nos diversos cursos da instituição. Em função da expansão de vagas ocorrida a partir de 2009, 2010 e 2014, bem como da implementação de ações de redução da reprovação e da evasão escolar por meio da reestruturação do Programa de Acolhimento, Acompanhamento e Apoio Pedagógico. Para 2015, espera-se uma ampliação de cerca de 30% no número de alunos concluintes no período compreendido entre 2014 e 2018.

As 5.221 vagas oferecidas nos concursos vestibulares para o ano de 2009 representaram o acréscimo significativo de 34% em relação a 2004, resultado da adesão da UFSC ao REUNI³⁷. Já as 6.571 vagas oferecidas nos concursos vestibulares para o ano de 2014 representaram o acréscimo também significativo de 27% em relação a 2009. Os aumentos maiores, de fato, ocorreram em relação aos anos de 2009, 2010 e 2014, conforme ilustrado pela Figura 5, refletindo as metas

37 Mais informações sobre o REUNI-UFSC em <http://www.reuni.ufsc.br/site/index.html>.

do REUNI e da pactuação firmada entre a UFSC e o MEC em 17 de abril de 2013 para a criação e implantação do Campus Blumenau, na região do Médio Vale do Itajaí. Espera-se realizar outras pactuações com o MEC com vistas à expansão de novas vagas públicas no território catarinense com a possível criação de novos cursos em seus *campi* e/ou em outras regiões do estado. A UFSC também reorganizará sua forma de ingresso, buscando a melhor opção entre os seus concursos vestibulares e adesão ao ENEM/SISU.

Na pós-graduação *stricto sensu*, a UFSC oferecia 66 programas de pós-graduação em 2009, passando para 74 em 2014. Cada programa pode oferecer diferentes tipos de cursos: doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional.

A maior expansão no número de cursos entre 2009 e 2014 ocorreu no nível de doutorado, com um incremento de onze cursos. Considerando apenas o corpo discente dos cursos de mestrado e doutorado, havia um total de 6.242 matrículas em dezembro de 2009, sendo 3.882 nos cursos de mestrado e 2.360 nos cursos de doutorado. Em dezembro de 2013, o número de matrículas aumentou para 6.421, sendo 3.341 matrículas nos cursos de mestrado e 3.080 nos cursos de doutorado.

A evolução da pós-graduação de 2009 para 2014 representou um grande avanço na geração e difusão do conhecimento, na consolidação de núcleos de pesquisa e na implementação de laboratórios multiusuários. Nos próximos anos, está prevista a criação de novos cursos de mestrado acadêmico e profissional, bem como cursos de doutorado nos diferentes *campi* da UFSC.

A UFSC tem também ofertado cursos de pós-graduação *lato sensu* à comunidade. Ao final de 2009, havia 55 cursos de especialização em andamento com 2.693 vagas ofertadas. Em 2014, o número de cursos diminuiu para 37, porém com aumento considerável do número de vagas ofertadas para 9.021, principalmente em cursos gratuitos aos estudantes e ofertados na modalidade a distância. A Universidade oferece também a possibilidade de estágio de pós-doutorado de acordo com demandas específicas vinculadas às áreas de concentração dos programas de pós-graduação.

1.3.2 Pesquisa

Como instituição de pesquisa, a UFSC destaca-se entre as dez melhores universidades do país em todas as avaliações realizadas, num universo de aproximadamente cem universidades e de mil instituições de ensino superior brasileiras. Essa posição é sustentada pela boa titulação de seu corpo docente, pelo volume de sua produção científica, pelo forte relacionamento com empresas e arranjos produtivos da região e do país, pela qualidade de seus cursos de graduação e pós-graduação e pela qualificação do servidor técnico-administrativo em educação (STAE) de apoio à pesquisa. Esse trabalho conjunto reflete-se no número de publicações em revistas internacionais indexadas pelo ISI/Thomson, evidenciando uma produção científica altamente qualificada.

Todas as áreas do conhecimento estão representadas nas atividades de pesquisa realizadas na instituição e se encontram oficialmente cadastradas no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A UFSC tem forte tradição investigativa em várias áreas do conhecimento, o que vem se expandindo com a instalação dos *campi* em Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

Essa excelência é materializada na qualidade dos seus grupos de pesquisa e programas de pós-graduação, através de projetos de grande vulto obtidos por esses grupos, tais como INCT, PRONEX, FINEP e RHAE, nas inúmeras parcerias nacionais e internacionais nas quais eles estão envolvidos. Outro aspecto importante que qualifica a pesquisa na UFSC é a participação de seus pesquisadores em instâncias decisórias no país, como nos comitês assessores do CNPq da CAPES, da FINEP, FAPESC e das demais agências estaduais de apoio à pesquisa, assim como no exterior, no que diz respeito a C&T (por exemplo, CYTED, SENACYT - Panamá, entre outros).

Tabela 1 - Atividades de pesquisa: pessoal envolvido em projeto de pesquisa por unidade em 2013

Unidade	Pessoal envolvido em pesquisa			Projetos de Pesquisa Realizados / Em Andamento
	Docente	Técnico-Administrativo	Acadêmico	
Centro de Ciências Agrárias	98	30	316	297
Centro de Ciências Biológicas	158	12	406	446
Centro de Ciências da Educação	140	13	109	164
Centro de Ciências da Saúde	358	40	438	497
Centro de Ciências Físicas e Matemáticas	177	5	122	194
Centro de Ciências Jurídicas	62	2	47	68
Centro de Comunicação e Expressão	228	24	218	282
Centro de Desportos	47	0	18	12
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	194	7	146	265
Centro Socioeconômico	142	2	47	175
Centro Tecnológico	384	62	614	870
Campus Reitor João David Ferreira Lima (Florianópolis)	1988	197	2481	3270
Campus Araranguá	60	3	36	87
Campus Curitiba	55	7	100	76
Campus Joinville	79	5	24	80
TOTAL	2.182	212	2.641	3.513

Fonte: PROPESQ/UFSC, 2014.

No edital dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), a UFSC foi apoiada em quatro projetos: (1) Catálise em Sistemas Moleculares e Nanoestruturados; (2) Refrigeração e Termofísica; (3) Convergência Digital; e (4) Brasil Plural. Os quatro INCTs apresentaram seu Relatório ao CNPq e têm desenvolvido trabalho de grande relevância ao longo dos últimos cinco anos em suas áreas de atuação. A UFSC tem também parceria em pesquisa com empresas públicas e privadas, instituições públicas, influenciando também os arranjos produtivos da região em que está inserida.

1.3.3 Extensão

A extensão universitária, indissociável das atividades de ensino e pesquisa, conforme a Constituição de nosso país, exerce um papel fundamental na integração entre universidade e sociedade. Desse modo, as atividades de extensão promovem o desenvolvimento das comunidades a que atendem enquanto contribuem para que a Universidade se mantenha apta a responder às necessidades externas por meio do conhecimento adquirido com as interações proporcionadas por essas atividades. Além disso, consolidam a formação de novos profissionais dotados de consciência social.

No ano de 2012, a partir do desmembramento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE), foi criada a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). A PROEX dedicou-se, nos últimos anos, ao objetivo de intensificar as relações interinstitucionais, por meio da participação em grandes eventos da área, bem como de relevantes parcerias firmadas com diversas instituições. Assim, em 2012,

a PROEX firmou, junto ao Ministério da Saúde, um Termo de Cooperação, o qual prosseguiu em 2013 e mesmo estabelece dois relevantes projetos dirigidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda nesse sentido, em 2012, a UFSC foi escolhida para representar a região Sul no Colégio de Extensão (COEX), junto à Andifes. Salienta-se também que, no ano de 2013, a UFSC sediou o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), o mais importante evento da área na região, em sua 31ª edição, cujo tema era “Sociedade, Esporte e Saúde”.

Ao longo de 2013, foram registradas no sistema NOTES/SIRAEX 10.380 ações de extensão na UFSC e emitidos mais de 70 mil certificados da área, o que revela a intensa atuação da Universidade nessas atividades. Salienta-se que, por causa de uma reorganização quanto ao gerenciamento dessas funções, foi obtido um aumento considerável dos números relativos a esses dados nos últimos anos.

Tabela 2 - Registro de ações

Ano	Registros
2009	4.281
2010	6.565
2011	8.545
2012	8.686
2013	10.380

Fonte: Sistema Notes.

A PROEX mantém três programas de apoio financeiro aos projetos de extensão desenvolvidos na UFSC: O Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSAS), o Programa de Apoio às Ações de Extensão (PROEXTENSÃO) e o Edital de Extensão Social (PROSOCIAL). O PROBOLSAS apresenta o propósito de favorecer a participação de estudantes de graduação nos projetos da área mediante auxílio financeiro. Percebe-se uma ampliação expressiva na quantidade de bolsas disponibilizadas no edital de 2014 comparado ao edital de 2009: de 200 bolsas de 10 meses de duração em 2009 para 350 bolsas de 12 meses concedidas em 2014. O PROEXTENSÃO, por sua vez, concede recursos para o empreendimento de projetos extensionistas por meio de editais de seleção. No edital PROEXTENSÃO 2012, foram 93 projetos contemplados de 191 qualificados e um investimento proporcionado de R\$ 306.625,00. Salienta-se o lançamento do edital Bolsas de Extensão na área da saúde, em 2013, quando foram oferecidas mais de 100 bolsas de extensão. Em 2014, um novo edital fornece em torno de 200 bolsas mensais. O PROSOCIAL contempla o auxílio financeiro a programas e projetos com temáticas voltadas para os desafios da realidade da população de Santa Catarina e comprometidos com as atuais políticas públicas, em especial com as políticas sociais. Em sua primeira edição, no ano de 2015, serão atendidas as propostas com orçamentos de até R\$ 15.000,00 e que necessariamente apresentarem planos de trabalho com o envolvimento de estudantes de graduação regularmente matriculados na UFSC.

Os programas e projetos de extensão da UFSC também têm alcançado um desempenho favorável nos últimos editais PROEXT MEC/SESU por meio do esforço de organização da PROEX, o que representa uma obtenção considerável de recursos financeiros. Trata-se de um programa que ampara especialmente projetos dirigidos à inclusão social e que visa consolidar a institucionalização das atividades de extensão nas organizações públicas de ensino superior. Observa-se um acréscimo considerável na quantidade de projetos atendidos: de 4 subprojetos em 2009 para 14 subprojetos no ano de 2014, os quais contam com os investimentos do programa que ultrapassam 1 milhão de reais.

Vale destacar a participação da UFSC no Programa Novos Talentos – CAPES, o qual visa apoiar propostas de atividades extracurriculares voltadas a professores e alunos da educação básica, com a aprovação de vários subprojetos assim como no Projeto Rondon sob a coordenação do Ministério de Defesa do Governo Federal, cujo escopo é a implementação de projetos sociais por meio do trabalho voluntário de estudantes e professores universitários em regiões com elevados índices de pobreza. Sublinha-se que a UFSC é a única universidade a participar de todas as edições realizadas pelo projeto.

A Pró-Reitoria de Extensão apresenta os seguintes projetos institucionais: o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI), voltado à integração de pessoas idosas no meio acadêmico e na sociedade; e o Projeto Sala Verde UFSC, o qual, com a chancela do Ministério do Meio Ambiente, tem a finalidade de desenvolver e apoiar as mais diversas ações sob a ótica socioambiental.

A PROEX também atua na disseminação dos trabalhos desenvolvidos na UFSC à comunidade acadêmica e externa. Nesse sentido, destaca-se a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão - SEPEX organizada anualmente. Considerada um dos maiores eventos de divulgação científica do estado, a SEPEX reúne um público de milhares de pessoas. Ademais, a PROEX publica semestralmente a Revista Eletrônica de Extensão Extensio.

1.3.4 Cultura

Fomentar a cultura de forma ampla, por meio da produção e difusão de projetos e programas, é o princípio norteador das ações da Secretaria de Cultura (SeCult) da UFSC para o período de 2015 a 2019.

Reconhecendo a abrangência da noção de cultura, a SeCult tem como focos principais as dimensões simbólica (as ideias e os comportamentos), estética (produção e recepção das artes) e econômica (os modos de negociação). Através de suas ações, a Secretaria busca sensibilizar as comunidades universitária e externa e seus gestores da importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada, contribuindo assim para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno da UFSC e disponibilizando a todos os seus docentes e servidores técnico-administrativos o contato e a fruição da arte e da cultura de forma universal. Esse potencial de vivência artístico-cultural também se estende à comunidade externa.

Com uma proposta de integração da cultura às atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, com toda a comunidade, a SeCult tem estimulado o acesso à produção e ao empreendimento cultural, artístico e científico através de editais para a concessão de bolsas, recursos financeiros e para o uso dos espaços culturais sob sua administração. Destacamos aqui o BOLSA CULTURA, o PROCULTURA e o EDITAL ESPAÇO VIVO, voltados à realização de eventos e/ou projetos didáticos, científicos e artísticos realizados por alunos e servidores da UFSC com vistas ao desenvolvimento da comunidade interna e externa à UFSC.

O BOLSA CULTURA é um programa de bolsa de extensão vinculado às ações de arte e cultura que oferece, através de bolsas, auxílio financeiro a estudantes de graduação, estimulando-os à participação nos projetos de Cultura da UFSC.

O PROCULTURA, Programa de Apoio às Ações de Cultura, apoia financeiramente, no todo, ou em parte, ações de cultura propostas por servidores docentes ou técnico-administrativos que tenham relação com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

O EDITAL ESPAÇO VIVO tem por objetivo a seleção de propostas para ocupação dos espaços públicos administrados pela SeCult nas áreas de eventos acadêmicos, científicos, culturais, educacionais, religiosos e artísticos, desde que comprovada a institucionalidade do evento, a sua gratuidade e o interesse da instituição.

Outra ação importante são os Ciclos de Palestras, projeto que permite, junto às unidades de ensino e seus departamentos, a aquisição, através da SeCult, de passagem, hospedagem e alimentação para palestrantes que venham promover o debate acadêmico em todas as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.

Garantir a preservação do patrimônio material e imaterial de caráter cultural, histórico e artístico da UFSC é outra ação de grande magnitude para a SeCult. O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, o Núcleo de Estudos Açorianos, e o Conjunto Arquitetônico do Departamento Artístico e Cultural da UFSC, vinculados à SeCult, são determinantes desse cenário cultural. A UFSC é pioneira no gerenciamento e na preservação das fortificações militares de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa, construídas pelos portugueses no século XVIII. Tais fortificações são fontes incontestáveis de conteúdo histórico na formação e desenvolvimento da Capital do Estado de Santa Catarina e celeiro inesgotável de possibilidades para o ensino, a pesquisa e a extensão universitária. O Núcleo de Estudos Açorianos atua no resgate da cultura açoriana, presente em todo o litoral de Santa Catarina, desde o povoamento estabelecido em meados do século XVIII, vindo do Arquipélago dos Açores e da Madeira, que representou uma explosão demográfica com a definição dos padrões socioculturais presentes na região.

Projetos artísticos são realizados há mais de 50 anos na UFSC, consolidados há décadas com a atuação do seu Departamento Artístico Cultural (DAC), em especial os grupos de música e de teatro; os projetos de artes visuais, com suas produções e apresentações; as diversas oficinas de arte, desenvolvidas a cada semestre, observado o interesse da comunidade universitária e externa. Essas ações de extensão, imbuídas do caráter social da instituição pública, representam papel importante na construção desta sociedade mais humanizada.

O DAC desenvolve o Projeto 12:30, amplamente difundido entre os discentes; as Exposições da Galeria de Arte (espaço cultural de referência, atualmente fechado para reforma); os Cursos e Oficinas Livres de Arte (em várias linguagens); a Oficina Permanente de Teatro; a Oficina de Teatro para Adolescentes; a Oficina Construindo Histórias no Teatro; o Grupo Pesquisa Teatro Novo; os projetos Gena Aberta, Coral, Madrigal e Orquestra de Câmara da UFSC; a Semana de Arte do DAC, além de parcerias como o FITA festival de teatro.

Com anos de atuação, alguns projetos culturais permanentes realizados pelo DAC já adquiriram um caráter de referencial histórico, sendo reconhecidos na comunidade por incentivarem a profissionalização de artistas e pesquisadores, contribuindo para a formação de opinião na área artístico-cultural e na formação de público. As atividades extensionistas do DAC têm contribuído significativamente para a difusão artístico-cultural na comunidade em geral. O DAC administra o Teatro da UFSC, o auditório da Igreja, as oficinas da Casa do Divino, a Concha Acústica e a Galeria de Arte da UFSC.

Em se tratando de pioneirismo, a UFSC, através da SeCult, organiza e executa o cerimonial de formaturas de todos os seus 91 cursos de graduação, de forma totalmente gratuita, garantindo aos seus alunos e familiares a participação democrática e igualitária em eventos desta natureza.

Para finalizar, a SeCult acredita também ser imperativa a integração cultural com os demais *campi* da UFSC, Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, polos provenientes da expansão e consequente interiorização desta Universidade. Para tanto, criou a Assessoria para Integração Cultural entre os *campi*, a fim de dotá-los dos equipamentos culturais existentes na sede e de manter intercâmbio de experiências culturais entre os polos.



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI), parte principal do PDI da UFSC, é composto pelos seguintes itens: 1) a forma como a instituição insere-se regionalmente, em especial no Estado de Santa Catarina; 2) os princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas e a organização didático-pedagógica da Universidade; 3) as políticas, objetivos e metas para as diferentes áreas de atuação ou dimensões da Universidade, para o período de vigência deste PDI; 4) a síntese de várias metas no contexto do atendimento da responsabilidade social da UFSC.

2.1 Inserção regional

A globalização e os desafios econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais da atualidade, tanto em âmbito nacional como internacional, exigem a construção de conhecimentos inovadores. Estas inovações são necessárias nos campos da ciência, da tecnologia e das relações com a sociedade em geral. Além disso, os novos movimentos sociais precisam encontrar na universidade espaços de comunicação e de construção do conhecimento. A universidade é a instituição indicada para enfrentar estes desafios por ser formadora de pessoas e construtora de novos conhecimentos, além de lugar de expressão cultural e artística.

Apesar de atuar em diferentes lugares do Brasil, através dos cursos a distância, da formação graduada e pós-graduada, bem como dos convênios com inúmeras instituições públicas e/ou privadas, a Universidade Federal de Santa Catarina tem uma atuação mais concentrada no próprio território estadual onde está localizada. O Estado de Santa Catarina tem vivido nas últimas décadas transformações que, além de destruírem antigas divisões espaciais do trabalho, criam desafios sobre os quais a Universidade se debruça, visando apresentar propostas de solução.

Em termos gerais e registrando tão somente o que tem maior visibilidade, deve-se assinalar que no nordeste catarinense há destacada produção eletro-metal-mecânica; no norte, atividades da indústria moveleira; no Vale do Itajaí, o complexo têxtil e vestuarista; no grande oeste, a agroindústria de suínos e aves; no sul, uma economia originalmente carbonífera que se diversificou rumo à cerâmica de revestimento, ao vestuário e à indústria de plástico. O litoral exibe um setor turístico que, embora sazonal, apresenta vitalidade e marca a paisagem também pela rápida urbanização em diversos municípios; em Florianópolis, importantes atividades de desenvolvimento de *software* merecem igualmente referência.

Nas últimas décadas, foram observadas iniciativas de reestruturação ou, pelo menos, de ajuste às condições gerais da economia em vários segmentos dos referidos setores industriais, com reflexos nas regiões. Seja nos anos 1990, com a abertura comercial do Brasil, ou nos anos 2000, com os desafios impostos pela situação do câmbio, entre outros fatores, processos de modernização produtiva combinaram-se com a desativação ou redução de atividades, com demissões e com transferências de capacidades produtivas para outras localizações. Mas também novos investimentos foram anunciados, inclusive de origem estrangeira, como é exemplo a fábrica da BMW nas proximidades de Joinville. Tudo isso tem reflexos, sobressaindo uma dinâmica demográfica com fortes migrações, destacando-se os fluxos desde municípios do oeste e meio-oeste (afetados pelas transformações na agroindústria) em direção, principalmente, ao litoral norte do estado. Esse é, todavia, somente um dos muitos e inquietantes problemas vivenciados em Santa Catarina no período contemporâneo.

Como instituição social, a universidade é sempre questionada por muitos setores a responder por inúmeras demandas da sociedade e para auxiliar no desenvolvimento progressivo e na disseminação de novas tecnologias, em especial em Santa Catarina. Nos últimos anos, as universidades federais foram desafiadas a contribuir para a descentralização da produção do conhecimento e da formação de profissionais dos quais o nosso país necessita para o seu desenvolvimento.

Além do desenvolvimento de tecnologias e inovações e capacitação para ocupação de postos de trabalhos no mercado de serviços, é importante o papel que a UFSC assume para a região na formação de professores para atuação no ensino fundamental, médio e superior. Também é importante para o estímulo à produção de conhecimentos aptos a serem utilizados em tentativas de equacionamento de problemas vividos em diferentes setores de atividade, bem como por distintos grupos sociais. Isso denota um grau de inserção regional e um senso de responsabilidade social significativos.

Assinale-se que a UFSC exhibe tradição nesse campo. Foi, por exemplo, decisivo o seu envolvimento no processo que culminou numa importante inovação no litoral catarinense: a maricultura de moluscos³⁸, base de novas oportunidades em termos de ocupação e de renda em diversas localidades litorâneas afetadas pelo declínio da pesca artesanal. Outro envolvimento de sucesso foi a bem-sucedida interação com o parque industrial regional e nacional, em especial com o nordeste catarinense. Essa interação constitui-se num dos melhores modelos entre as instituições de ensino superiores brasileiras³⁹. Além disso, tem se tornado notável o envolvimento, através do estudo e do fornecimento de apoio de vários grupos de pesquisadores aos movimentos sociais que buscam diferenciadas formas de inclusão e de respeito às diferenças.

Para além dos esforços nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e atualização, a UFSC vem desenvolvendo um papel ativo nas políticas do MEC direcionadas à formação de professores. Destaca-se, em especial, a participação da UFSC na Rede Nacional de Formação Continuada de Professores.

Adicionalmente, na modalidade a distância, atendem-se polos conveniados com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), distribuídos em vários pontos do território nacional, em que quase vinte cursos a distância são oferecidos para graduação, pós-graduação *lato sensu* e extensão. Alguns desses cursos são oferecidos em vários estados brasileiros e mesmo em todo o País, como é o caso do curso de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Assim, os princípios de gratuidade e qualidade fortalecem-se com o atual atendimento, mais equânime, mais distribuído no território catarinense e, portanto, mais justo socialmente.

A Universidade resgata uma dívida social histórica com outras regiões do estado com sua interiorização, a partir de 2009. Num primeiro momento foram criados os *campi* de Araranguá, Curitiba-banos e Joinville, e, a partir de 2014, foram iniciadas as atividades do *campus* de Blumenau. Hoje, são ofertadas anualmente 1.480 vagas/ano presenciais nos cursos de Graduação dos *campi* fora de Florianópolis. O desafio da consolidação dos *campi* tem levado também à necessidade de se pensar políticas de pós-graduação e de pesquisa no âmbito dessas novas unidades, de modo que hoje já existem três programas de pós-graduação em funcionamento no *campus* de Araranguá, tendo os demais (à exceção de Blumenau, que iniciou suas atividades apenas em 2014) já submetido propostas de cursos novos junto à CAPES. Em termos de pesquisa, a atividade dos *campi* também tem sido intensa, com a aprovação sistemática de projetos junto aos órgãos de fomento.

38 O papel da UFSC, junto com outras instituições de pesquisa, na modernização e expansão da maricultura no litoral catarinense pode ser encontrado em Lins (2006).

39 O modelo de interação entre o parque industrial regional e nacional como as instituições de ensino superiores brasileiras pode ser encontrado em Andrade (2002).

O desafio da UFSC em termos de sua inserção regional não é pequeno, pois a exigência envolve a necessidade de conjugar diferentes ações (ensino, pesquisa e extensão) de modo a contribuir com a formação de qualidade, a construção de novos conhecimentos e a resolução de problemas econômicos e sociais.

2.2 Fundamentos da prática acadêmica

Como missão da UFSC, a prática acadêmica busca a ampliação e o aprofundamento da “formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida”⁴⁰.

Em seu projeto pedagógico institucional, a UFSC estabelece as bases para a busca da excelência, com vistas à formação do ser humano, enfatizando conhecimento teórico, habilidades científico-tecnológicas, autonomia intelectual e pessoal, compreensão profissional, ética e social, capacidade de comunicação e com atitude propositiva em relação ao desenvolvimento social e econômico do País.

Além disso, a Universidade tem buscado adaptar sua estrutura de ensino às demandas do contexto sócio-político-cultural, inserindo-se, portanto, na dinâmica da sociedade. Busca, ainda, contribuir na formação do ser humano com vistas à construção de cidadãos e ao preparo para as distintas experiências da vida, produzindo valores, reflexões e atitudes para a tomada de decisões – capacidades e habilidades que vão além do objetivo do exercício profissional.

A incorporação dessas diretrizes em todos os níveis de formação de pessoas deve nortear as práticas pedagógicas da instituição, reduzindo, desta maneira, a distância que ainda separa as técnicas e os procedimentos pedagógicos na formação de graduados e de pós-graduados.

O ensino, em todas as modalidades oferecidas pela UFSC – da Educação Infantil aos estágios de pós-doutorado –, representa uma das atividades fundamentais da instituição e baseia-se no processo de socialização do conhecimento.

Para garantir reflexão crítica a seus egressos, um dos elementos centrais da missão da UFSC é o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica com vistas a desenvolver a ciência e a tecnologia, ao mesmo tempo em que cria e difunde a cultura. Com isso, busca-se entender o ser humano e o meio em que vive. Simultaneamente, promove-se a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, comunicando-se tal saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação.

Essa comunicação ampla é complementada pelo estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os regionais, com destaque para as questões do Estado de Santa Catarina.

A Universidade concentra suas atividades de extensão para a população em geral, visando à difusão de benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. Essas atividades estão expressas, em muitos casos, na prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade. Internamente, a Universidade busca ações políticas e práticas com intuito de fomentar atividades de extensão, através do incremento da oferta de bolsas de extensão (Probolsas) e de recursos para projetos de extensão (Proextensão).

.....
40 Os princípios filosóficos que norteiam as práticas acadêmicas da UFSC estão resumidos nos arts. 3º e 4º de seu Estatuto, devendo-se lembrar que o art. 3º representa a missão.

2.3 Organização didático-pedagógica

A organização didático-pedagógica da UFSC está centrada em pró-reitorias e câmaras, conforme ilustrado pela Figura 6. Os órgãos deliberativos são as Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão. Os órgãos executivos da organização didático-pedagógica da UFSC são a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).⁴¹

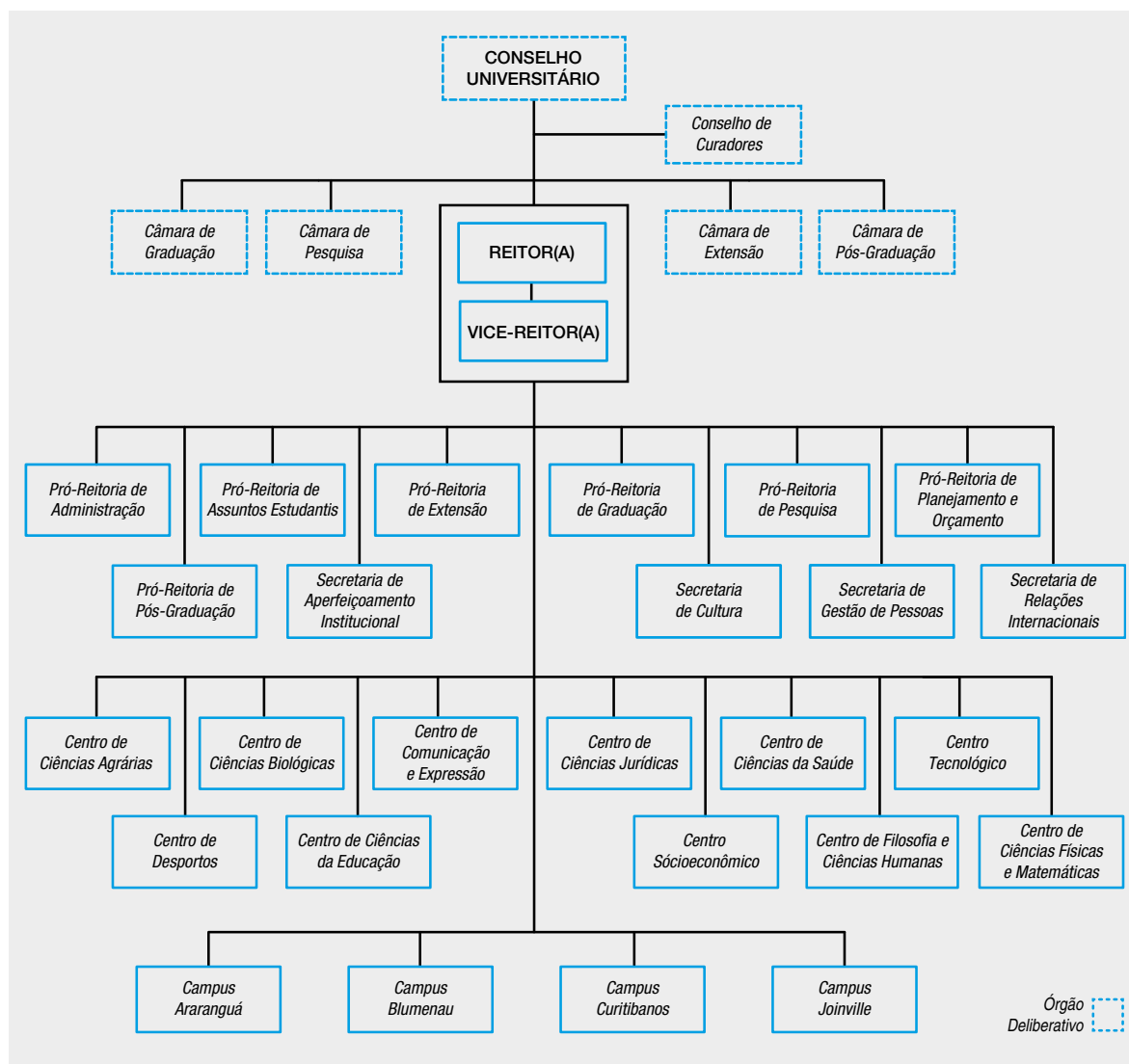


Figura 6 - Organograma geral da UFSC

Fonte: DPGI/PROPLAN.

Os cursos estão ligados às unidades universitárias, conforme a Figura 7. Cada curso ou programa tem um colegiado e o próprio centro tem um colegiado amplo, o Conselho da Unidade, composto de representantes dos servidores docentes, técnico-administrativos e discentes, dos diversos departamentos, cursos, secretarias e laboratórios. Nos *campi* de Araranguá, Curitiba, Joinville e Blumenau, os cursos estão ligados à direção-geral do *campus*.

41 As normas básicas do ponto de vista didático-pedagógico são a Resolução nº 17/CUn/97, da graduação, e a Resolução nº 10/CUn/97, da pós-graduação.

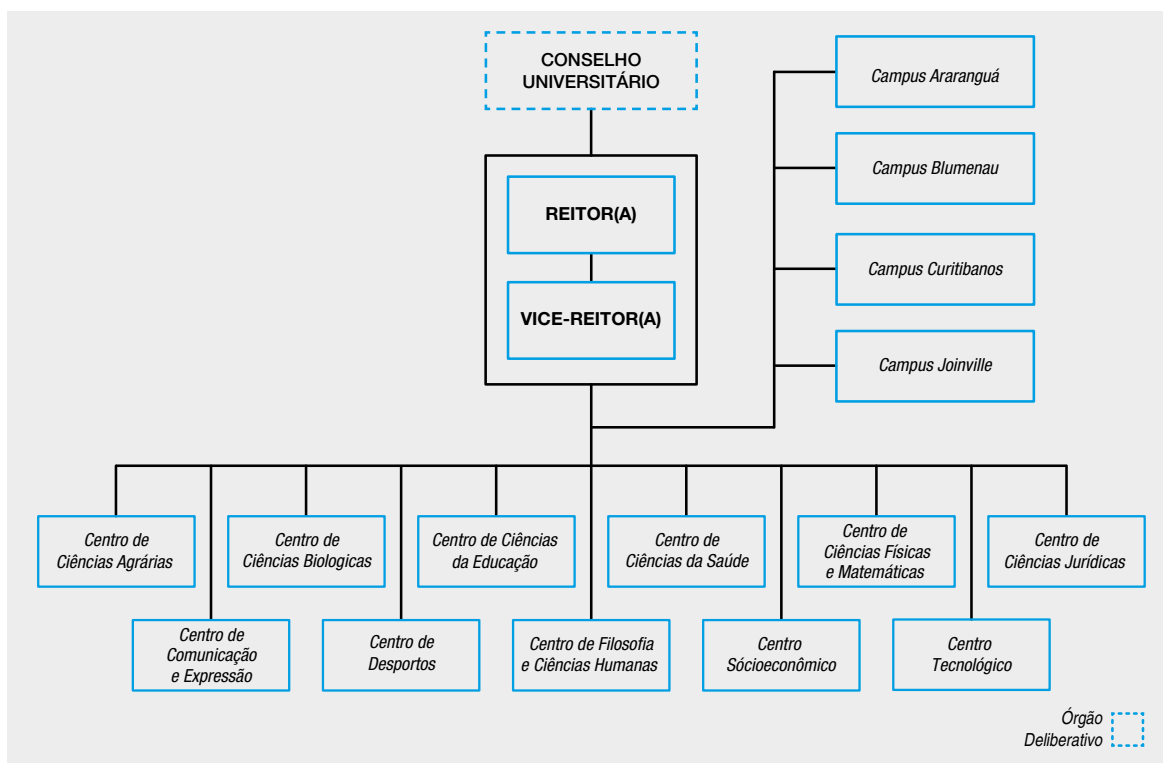


Figura 7 - Estrutura Organizacional

Fonte: DPGI/PROPLAN.

2.4 Políticas

As políticas da UFSC para o quinquênio 2015-2019 estão expressas de acordo com as seguintes dimensões: (1) ensino, (2) pesquisa, (3) extensão, (4) cultura, arte e esportes, (5) gestão. A dimensão do ensino contempla tanto a graduação como a pós-graduação, bem como a educação básica e o ensino a distância.

A formulação dessas políticas está organizada de acordo com objetivos e metas que serão os norteadores para a elaboração dos Planos Anuais das unidades componentes da UFSC.

2.4.1 Ensino

A política de ensino enfatiza a preparação do ser humano para entender e intervir adequadamente na sociedade e no mundo em que vive, buscando formar cidadãos com uma visão inter e multidisciplinar e pensamento global em suas ações, além de elevados padrões éticos.

Visando realizar uma aprendizagem de excelência, o ensino proporciona a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio da utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais na formação mais qualificada. Tais práticas deverão ser constituídas por aulas teóricas utilizando tecnologias educacionais inovadoras, práticas laboratoriais e de campo, elaboração de monografia, atividades de monitoria e estágio, participação em projetos de pesquisa, de iniciação científica e em atividades de extensão, bem como em congressos, eventos, oficinas e colóquios, entre outros.

Por meio da atualização e da modernização dos regimentos, busca-se institucionalizar os vários agrupamentos de laboratórios de pesquisa, de grupos de pesquisadores, incluídos ou não em convênios bilaterais ou multilaterais, e favorecer a constituição de convênios entre instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

OBJETIVO 1 – ASSEGURAR A QUALIDADE DO ENSINO EM TODOS OS NÍVEIS BUSCANDO NOVOS PATAMARES DE EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Metas:

- Fomentar uma política institucional para o desenvolvimento qualitativo de projetos pedagógicos de cursos presenciais e na modalidade à distância, em consonância com a missão da UFSC⁴² e com as diretrizes curriculares nacionais;
- Realizar ações permanentes de apoio à reformulação, implementação e gestão dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação de todas as unidades universitárias;
- Ampliar a integração entre os cursos de graduação e os programas de pós-graduação nas modalidades presencial e a distância;
- Estimular iniciativas de melhoria dos programas de educação básica, aumentando sua integração com os cursos de graduação e os programas de pós-graduação;
- Fortalecer os cursos de formação de professores na UFSC, incluindo professores especializados no ensino a distância;
- Institucionalizar as atividades de ensino a distância nos níveis de graduação, pós-graduação e nas diversas formas de educação continuada;
- Implementar ações de valorização dos coordenadores e servidores técnico-administrativos das coordenações dos cursos de graduação, da educação básica e dos programas de pós-graduação;
- Acompanhar os processos de avaliação institucional, orientando a comunidade acadêmica para a importância da melhoria contínua da qualidade dos cursos;
- Promover discussões e encaminhar o apoio, avaliação e reformulação dos Núcleos Docentes Estruturantes.

OBJETIVO 2 – ASSEGURAR A QUALIDADE DE ENSINO EM TODOS OS CICLOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO BÁSICA E EJA-QUILOMBOLA/SC)

Metas:

- Fomentar uma política pedagógica que proporcione “integração das atividades letivas como espaços de prática de docência e estágio curricular dos cursos de licenciatura da Universidade”, de acordo com a Portaria nº 959, de 27 de setembro de 2013, do MEC;
- “Ser espaço preferencial para a prática da formação de professor realizada pela Universidade, articulada com a participação institucional no Programa de Incentivo à Docência - PIBID e nos demais programas de apoio à formação de docentes”, de acordo com a Portaria nº 959, de 27 de setembro de 2013, do MEC;
- Contribuir na promoção da institucionalização de uma política de educação básica (NDI e CA) na UFSC;
- Desenvolver mecanismos e políticas para institucionalizar o ensino a distância na UFSC.

.....

42 “Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”.

OBJETIVO 3 – APRIMORAR OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES DE ENSINO NA UNIVERSIDADE

Metas:

- Criar mecanismos de análise dos Planejamentos e Acompanhamentos das Atividades Docentes (PAADs), com foco nos Projetos Pedagógicos, principalmente na estrutura curricular dos cursos;
- Desenvolver a unificação das informações institucionais sobre os currículos de todos os cursos de graduação;
- Estimular o cumprimento dos princípios da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), como máxima divulgação, obrigação de publicar, promoção de um governo aberto, limitação das exceções e procedimentos que facilitem o acesso, principalmente o acesso com a transparência ativa, fomentando a cultura da transparência pública.

OBJETIVO 4 – INSTITUCIONALIZAR AÇÕES INOVADORAS NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO

Metas:

- Promover ações permanentes para a reformulação, implementação e gestão do PPC (Projeto Pedagógico de Curso) e criar parâmetros gerais didáticos e de avaliação;
- Elaborar uma “proposta pedagógica da Educação inclusiva como modalidade transversal a todos os níveis e etapas de ensino da Educação Básica no Colégio de Aplicação”, de acordo com a Portaria nº 055/CA/2014;
- Criar mecanismos de análise dos Planejamentos e Acompanhamentos das Atividades Docentes (PAADs), com foco nos Projetos Pedagógicos, principalmente na estrutura curricular das áreas do conhecimento;
- Estimular e viabilizar as condições institucionais para utilização de metodologias educacionais inovadoras, além de promover a atualização constante dos recursos didático-tecnológicos;
- Fortalecer institucionalmente a interdisciplinaridade curricular e a incorporação, especialmente, de conteúdos sobre Educação Ambiental, Educação das Relações étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, bem como relações de gênero e respeito à diversidade sexual e aos direitos humanos;
- Tratar ciência, tecnologia e sociedade (CTS) de forma integrada, por meio de palestras e oficinas, visando à construção da cidadania dos educandos;
- Consolidar a oferta de disciplinas na modalidade a distância como atividade curricular integrante de todos os cursos presenciais de graduação;
- Incentivar e viabilizar as condições institucionais para implantação e avaliação de políticas de atividades complementares que considerem, em uma análise sistêmica e global, carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento;
- Estimular e viabilizar as condições institucionais para o envolvimento e a responsabilidade dos estudantes da Educação Básica e da graduação em atividades de monitoria, pesquisa, extensão e aprimoramento profissional;
- Desenvolver competências sócio comportamentais, científicas e tecnológicas para a futura carreira do estudante;
- Fomentar iniciativas institucionais que promovam a mobilidade interinstitucional estudantil e docente;

- Incentivar a realização de eventos acadêmicos articulados aos conteúdos dos projetos pedagógicos;
- Potencializar as ações educativas para que o Colégio de Aplicação seja um Espaço Educador para Sustentabilidade;
- Promover e incentivar a implementação de programas que possibilitem a formação continuada de professores da rede pública e dos recém-formados das IFES;
- Viabilizar iniciativas relacionadas às políticas de estágio e a seu papel na Universidade Federal de Santa Catarina;
- Contribuir na produção e socialização de conhecimentos na área da Educação Infantil (NDI).

OBJETIVO 5 – ESTABELECEER UMA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO, ACOMPANHAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO AOS DISCENTES (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO)

Metas:

- Institucionalizar e acompanhar constantemente as atividades de estágios, de monitoria, de tutoria e de apoio e orientação pedagógica em todos os *campi*, integrando-as às necessidades dos conteúdos disciplinares;
- Monitorar os índices de reprovação e evasão nos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância;
- Promover orientação pedagógica e educacional individual e em grupos para o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de aprendizagem e para a redução dos problemas de atenção e aprendizagem;
- Desenvolver ações inovadoras para reduzir a evasão, com a participação dos estudantes de pós-graduação e dos servidores técnico-administrativos;
- Aprimorar a política institucional de avaliação pelos discentes que colabore para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Promover a integração entre todos os agentes institucionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, facilitando a comunicação, o encaminhamento e a resolução das demandas acadêmicas;
- Colaborar para a integração acadêmica de estudantes estrangeiros matriculados na instituição, favorecendo a internacionalização com qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC.

OBJETIVO 6 – INSTITUCIONALIZAR UMA POLÍTICA DE ACOLHIMENTO, ACOMPANHAMENTO E APOIO PEDAGÓGICO AOS DISCENTES DO ENSINO BÁSICO

Metas:

- Proporcionar condições para o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar, tendo como referência o contexto social, político, econômico, cultural e ético dos educandos;
- Estabelecer políticas de permanência de educandos com vulnerabilidade social;
- Incentivar a aplicação de projetos-pilotos com novos modelos pedagógicos para os diversos níveis de ensino;
- Respeitar a diversidade cultural, filosófica, econômica e social dos educandos em todas as propostas pedagógicas;

- Monitorar os índices de reprovação e evasão no Ensino Fundamental e no Ensino Médio;
- Aprimorar a política institucional de avaliação discente que colabore para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Promover a integração entre todos os agentes institucionais responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, facilitando a comunicação, o encaminhamento e a resolução das demandas acadêmicas;
- Manter e ampliar intercâmbios acadêmicos com educandos nacionais e estrangeiros favorecendo integração dos educandos da Educação Básica da UFSC com outras instituições;
- Desenvolver ações de cooperação e de promoção institucional com os egressos.

OBJETIVO 7 – AMPLIAR O ACESSO QUALIFICADO E A EFETIVIDADE DOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO

Metas:

- Avaliar os diferentes mecanismos de ingresso à disposição das universidades federais e definir novas opções institucionais de ingresso à UFSC;
- Aprimorar constantemente as Políticas de Ações Afirmativas, procedendo à sua avaliação e à proposição de mecanismos relacionados às distintas dimensões e aos seus resultados;
- Ampliar o oferecimento de vagas em cursos noturnos, possibilitando maior acesso ao ensino público e gratuito;
- Ampliar a oferta de vagas e cursos nos *campi* fora de Florianópolis, de modo a consolidar a interiorização da UFSC e ampliar as possibilidades de acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade;
- Aprimorar os mecanismos de ocupação de vagas ociosas, após o processo de matrícula;
- Ampliar o apoio didático a estudantes estrangeiros, de graduação e de pós-graduação, visando a uma melhor integração e ao alcance de bons resultados.

OBJETIVO 8 – PROMOVER AÇÕES DE INTERAÇÃO COM OS EGRESSOS

Metas:

- Implementar uma política de relacionamento com os egressos;
- Implementar programas de monitoramento dos egressos para fornecer subsídios aos cursos, visando à constante atualização dos currículos perante as necessidades da sociedade;
- Desenvolver ações de cooperação e de promoção institucional com os egressos.

OBJETIVO 9 – ESTABELECEER UMA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE EDUCACIONAL

Metas:

- Desenvolver e executar a política institucional de acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais da UFSC;
- Promover condições iguais de acesso ao conhecimento por parte de estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais;
- Garantir que a estrutura física da UFSC seja adequada, de modo a dispor de acessibilidade às pessoas com deficiência física, visual e sinalizações voltadas a pessoas com deficiência física, surdas, cegas, com baixa visão e surdocegas.

2.4.2 Pesquisa

A pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas que lhe são próprias, especialmente quando interferem ou são produzidas sobre seres humanos, animais ou ambientes e espécies frágeis. No âmbito da UFSC, a maior ênfase será dada ao reforço de um ambiente institucional para o desenvolvimento da pesquisa, ao incremento dos grupos de pesquisa, à ampliação da infraestrutura correspondente, com implantação de novos laboratórios multiusuários institucionais, à construção de infraestrutura física e à contratação de pessoal qualificado para o desenvolvimento de pesquisa, incluindo os novos *campi* e o apoio do processo de formação e consolidação de novos pesquisadores.

OBJETIVO 10 – PROMOVER A IMPLANTAÇÃO DE ESTRUTURAS INOVADORAS DE PESQUISA

Metas:

- Reforçar a estrutura de apoio administrativo e técnico especializado a projetos de pesquisa institucionais;
- Fortalecer as atividades de pesquisa executadas nas unidades universitárias existentes e a serem criadas;
- Estimular iniciativas de melhoria do desempenho e das condições de financiamento dos grupos de pesquisa, de maneira a contemplar também atividades de pesquisa e extensão;
- Promover a integração da pesquisa com o ensino e a extensão;
- Contribuir para a preservação da memória bibliográfica e documental, desenvolvendo uma política que assegure condições adequadas de armazenamento aos acervos existentes na Universidade;
- Estimular pesquisas voltadas para o desenvolvimento de tecnologias com comprometimento social;
- Estimular pesquisas comprometidas com a sociedade, voltadas para o desenvolvimento de tecnologias sociais, tecnologias limpas e economia solidária.

OBJETIVO 11 – FORTALECER O AMBIENTE INSTITUCIONAL DA PESQUISA DE QUALIDADE

Metas:

- Promover e apoiar atividades de pesquisa, inclusive no que diz respeito a sua execução e divulgação, com especial atenção à produção bibliográfica qualificada;
- Promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais, interunidades e interinstitucionais, com especial atenção àquelas vinculadas a grupos de pesquisa consolidados;
- Consolidar e aperfeiçoar os instrumentos de avaliação das atividades de pesquisa;
- Fortalecer os conselhos de ética de pesquisa em seres humanos e animais.

OBJETIVO 12 – FORTALECER A INSERÇÃO REGIONAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UFSC NA ÁREA DA PESQUISA

Metas:

- Fortalecer a transferência de conhecimento e de tecnologia à sociedade;
- Ampliar as parcerias de pesquisa entre a Universidade e os diversos grupos sociais, como aqueles do movimento social e do setor empresarial, com atenção às pesquisas que envolvam proteção de resultados;
- Apoiar o Programa de Incubação de Empresas da UFSC e a Farmácia Escola UFSC/PMF;
- Desenvolver um Programa de Incubação de Cooperativas de Pesquisa na UFSC;
- Fortalecer pesquisas com alcance comunitário e de repercussão social;
- Fortalecer linhas de pesquisa com compromisso de desenvolvimento regional;
- Desenvolver e incentivar a pesquisa e a pós-graduação relacionadas à Língua Brasileira de Sinais.

OBJETIVO 13 – AMPLIAR A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA UFSC

Metas:

- Incrementar ações e projetos de cooperação internacional;
- Fomentar a cooperação institucional, interinstitucional, nacional e internacional em redes de pesquisa, principalmente as de alta complexidade;
- Fomentar a participação de docentes, discentes e servidores técnico-administrativos em eventos científicos internacionais para apresentação de trabalhos;
- Ampliar a publicação em revistas indexadas em bases de referência internacional;
- Incentivar o intercâmbio internacional do corpo discente e programas de dupla titulação e de cotutela.

2.4.3 Extensão

A UFSC está empenhada em construir e consolidar uma política de extensão alinhada com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária determinada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras. Com esse propósito, apoiará as ações extensionistas com os recursos disponíveis e por meio de parcerias com o Estado e a União, além de setores organizados da sociedade. Pretende, ainda, representar um agente importante de propagação plena do conhecimento ao expor à sociedade os resultados das ações de ensino, pesquisa e extensão universitárias e concomitantemente atuar como um agente de produção do conhecimento resultante das experiências adquiridas.

OBJETIVO 14 – PROMOVER APRIMORAMENTO CONTÍNUO DAS AÇÕES E ESTIMULAR PROPOSTAS INOVADORAS DE INTERAÇÃO COMUNITÁRIA

Metas:

- Consolidar a política de extensão vigente e expandir as ações extensionistas;
- Fomentar ações que mostrem avanços de todas as áreas do saber científico, tecnológico e artístico-cultural realizados pela UFSC;

- Estimular e consolidar ações de interação entre a comunidade universitária e a sociedade nas atividades de extensão;
- Estabelecer uma política de avaliação e acompanhamento das ações de extensão;
- Divulgar e estimular a produção bibliográfica, técnica e artística originada dos conhecimentos produzidos nos projetos de extensão desenvolvidos pelos servidores da Universidade e sociedade em geral;
- Apoiar o estabelecimento de parcerias com organizações públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de extensão;
- Aprimorar a interação com os órgãos suplementares da UFSC, como o Hospital Universitário, a Biblioteca Universitária e o Museu Universitário;
- Incentivar e apoiar os projetos e programas das diversas competições acadêmicas, bem como apoiar iniciativas de cooperação e redes de projetos interinstitucionais;
- Estimular e consolidar ações de extensão voltadas para a pessoa idosa e em processo de envelhecimento;
- Incentivar a proposição de projetos que contribuam para a geração de emprego e renda de alunos e ex-alunos bem como da sociedade em geral;
- Incentivar e implementar ações de extensão por meio de educação ambiental e da disponibilização de informação para a sustentabilidade, atuando de forma econômica e socioambientalmente comprometida em acordo com os valores da instituição;
- Estimular a inserção de ações de extensão nas grades curriculares dos cursos de graduação, conforme determina o Plano Nacional de Educação;
- Apoiar as atividades da Farmácia Escola UFSC/PMF no desenvolvimento de investigações sobre temas relevantes ao sistema de saúde no âmbito da assistência farmacêutica, especialmente aquelas relacionadas ao uso racional dos medicamentos e ao atendimento à comunidade como um todo.

OBJETIVO 15 – AMPLIAR E MELHORAR AS AÇÕES DE INTERAÇÃO COM OS SETORES ORGANIZADOS DA SOCIEDADE

Metas:

- Fortalecer a inserção da Universidade na sociedade catarinense por meio de ações voltadas para a sustentabilidade, atuando de forma econômica, social e ambiental;
- Fomentar a extensão por meio de intercâmbios e de redes de cooperação interinstitucionais;
- Incentivar e facilitar a participação dos servidores da UFSC em comitês de assessoramento técnico e conselhos externos, em âmbito estadual, nacional e internacional;
- Fomentar a criação de grupos de análise de conjuntura, observatórios e fóruns de discussão em diversas áreas temáticas, visando a ampliar as contribuições da UFSC para a resolução dos desafios contemporâneos da sociedade e especialmente da nação brasileira;
- Promover ações de extensão junto a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou ambiental.

2.4.4 Cultura, arte e esporte

A UFSC tem como objetivo central de sua política para a dimensão cultural a criação de um ambiente que potencialize a vivência e a produção de arte e de cultura, ampliando a formação profissional dos alunos, promovendo a participação de toda a comunidade universitária em

projetos artístico-culturais, bem como incentivando a integração da comunidade com a sociedade em ambiente de respeito e fomento da coexistência de construções identitárias pluriculturais e tolerantes.

As relações que o indivíduo estabelece com o mundo são fundamentais para o seu aprimoramento e para garantia da qualidade de vida. No ambiente acadêmico, a área de capacitação visa à humanização dessas relações a partir de projetos que priorizam, além da prática do ensino regular, a aprendizagem na área artística. As ações dos projetos culturais gerenciados pela UFSC, nesta área, possibilitam a produção, fruição e difusão da arte, ampliando os espaços que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente universitário e, também, a troca de saberes entre a instituição e a sociedade.

A política de esporte da UFSC tem fomentado diversas vivências e experiências à comunidade universitária que concebem o esporte enquanto ferramenta cultural, formativa, de lazer e de promoção social e pessoal. Além de promoverem a integração com a sociedade em geral e assegurarem a representação institucional estudantil em eventos regionais, nacionais e internacionais, as diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão buscam a produção de novos conhecimentos na área, o incremento da formação profissional universitária e a adoção de estilos de vida mais ativos. Ao adotarem a concepção de esporte plural, com diferentes significados e intencionalidades, as ações perspectivam o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, oportunizando o acesso ao esporte de lazer, de integração, de formação e de rendimento.

OBJETIVO 16 – AMPLIAR O AMBIENTE CULTURAL E ESPORTIVO DA UFSC PARA APERFEIÇOAR A FORMAÇÃO DO SER HUMANO

Metas:

- Fomentar a integração, a convivência harmônica e o bem-estar social da comunidade universitária;
- Reforçar o desenvolvimento individual, promovendo as potencialidades das pessoas e aprimorando a compreensão da função social do trabalho no serviço público de forma integrada com os objetivos institucionais;
- Consolidar ações e políticas com intuito de promover a educação cultural, artística e esportiva do corpo discente;
- Ampliar a promoção de programas e eventos culturais e esportivos de visibilidade e relevância na comunidade universitária;
- Ampliar a produção artístico-cultural, fortalecendo atividades em audiovisual, teatro, cinema, música, artes visuais, dentre outras áreas.

OBJETIVO 17 – PROMOVER MAIOR ARTICULAÇÃO COM AS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS NAS ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS E ESPORTIVAS

Metas:

- Fomentar as ações culturais, artísticas e esportivas da UFSC;
- Estabelecer e/ou fortalecer parcerias internas e externas junto a órgãos e setores ligados à área cultural, artística e esportiva;
- Promover a integração dos *campi* da UFSC através das políticas de cultura, arte e esporte;
- Propiciar aproveitamento de atividades culturais, artísticas e esportivas como formação complementar para os alunos de graduação;

- Estimular a participação dos alunos dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em atividades culturais, artísticas e esportivas;
- Incentivar jornadas acadêmicas e de pesquisa na área artístico-cultural e esportiva;
- Potencializar parcerias para viabilizar projetos culturais e esportivos de grande e médio porte;
- Fortalecer e consolidar o Projeto Fortalezas junto à comunidade universitária e à sociedade;
- Disponibilizar acervo bibliográfico aos pesquisadores da cultura açoriana.

OBJETIVO 18 – AMPLIAR AS AÇÕES DA UFSC COMO UM CENTRO DE INTEGRAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIFUSÃO DAS ARTES, DA CULTURA E DO ESPORTE

Metas:

- Ampliar as possibilidades de investimentos financeiros na área cultural, artística e esportiva da Universidade;
- Realizar anualmente eventos culturais, artísticos e esportivos que consolidem a atuação da UFSC como referência na área artístico-cultural e esportiva;
- Valorizar as culturas regionais nos diversos *campi* da UFSC.

2.4.5 Gestão

A política de gestão para os próximos cinco anos estará centrada na consolidação das práticas de gestão estratégica — sempre complementada pela atualização da gestão organizacional e da infraestrutura em apoio às atividades principais de ensino, pesquisa, extensão e cultura e arte. Integram essa política, ainda, programas e ações para o aprimoramento pessoal de servidores e de atenção à sua saúde, assim como um melhor relacionamento com organizações afetas ao funcionamento da universidade.

OBJETIVO 19 – INSTITUCIONALIZAR AS PRÁTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA, CONTEMPLANDO SEU PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Metas:

- Consolidar a infraestrutura institucional para as práticas de planejamento e gestão estratégica;
- Realizar sistematicamente, em conjunto com as unidades universitárias e administrativas, as atividades de planejamento institucional;
- Fortalecer a atuação dos órgãos colegiados na definição de ações estratégicas nas áreas de planejamento, regulamentação e avaliação.

OBJETIVO 20 – APRIMORAR A GESTÃO ORGANIZACIONAL

Metas:

- Implementar novas tecnologias e processos, visando à melhoria dos serviços prestados;
- Desenvolver programas de racionalização e desburocratização de processos;
- Institucionalizar as ações de gestão ambiental na Universidade;
- Instituir e gerenciar uma política institucional de atenção e apoio psicossocial e pedagógico.

OBJETIVO 21 – CONSOLIDAR AS AÇÕES DE EXPANSÃO NA PERSPECTIVA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL DE UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI

Metas:

- Consolidar ações de interiorização da Universidade nos *campi* em todas as dimensões, englobando ensino, pesquisa e extensão;
- Compreender e normatizar a estruturação dos trabalhos e fluxos dos processos nos *campi* fora de Florianópolis, atentando especialmente para suas especificidades;
- Consolidar as ações de expansão na perspectiva de gestão organizacional de uma universidade multicampi.

OBJETIVO 22 – IMPLEMENTAR AÇÕES BUSCANDO AMPLIAR A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSECUÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Metas:

- Buscar novas fontes de recursos financeiros, tendo em vista o atendimento das ações de ensino, pesquisa, extensão, cultura, arte e esporte;
- Melhorar a governança, ampliar a transparência e as responsabilidades na relação da Universidade com as fundações no apoio às atividades das unidades universitárias.

OBJETIVO 23 – ADEQUAR A INFRAESTRUTURA E SUA GESTÃO ÀS DEMANDAS DA ATUALIDADE

Metas:

- Fortalecer a manutenção preventiva de edificações, laboratórios, almoxarifados, sistemas de informação e de segurança física e patrimonial;
- Fortalecer o compartilhamento responsável de equipamentos científicos entre as diversas áreas da comunidade universitária;
- Desenvolver ações para a contratação de profissionais especializados para a operação de equipamentos de alta complexidade e o atendimento aos laboratórios multiusuários;
- Melhorar a infraestrutura para a realização de atividades artísticas, bem como para preservação de bens artístico-culturais sob a guarda da UFSC;
- Definir os critérios da ocupação territorial e do uso do espaço físico;
- Aprimorar o uso racional de recursos e ampliar e difundir iniciativas e programas já existentes, assegurando os princípios da sustentabilidade;
- Avaliar e melhorar os instrumentos e procedimentos relacionados à segurança pessoal e patrimonial na instituição;
- Adequar a infraestrutura e pleitear junto aos órgãos competentes as vias públicas de acesso da UFSC de modo a garantir a acessibilidade para fins de inclusão social, levando em consideração diferenças físicas dos membros da comunidade universitária;
- Aprimorar, continuamente, as Redes de Comunicação da UFSC e garantir a infraestrutura de Centros de Dados com potencial para operar com alta capacidade, disponibilidade, segurança e computação de alto desempenho;
- Ampliar a definição e a implantação de políticas, procedimentos e normas de uso dos serviços de TIC, bem como implantar um sistema de acompanhamento da compatibilidade dos recursos de TIC alocados (*hardware/software*) frente às demandas;

- Desenvolver ações visando manter atualizado o parque de *software* da UFSC, aprimorando o processo de aquisição e regularização e incentivando o uso de soluções livres e/ou de código aberto;
- Aprimorar a política de alocação e renovação de computadores, incentivar a aquisição de equipamentos com tecnologias convergentes, bem como adquirir, gerenciar e descartar equipamentos de forma aderente aos princípios da TI Verde;
- Melhorar os processos de governança de TIC, baseando-se em melhores práticas (PDTI, ITIL, CoBIT, IN 04) e recomendações dos órgãos externos (MPOG, TCU, CGU), bem como promover a adequação contínua das estruturas de governança e gestão da TI na instituição;
- Adequar processos, serviços e sistemas de TI às normas de segurança da informação NBR 27001 e 27002 bem como definir, implantar e promover a utilização de uma política de segurança da informação;
- Aperfeiçoar a governança e a gestão dos sistemas de informação, assim como aprimorar o processo de integração dos sistemas e promover, em conjunto com as respectivas áreas, a informatização de seus principais processos de negócio.

Um conjunto mais específico e detalhado de metas, voltadas ao atendimento das expectativas e necessidades institucionais quanto aos recursos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), pode ser encontrado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSC – PDTI (<http://pdti.ufsc.br/>).

OBJETIVO 24 – IMPLEMENTAR AÇÕES INOVADORAS PARA O APRIMORAMENTO INDIVIDUAL DOS SERVIDORES VISANDO À MELHORIA DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Metas:

- Reforçar o desenvolvimento individual, promovendo as potencialidades das pessoas e aprimorando a compreensão da função social do trabalho no serviço público de forma integrada com os objetivos institucionais;
- Desenvolver um programa de acolhimento, acompanhamento e orientação do servidor, a partir da sua entrada na UFSC, durante e após o estágio probatório;
- Propor diretrizes a fim de possibilitar o programa de gestão por competências para os servidores técnico-administrativos;
- Criar política de divulgação das ações da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP);
- Criar ações que possibilitem a informatização das atividades administrativas, buscando sua simplificação e a redução do tempo e do número de instâncias de tramitação de processos;
- Potencializar a capacitação a distância na UFSC;
- Promover encontros, cursos e eventos entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Sul, gerando visibilidade e aprendizado institucional à Secretaria de Gestão de Pessoas da UFSC;
- Buscar meios para captar recursos financeiros objetivando a potencialização das ações de capacitação promovidas pela SEGESP;
- Desenvolver estudos visando traçar um perfil do servidor ingressante na instituição, bem como investigações de cunho quanti-qualitativo acerca de fatores motivadores da solicitação de exoneração, por parte do servidor, de seu cargo na UFSC;
- Implementar um novo Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação;

- Implementar uma nova metodologia da avaliação de estágio probatório dos servidores técnico-administrativos em educação;
- Propor a revisão das regulamentações internas que regulam os processos inerentes à área de gestão de pessoas;
- Promover mecanismos de disseminação do conhecimento obtido em ações de capacitação entre os servidores;
- Desenvolver ações de atenção à saúde nos eixos da assistência suplementar, perícia oficial em saúde, promoção e vigilância em saúde, que visem à saúde, à qualidade de vida no trabalho, ao reconhecimento e à valorização dos servidores.

OBJETIVO 25 – FORTALECER E PROFISSIONALIZAR A COMUNICAÇÃO NO RELACIONAMENTO INTERNO E EXTERNO

Metas:

- Promover, em parceria com pró-reitorias, em todas as unidades acadêmicas e administrativas, ações de divulgação científica;
- Desenvolver ações para fortalecer a imagem da instituição junto à sociedade;
- Aperfeiçoar o relacionamento com as organizações definidoras de políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão e com órgãos governamentais como ministérios e secretarias estaduais e municipais.

OBJETIVO 26 – APRIMORAR A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis visa garantir a permanência dos estudantes na instituição, até a conclusão com sucesso, através de políticas de assistência estudantil, tanto para a graduação como para a pós-graduação.

Metas:

- Ampliar o número de vagas em Moradia Estudantil no *campus* de Florianópolis;
- Ampliar a capacidade do Restaurante Universitário em Florianópolis;
- Construir restaurantes universitários e unidades de moradia estudantil nos demais *campi*;
- Estruturar os Núcleos de Assistência Estudantil nos *campi*, visando à descentralização e à ampliação do apoio estudantil segundo demandas específicas;
- Estruturar e implantar programas institucionais de atenção à saúde, especialmente no âmbito psicossocial;
- Estruturar e implantar programas institucionais de apoio a atividades culturais, de esporte e lazer segundo demandas específicas de cada *campus*.

2.5 Responsabilidade ética, social e ambiental

A UFSC tem a responsabilidade de conscientizar, orientar e estimular práticas como a disseminação de conhecimentos sobre a responsabilidade ética e social, a criação de código de ética e conduta do servidor docente e técnico-administrativo, o incentivo de ações indutoras de valores à sociedade e a manutenção dos projetos e programas de responsabilidade ética, social e ambiental em todos os *campi*.

Na perspectiva das instituições de ensino superior, a UFSC defronta-se simultaneamente com a necessidade de qualificar seus discentes, futuros tomadores de decisão, contemplando as variáveis ambientais, qualidade, segurança e saúde ocupacional e responsabilidade ética e social na sua formação, e também de internalizar as práticas mais adequadas de gestão. À medida que a instituição evoluir nessas práticas, estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e próspera, além de econômica, social, ética e ambientalmente responsável.

As políticas listadas na Seção 2.4 incluem vários temas ligados à responsabilidade ética e social da UFSC, os quais são discutidos em conjunto na presente seção. A responsabilidade social inclui como subtemas a inclusão social, o meio ambiente, o desenvolvimento econômico e social, e a preservação da memória e do patrimônio cultural.

2.5.1 Inclusão social

As políticas de assistência estudantil (vista, correntemente, como inclusão social), avançam no sentido de atendimento à legislação federal que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desta forma, a assistência estudantil na UFSC está direcionada às atividades destinadas ao fortalecimento do desempenho acadêmico, da permanência estudantil, das atividades de cultura, de lazer e de esporte, principalmente para aqueles discentes com vulnerabilidade social. As políticas estabelecidas na seção anterior consideram em especial ações direcionadas a fortalecer o desempenho acadêmico, via bolsas estudantis, ensino de línguas, acesso à informática, participação político-acadêmica e acompanhamento psicopedagógico; ampliar as ações direcionadas para a permanência estudantil, o que inclui moradia, alimentação, saúde, transporte, creche, acessibilidade; e apoiar atividades de cultura, de lazer e de esporte.

No que tange às políticas de acessibilidade, as pessoas com deficiência requerem um atendimento diferenciado que possibilite não apenas seu acesso à instituição, mas a disponibilização de recursos didático-pedagógicos, como audiolivros, material em LIBRAS, braille e ampliações; um atendimento especial no Serviço Social, a oferta de moradia diferenciada, com as adaptações que a situação exija; o fortalecimento do Ambiente de Acessibilidade Informacional da Biblioteca que ofereça material adaptado e atendimento especializado.

Em 2007, foi criado o Programa Institucional de Ações Afirmativas, passando a UFSC a adotar critérios sociais e raciais em seu processo seletivo. Assim, nos vestibulares de 2008 e 2009, do total de vagas oferecidas em cada curso, 20% foram destinadas para alunos que cursaram integralmente o ensino básico em escolas públicas e 10% para candidatos negros. Foram ainda oferecidas cinco vagas extras para candidatos indígenas. Em 2012, o Conselho Universitário aprovou a Resolução nº 22/CUn/2012, reeditando o Programa de Ações Afirmativas da UFSC. Em 29 de agosto de 2012, o Congresso Nacional aprovou a Lei 12.711/2012, determinando que todas as instituições públicas federais de ensino — universidades, institutos federais e escolas técnicas — passassem a reservar, a partir daquela data, 50% de suas vagas, em todos os cursos e turnos, para estudantes egressos da escola pública. Como a Lei 12.711/2012 era de vigência imediata, o Conselho Universitário aprovou a Resolução nº 26/CUn/2012, adequando o Programa de Ações Afirmativas da UFSC aos novos marcos regulatórios, de abrangência nacional. Dessa forma, a UFSC deverá desenvolver nos próximos cinco anos um conjunto de políticas relacionadas à institucionalização das ações afirmativas, em consonância com as diretrizes da Lei 12.711/2012 e com a trajetória institucional já acumulada.

2.5.2 Gestão ambiental

A Universidade Federal de Santa Catarina, comprometida com a contínua melhoria das práticas de ensino, pesquisa, cultura, arte, extensão e gestão, busca implementar ações voltadas ao meio ambiente, à segurança, à saúde ocupacional e à responsabilidade ética e social.

Nesse sentido, em 2012 a UFSC aderiu ao programa “Esplanada Sustentável”, do Governo Federal e, em 2014, ao programa “A3P”, do Ministério do Meio Ambiente. Estas adesões reiteram o compromisso institucional da Universidade com as diretrizes governamentais e com a sustentabilidade.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por meio da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, regulamentou a elaboração do Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) na Administração Pública Federal. A UFSC, em 2013, finalizou a elaboração do seu PLS, sendo a primeira universidade do país a concluir este plano, que servirá como guia para todas as ações que envolvam a sustentabilidade na gestão universitária.

Nessa conjuntura, a instituição norteará suas ações com base nas diretrizes dos principais programas governamentais ora citados, priorizando a atuação em gestão de resíduos sólidos, uso racional de recursos, capacitação e sensibilização na temática ambiental, preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, contratações, construções e compras sustentáveis.

A UFSC, balizando-se na legislação ambiental vigente, buscará a implementação de práticas sustentáveis e fomentará projetos relacionados ao tema. Esses objetivos serão desdobrados em ações que visarão integrar os *campi*, além de incluir a temática, transversalmente, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a comunidade externa.

Para auxiliar no cumprimento desses objetivos e planejar ações dentro das diretrizes geradas pela comissão de execução do Plano de Logística Sustentável, a UFSC dispõe de uma equipe interdisciplinar, a qual trabalha captando demandas e instruções governamentais e mobilizando os setores responsáveis dentro da instituição.

2.5.3 Desenvolvimento econômico e social

Deve-se consolidar a extensão universitária como um elo fundamental entre Universidade e sociedade, de modo que as atividades de extensão promovam o progresso das comunidades a que atendem enquanto colaboram para que a Universidade se mantenha apta a corresponder às necessidades externas. Além disso, a extensão tem o propósito de contribuir para a formação de novos profissionais dotados de consciência social.

As ações de extensão da Universidade consolidam oportunidades de crescimento econômico e social para a região nas diversas áreas do conhecimento, especialmente ao se considerar em cursos e oficinas voltadas à comunidade. Dentre esses, podem-se citar os cursos de língua estrangeira que são ofertados em vários idiomas, domínio de *softwares* computacionais, oficinas de arte e práticas esportivas que atendem, em grande número, o público jovem. Os benefícios são tanto sociais quanto econômicos, ao qualificar os jovens que estão iniciando a idade produtiva. Indiretamente, fomentam-se outros fatores econômicos relevantes, como o empreendedorismo.

Devem-se destacar, na área da saúde, as atividades desenvolvidas pela Clínica Odontológica, pelo Serviço de Atendimento Psicológico (SAPSI), pela Farmácia Escola e, principalmente, pelo Hospital Universitário (HU). Estas atividades integram ensino, pesquisa e extensão, com grande repercussão social. Esta é uma das metas a serem continuamente perseguidas.

O conhecimento multidisciplinar, tido como diferencial na formação profissional, está inserido nas ações de extensão promovidas pela Universidade, disseminando técnicas, métodos e procedimentos complementares, tanto para jovens estudantes quanto para profissionais já atuantes, sob a forma de qualificação profissional.

2.5.4 Preservação da memória e do patrimônio cultural

Em relação à preservação da memória e do patrimônio cultural, a UFSC tem, como destaque, o Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (MARquE), o Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina, o Núcleo de Estudos Açorianos e o Conjunto Arquitetônico das instalações do Departamento Artístico Cultural/DAC.

O MARquE atua como órgão de preservação, ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Arqueologia, Antropologia e Museologia. É um porta aberta à comunidade externa, convidando-a a vir até a Universidade Federal de Santa Catarina para conhecer um pouco mais de seu próprio passado e refletir sobre a sua identidade cultural tão diversificada. Possui um importante acervo de Arqueologia Pré-Colonial e Histórica, de etnologia indígena, e a coleção “Prof.^a Elizabeth Pavan Cascaes”, com o acervo de Franklin Joaquim Cascaes.

Além disso, o MARquE tem sido espaço de importantes exposições nos últimos três anos, de recepção de acervos arqueológicos e etnológicos, de ações pedagógicas envolvendo escolas públicas de Santa Catarina, de estágio de estudantes de graduação e de pesquisa de estudantes e pesquisadores.

O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foi criado em 1989 com o objetivo de restaurar e revitalizar as fortificações construídas pelos portugueses durante o século XVIII, cuja função era a de proteger a Ilha de Santa Catarina. O projeto foi financiado a fundo perdido pela Fundação Banco do Brasil, através de um convênio cujo objeto era a restauração e consolidação das fortificações de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos, São José da Ponta Grossa e Nossa Senhora da Conceição, localizadas na Barra Norte da Ilha de Santa Catarina. Os projetos de restauração foram elaborados em parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a coordenação executiva da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Projeto Fortalezas produz vídeos, *folders*, álbuns fotográficos, maquetes, exposições diversas e publicação de vários livros com intuito de divulgar esse patrimônio histórico agora restaurado, que se mantém como referência cultural e turística em Santa Catarina.

Em 2013, o Projeto Fortalezas foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento de Cidades Históricas (PACCH), programa do Governo Federal para o qual a UFSC assume o compromisso de apresentar a sua contrapartida de participação.

Desta forma, a UFSC está propondo um Plano de Ação para Integração Acadêmica, buscando viabilizações de ações conjuntas na direção do fortalecimento e expansão da preservação patrimonial, possibilitando a utilização das fortalezas como um “*campus* avançado” — laboratório vivo, com programas continuados de ensino, pesquisa e extensão dos departamentos de ensino e programas de pós-graduação da instituição.

A proposta caminha para a construção de uma Agenda Propositiva em que todos os envolvidos — docentes, discentes, núcleos de pesquisa, laboratórios e grupos de estudos — tenham a participação efetiva por meio de ideias, propostas, sugestões e parcerias que possibilitem a vinculação do Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina com as atividades acadêmicas de extensão da UFSC e sua inter-relação com o ensino e a pesquisa.

O Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da UFSC atua na pesquisa, no ensino e na extensão valorizando e, principalmente, preservando os traços da cultura popular de todo o litoral catarinense. As atividades de extensão do NEA se concentram em repassar os resultados das pesquisas realizadas para as comunidades de base açoriana, divulgando e motivando, por meio das comunidades, a preservação de suas tradições. Na perspectiva do ensino, realiza a capacitação de professores da rede pública de ensino em 44 cidades do litoral catarinense. O objetivo é levar

para estas comunidades os resultados das pesquisas realizadas, promovendo cursos para professores, palestras, exposições, oficinas de artesanato, apresentações culturais, intercâmbio de grupos folclóricos, lançamentos de livros e exibição de documentários.

Como exemplo da atuação do NEA, destaca-se a organização do AÇOR – Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina, realizada anualmente. Para a realização do evento, são executadas ações por meio de cursos oferecidos aos professores da rede de ensino do município no qual o evento será realizado; mobilização dos grupos folclóricos do litoral do estado; mobilização das cidades para montagem de seus estandes culturais. O evento conta com um público aproximado de 20 mil pessoas durante a festa, registra em média a participação de 52 instituições culturais, mais de 60 apresentações folclóricas e montagem de aproximadamente 50 estandes culturais. O evento é totalmente gratuito.

O NEA mantém uma biblioteca especializada na temática açoriana aberta à comunidade em geral e realiza oficinas de artesanato como tecelagem, cerâmica utilitária e cerâmica figurativa dentro do Projeto Saber Fazer, com o objetivo de repassar técnicas e capacitar artesãos.

O Departamento Artístico Cultural (DAC) tem as suas instalações no conjunto arquitetônico da antiga Igrejinha do bairro Trindade — patrimônio significativo da paisagem cultural do bairro, em Florianópolis. A região da Trindade foi ponto de acomodação de casais açorianos, chegados em meados do século XVIII. Já era lugar conhecido por ser passagem para a Lagoa, e foi a última freguesia criada na Ilha de Santa Catarina.

Adquirido e preservado pela UFSC, que buscou valorizar a memória da comunidade, o conjunto foi destinado para as artes e reformado na década de 1970. Compreende a Igrejinha, com auditório de música, o Teatro (antigo salão paroquial), com sala de espetáculos, e a Casa do Divino, com espaço para oficinas.

As paredes internas do edifício da Igrejinha, no local do antigo altar-mor, abrigam a pintura mural *Humanidade*, que, com 160m², é a maior obra pictórica do artista plástico catarinense Hassis, que morou parte da sua vida no bairro.

A UFSC, nesse espaço de memória, através do Departamento Artístico Cultural, há décadas promove arte e cultura, integrando atividades de ensino, pesquisa, produção e extensão, nas áreas de artes visuais, cinema, música e teatro. Realiza, assim, um conjunto de projetos, com produções e montagens, grupos de pesquisa e de estudos, atividades de cursos e oficinas, apresentações musicais e de teatro, exposições, assessorias, congressos e festivais. Essas atividades, destinadas à comunidade acadêmica e externa, visam contribuir para a formação integral do indivíduo, desenvolvendo o seu espírito crítico, e colaborar para a formação de um público apreciador da arte — uma atuação que busca a melhoria da qualidade de vida e a transformação da sociedade.

Com o uso permanente dos edifícios do conjunto histórico da Igrejinha da UFSC, a Universidade garante a preservação desse espaço de memória do bairro e da cidade e possibilita que a comunidade possa usufruí-lo ao frequentar as atividades que ali são realizadas. Ao mesmo tempo, com as produções artísticas realizadas nesse espaço com os projetos do DAC, amplia-se o patrimônio cultural da instituição, fonte potencial de pesquisas interdisciplinares.

A preservação da memória e do patrimônio cultural na UFSC está intimamente ligada, também, a esses citados espaços culturais e às suas atividades.





3

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Sendo uma universidade federal multicampi, a UFSC possui uma estrutura institucional de apoio complexa e adaptada à realidade. O presente capítulo apresentará sua organização e a gestão.

A organização da UFSC é estruturada conforme o estabelecido em seu Estatuto aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 — Resolução n° 65/78⁴³, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, através da portaria n° 56 de 1° de fevereiro de 1982 (Parecer n° 779/CFE/81). A administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de unidades, subunidades e órgãos suplementares.

A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UFSC É COMPOSTA DA SEGUINTE MANEIRA:

I. Órgãos Deliberativos Centrais:

- a) Conselho Universitário;
- b) Câmara de Graduação;
- c) Câmara de Pós-Graduação;
- d) Câmara de Pesquisa;
- e) Câmara de Extensão;
- f) Conselho de Curadores.

II. Órgãos Executivos Centrais:

- a) Reitoria;
- b) Vice-Reitoria;
- c) Pró-Reitorias;
- d) Secretarias.

CONFORME O ESTATUTO UNIVERSITÁRIO, A ADMINISTRAÇÃO EM NÍVEL DE UNIDADES EFETIVAR-SE-Á POR INTERMÉDIO DE:

I. Órgãos Deliberativos Setoriais:

- a) Conselhos das Unidades;
- b) Departamentos.

II. Órgãos Executivos Setoriais:

- a) Diretoria de Unidades;
- b) Chefia de Departamentos.

3.1 Conselho Universitário

O Conselho Universitário (CUn) é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da instituição. A composição do CUn contem-

.....

43 Alterado pelas Resoluções n° 30, 31, 32, 40, 53 de 1980; 18, 29 e 38 de 1981; 59 de 1983; 39, 105 e 136 de 1984; 107, 129, 131 e 144 de 1985; 82 e 109 de 1986; 9 e 13-A de 1987; 78 de 1988; 45 de 1989; 52 de 1990; 43 de 1991; 81, 82, 95 e 106 de 1993; 48 e 80 de 1994; 11 e 26 de 1995; 32 de 1996; 4 de 1997; 21 de 2002; e 12 de 2004.

pla representantes de todas as categorias da comunidade universitária (servidores técnico-administrativos, servidores docentes e discentes) e da comunidade externa⁴⁴.

3.2 Conselho de Curadores

O Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, acompanha e fiscaliza a execução orçamentária, aprova a prestação de contas anual da Universidade, aprova e fiscaliza acordos ou convênios, aprova e fiscaliza a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento, entre outras atribuições de caráter econômico e financeiro.

A composição e as atribuições mais detalhadas dos órgãos deliberativos e órgãos executivos podem ser encontradas no link <http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/ESTATUTO-revisado-18-01-2012.pdf>.

A seguir, apresenta-se brevemente o funcionamento da gestão universitária de acordo com as atividades fim da Universidade, considerando a unicidade entre os objetivos de ensino, pesquisa e extensão.

3.3 Ensino – educação básica e ensino superior presencial e a distância

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), órgão executivo central, auxilia a Reitoria em suas tarefas executivas na área da educação do ensino básico e do ensino superior de graduação das modalidades presencial e a distância. Entre as competências da PROGRAD, estão:

- a) coordenar a formulação e a implementação de políticas para o ensino;
- b) emitir pareceres sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação;
- c) convocar e presidir as reuniões da Câmara de Graduação;
- d) propor à Câmara de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação.

A Câmara de Graduação é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino de graduação. É composta pelo pró-reitor de graduação, por representantes de coordenadores de cursos e por representantes discentes de graduação. Tem como competência principal propor normas e decidir sobre o ensino básico e o de graduação, incluindo normas sobre regime de trabalho de docentes.

Como instâncias de tarefas executivas, a PROGRAD possui, vinculados ao Gabinete da Pró-Reitoria: a Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE), o Comitê Gestor de Formação Inicial e Continuada de Profissionais de Educação Básica (Ação 20RJ), a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), o Programa de Ações Afirmativas, a Coordenação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional (NUTE), o Programa de Formação Continuada (PROFOR), o Espaço Físico Integrado (EFI), o Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP), o Departamento de Ensino (DEN), o Departamento de Administração Escolar (DAE), a Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Avaliação (CAAP) e a Coordenadoria de Acessibilidade Educacional (CAE).

Compete ao Comitê Gestor de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação de profissionais do magistério da educação básica, bem como a gestão e execução de recursos recebidos por meio do apoio financeiro. A Ação 20 RJ inclui programas que incentivam e promovem a formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários

44 A composição exata pode ser consultada em: <http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/ESTATUTO-revisado-18-01-2012.pdf>

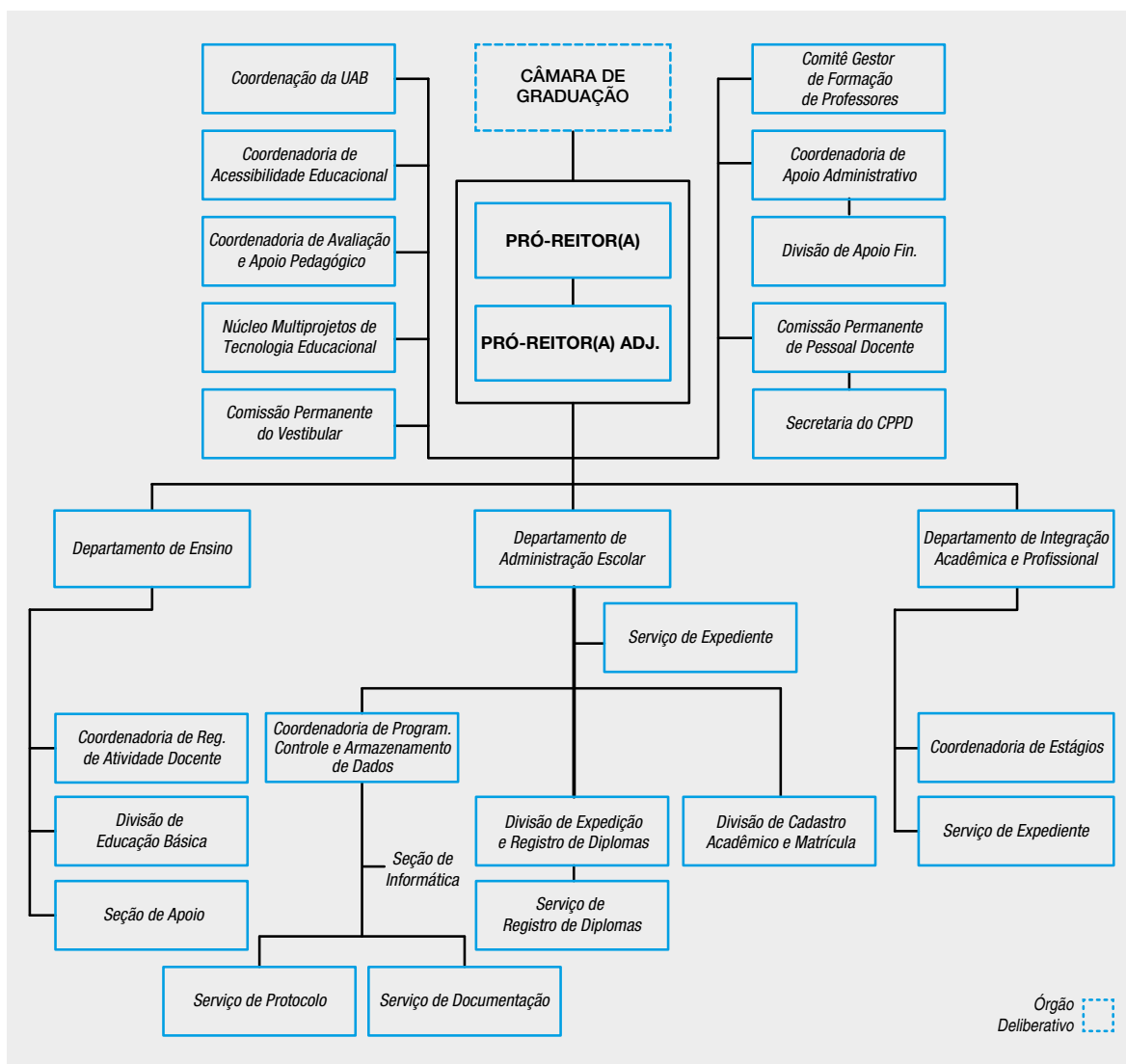


Figura 8 - Organograma PROGRAD.

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC, coletado em 23 jul. 2014.

e gestores. Contempla o desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela educação básica.

A CAAP é responsável pela implementação, organização e execução de ações de acompanhamento e apoio pedagógico aos estudantes de graduação. O PROFOR oferece formação continuada para docentes do ensino superior e básico da UFSC. A CAE atua junto à educação básica, aos cursos de graduação e aos programas de pós-graduação atendendo ao princípio da garantia dos direitos das pessoas com deficiência, mediante a equiparação de oportunidade, propiciando autonomia pessoal e acesso ao conhecimento.

O NUTE tem a missão de possibilitar o desenvolvimento de material educacional digital, para as várias áreas de conhecimento da UFSC, tendo como visão ser referência no desenvolvimento e uso de tecnologia educacional digital, a partir da concepção de que a tecnologia deve servir ao desenvolvimento humano.

A UAB é a instância responsável pelas deliberações relativas à Universidade Aberta do Brasil na UFSC. Seu objetivo é contribuir para a institucionalização da modalidade a distância e promover a expansão e a consolidação da EaD/UAB na instituição.

O EFI é um espaço de integração acadêmica sob a gestão da PROGRAD. Atua nas necessidades de espaço físico da UFSC, atendendo prioritariamente aos cursos de graduação, mas também atende às demais demandas acadêmicas que se fazem necessárias.

O DEN é responsável pela coordenação das atividades de ensino de graduação nas modalidades presencial e a distância, além da educação básica. O DAE tem por finalidade a programação, o registro e o controle das atividades escolares dos cursos de graduação. O DIP é responsável pela coordenação das atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à UFSC, e dos programas de Educação Tutorial (PET) e de Egressos da UFSC.

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL POR CURSO

Cada curso de graduação indica, em seu projeto pedagógico, as competências exigidas. Em 2009, a UFSC finalizou o processo de reforma curricular, e todos os cursos de graduação estão com seus projetos em construção, tramitando pelos órgãos colegiados ou já aprovados e em implantação⁴⁵.

Uma das preocupações nesse processo de reforma e também nos estudos de viabilidade de criação de novos cursos é a avaliação externa de cursos proporcionada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), dentro do mesmo sistema que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração do PDI. A avaliação dos cursos existentes é composta de três avaliações parciais: instituições, cursos e desempenho dos estudantes⁴⁶.

O Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e o Colégio de Aplicação (CA), completam o ciclo de atendimento da educação básica na UFSC: ensino infantil, fundamental e médio.

3.4 Pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*

A UFSC conta com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), a qual atua como órgão executivo central nessa área. Entre suas atribuições, estão o acompanhamento de programas de pós-graduação e a coordenação de atividades relacionadas à criação, ao funcionamento, ao acompanhamento e à avaliação dos cursos de especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A Câmara de Pós-Graduação é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino de pós-graduação. É composta pelo pró-reitor de pós-graduação, por representantes das unidades universitárias e por representantes discentes de pós-graduação. Tem como competências⁴⁷ principais propor normas e decidir sobre o ensino de pós-graduação, incluindo as políticas de pós-graduação e os aspectos didático-pedagógicos.

A PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO POSSUI CINCO COORDENADORIAS:

- a) **Coordenadoria de Acompanhamento de Programas (CAP)** — colabora no controle dos regimentos, da estrutura curricular, das normas de credenciamento e reconhecimentos dos docentes; apoia o preenchimento da Plataforma Sucupira; atualiza os manuais para o Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação (CAPG); analisa e registra as ações de cooperação internacional; elabora e ministra treinamentos periódicos para capacitação e atualização dos servidores técnico-administrativos e docentes envolvidos nos programas de pós-graduação *stricto sensu*; elabora parecer técnico nos projetos de criação de programas de pós-graduação; analisa pedidos de cotutelas; providencia dados acadêmicos da

.....

45 O catálogo de ementas de cada curso está disponível em www.sia.ufsc.br/catalogo.

46 Os conceitos por curso estão disponíveis em www.inep.gov.br/superior/enade/.

47 Ver o Estatuto da UFSC, art. 21, para as atribuições da Câmara de Pós-Graduação.

pós-graduação *stricto sensu* para atender às auditorias internas e externas; elabora parecer técnico para subsidiar a análise dos processos de reconhecimento interno de diplomas de mestre e doutor emitidos por instituições brasileiras, obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC.

- b) **Coordenadoria de Educação Continuada (CEC)** — assessora a criação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização, aperfeiçoamento e estudos de aprofundamento); auxilia na inclusão dos dados no Sistema de Controle Acadêmico da Pós-Graduação (CAPG); acompanha a realização dos cursos de especialização no CAPG e controla a carga horária dos docentes; elabora pareceres técnicos para assessorar a Câmara de Pós-Graduação; executa a produção de dados da pós-graduação *lato sensu* para atendimento das demandas das auditorias internas e externas; elabora parecer técnico nos processos de reconhecimento interno de certificados de cursos de pós-graduação *lato sensu* obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC.

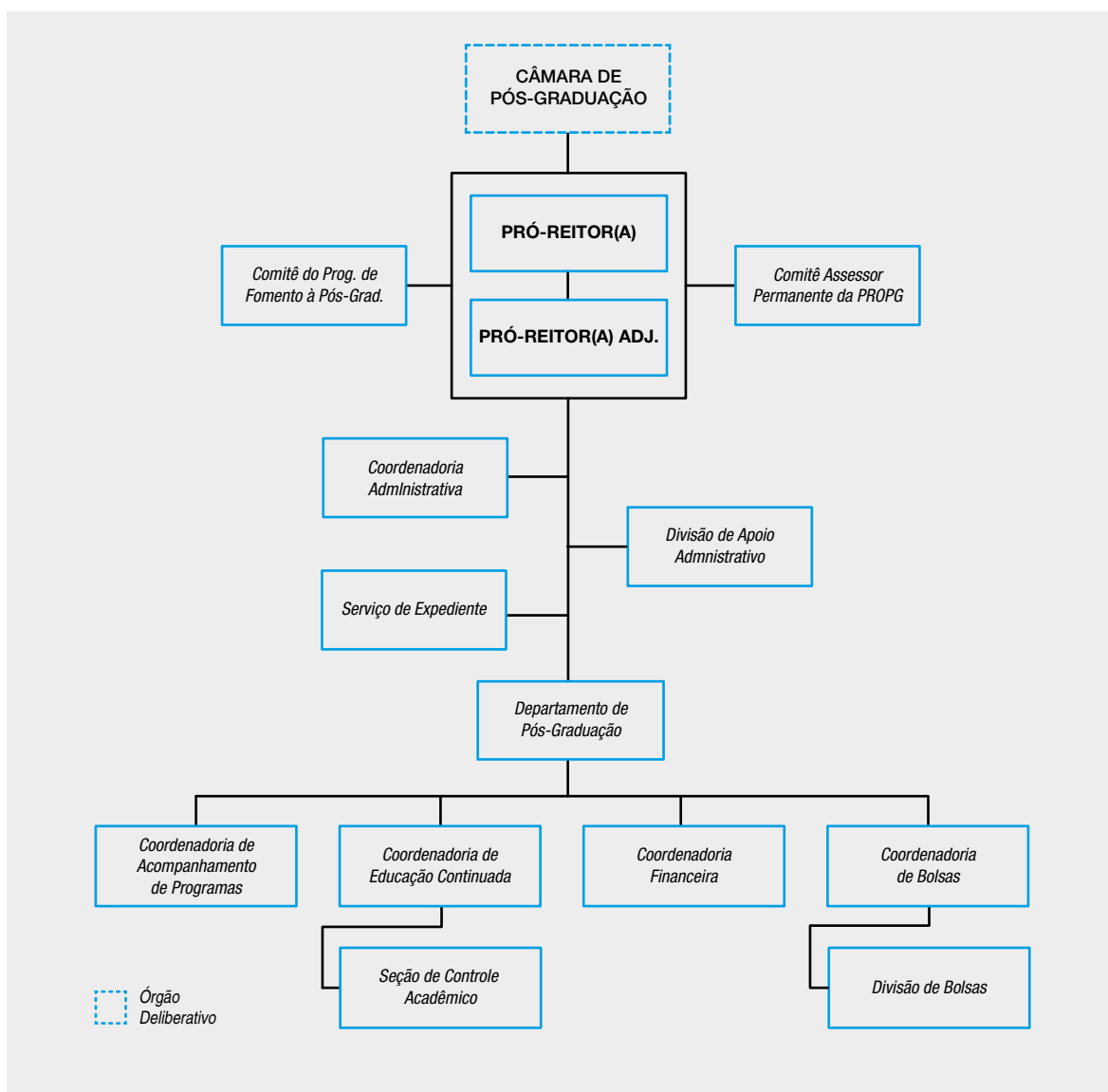


Figura 9 - Organograma PROPG

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC, coletado em 23 jul. 2014.

- c) **Coordenação Financeira (CFI)** — assessora a elaboração de projetos institucionais de captação de recursos; executa o controle de aplicação dos recursos PROAP/CAPES pelos programas; executa o controle da gestão dos recursos do orçamento da UFSC; coordena os pedidos de compras e de serviços dos programas de pós-graduação; elabora processos de licitações, dispensas e inexigibilidade para compras e serviços de terceiros; executa a produção de dados financeiros da pós-graduação para atender às auditorias internas e externas.
- d) **Coordenação Administrativa (CAD)** — assessora os pró-reitores nos assuntos pertinentes da pós-graduação; atua como interveniente nas relações externas com outras instituições de ensino superior e agências de fomento em assuntos diretamente ligados ao pró-reitor e ao pró-reitor adjunto; assessora e supervisiona as reuniões da Câmara de Pós-graduação; divulga as decisões dos pró-reitores no âmbito da PROPG e aos demais interessados da comunidade universitária.
- e) **Coordenadoria de Bolsas (CBO)** — coordena a gestão dos programas institucionais de bolsas de pós-doutorado (PNPD/CAPES) e de mestrado/doutorado (CAPES, FAPESC, PEC/PG e MCT/Moçambique/CNPq); analisa a documentação necessária para implementação de bolsas PDSE no exterior, para posterior homologação da PROPG; assiste aos estudantes, professores e servidores técnico-administrativos vinculados aos programas de pós-graduação, em relação à implementação de bolsas.

Fazem parte também das atribuições da PROPG: a emissão de pareceres sobre certificados e diplomas obtidos fora da UFSC para fins de ascensão funcional de professores e de servidores técnico-administrativos; o reconhecimento de diplomas de mestrado e de doutorado obtidos no exterior; e o estabelecimento de convênios internacionais que visem à dupla titulação na pós-graduação e em acordos de cotutela.

O desenvolvimento de políticas harmoniosas e de qualidade no ensino de pós-graduação assume o objetivo maior de buscar novos patamares de excelência acadêmica visando à formação de pesquisadores e de docentes do ensino superior. Entre as metas para a pós-graduação, com vistas a atingir esse objetivo maior, e que aparecem detalhadamente na seção sobre políticas, podem ser destacadas aqui as seguintes:

- a) criação de programas de pós-graduação em todas as áreas existentes na graduação;
- b) criação de doutorados junto aos programas que só contam com mestrados;
- c) criação de novos programas interdisciplinares que atendam a outros perfis de formação;
- d) criação de novos programas resultantes de grupos de pesquisa que apresentem questões inovadoras;
- e) elevação do patamar na avaliação junto à CAPES, como decorrência da melhoria do desempenho e da qualificação continuada e ascendente dos programas, que formam recursos humanos de qualidade para a pesquisa e para a docência de ensino superior;
- f) ampliação da inserção nacional e da internacionalização da pós-graduação da UFSC.

A interação entre a PROPG e os programas de pós-graduação tem facilitado ações visando à melhoria da inserção nacional nos projetos de Doutorado Interinstitucional (Dinter) e de Mestrado Interinstitucional (Minter), e da inserção internacional nos diversos programas de internacionalização: Erasmus Mundus, Bolsas de Doutorado Sanduíche, Professor Visitante Estrangeiro, pós-doutorados no exterior, recebimento de doutores para realizar pós-doutorado na UFSC, além do estímulo ao estabelecimento de convênios que permitam a dupla titulação doutoral e a cotutela.

Em relação a objetivos e metas para o planejamento e gestão institucional, a PROPG trabalha no sentido da expansão quantitativa e qualitativa. A quantitativa refere-se aos esforços para a aber-

tura de novos programas de pós-graduação, tanto naquelas áreas em que já existe um curso de graduação como nas áreas em que existem linhas e grupos de pesquisa de prestígio. A qualitativa refere-se ao aumento da qualificação dos programas de pós-graduação. Submetida a avaliações trienais, a pós-graduação vem apresentando um crescimento qualitativo regular e constante. A evolução das notas de programas de pós-graduação da UFSC submetidos à sistemática de avaliação trienal da CAPES está apresentada na Tabela 3.

O aumento no número de programas com as melhores notas, tanto no mestrado como no doutorado, é observado nos últimos anos. Além disso, houve um pequeno aumento no número de cursos de mestrado com nota 3 em relação a 2009, devido aos cursos de mestrado profissional recém criados. Apesar do aumento para 3 no número de programas com a nota máxima, a UFSC deve concentrar seus esforços para que haja uma maior proporção de cursos entre as notas mais altas. Enfim, deve cumprir a política de continuar crescendo qualitativamente.

Tabela 3 - Número de cursos de pós-graduação, segundo a nota-CAPES e o tipo de curso – 2004, 2009 e 2014

Nota	Mestrados acadêmicos e profissionais			Doutorado		
	2004	2009	2014	2004	2009	2014
3	13	11	12	2	1	0
4	18	22	26	8	16	20
5	17	18	18	16	20	18
6	5	4	13	5	4	14
7	0	1	3	0	1	3
Número de cursos	53	56	72	31	42	55

Fonte: PROPG/UFSC.

3.5 Pesquisa

A Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEAQ) é um órgão executivo central, integrante da Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas executivas nas áreas de pesquisa, inovação, propriedade intelectual, empreendedorismo e incubação de empresas.

A Câmara de Pesquisa é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa. É composta pelo pró-reitor de pesquisa, por coordenadores de pesquisa, por um representante dos pesquisadores PQ (pesquisa) e DT (Desenvolvimento Tecnológico) do CNPq em cada uma das grandes áreas do conhecimento indicados pelos próprios pares e por representantes discentes bolsistas de pesquisa. Tem como competência principal propor normas e decidir sobre a pesquisa na UFSC, incluindo suas políticas.

A Pró-Reitoria de Pesquisa busca contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC nas áreas de pesquisa e inovação tecnológica por meio de políticas institucionais e do desenvolvimento e da manutenção de sistemas de informação sobre projetos e atividades relacionados a essas áreas, com divulgação dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito da Universidade. O objetivo primordial é propiciar a concretização de projetos de pesquisa de ponta e de ações que viabilizem o desenvolvimento sustentável de uma sociedade cidadã.

A pesquisa na UFSC é desenvolvida por servidores docentes e técnico-administrativos nos departamentos ou órgãos suplementares de sua origem. Os alunos de graduação são fortemente

estimulados a tomar parte nas atividades de pesquisa por meio da disponibilização de bolsas de iniciação científica. A formação dos pós-graduandos pressupõe a realização de um trabalho de pesquisa orientado por docente doutor cadastrado num programa de pós-graduação.

A gestão da pesquisa e da extensão se dá de forma muito semelhante e basicamente consiste na administração de projetos e bolsas. A PROPESQ oferece um auxílio para início das atividades de pesquisa do docente doutor na UFSC por meio do Edital FUNPESQUISA, aberto uma vez por ano.

A PROPESQ também atua na proteção e no licenciamento da propriedade intelectual da UFSC por meio do Departamento de Inovação Tecnológica, auxiliando os pesquisadores na elaboração de contratos e convênios com empresas que apoiam pesquisas ou participam de colaborações com a UFSC.

A PRÓ-REITORIA DE PESQUISA COMPREENDE A SEGUINTE ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

- I. Câmara de Pesquisa;
- II. Pró-Reitoria;
- III. Pró-Reitoria Adjunta;
- IV. Coordenadoria Administrativa e Financeira;
- V. Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA);
- VI. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH);
- VII. Comissão Interna de Biossegurança (CIBio);
- VIII. Divisão Administrativa dos Comitês;
- IX. Departamento de Projetos (DP):
 - a) Coordenadoria de Fomento e Apoio à Pesquisa (CFAP);
 - b) Coordenadoria de Projetos Institucionais;
 - c) Coordenadoria do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica;
 - d) Laboratório Central de Microscopia Eletrônica (LCME);
 - e) Laboratório Central de Biologia Molecular Estrutural (CEBIME);
 - f) Laboratório Interdisciplinar para o Desenvolvimento de Nanoestrutura (LINDEN);
- X. Departamento de Inovação Tecnológica (DIT):
 - a) Divisão Administrativa de Gestão de Propriedade Intelectual;
 - b) Coordenadoria de Transferência de Tecnologia;
 - c) Coordenadoria de Gestão de Processos.

PARA O PRÓXIMO QUINQUÊNIO, SÃO METAS PARA A PESQUISA NA UFSC:

- a) atualização do arcabouço normatizador das diversas facetas da atividade de pesquisa, tais como as resoluções de pesquisa, de bolsas de iniciação científica, de projetos institucionais, de grupos de pesquisa e de laboratórios de pesquisa;
- b) celebração ou repactuação de acordos de cooperação entre a Universidade e diversas instâncias públicas e privadas, visando maior agilidade e transparência nas parcerias institucionais de pesquisa;
- c) forte estímulo à montagem/melhoria de grupos de pesquisa que atuem em todas as áreas do conhecimento, bem como a montagem de laboratórios e estruturas multiusuárias de pesquisa;

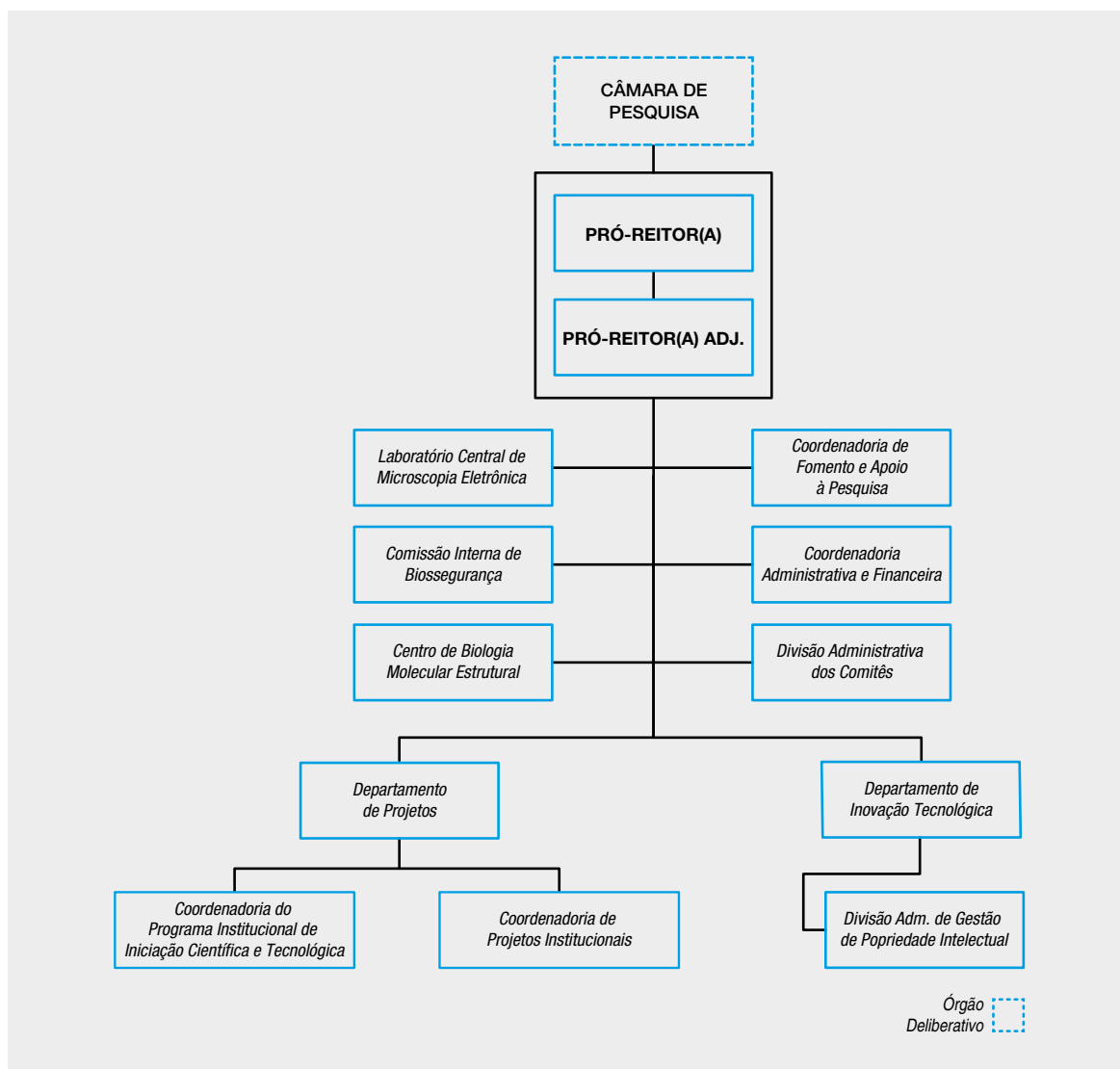


Figura 10 - Organograma PROPESQ

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC, coletado em 23 jul. 2014.

- d) horizontalização de projetos institucionais, com vistas a ampliar o número de capacidades e conhecimento neles envolvidos;
- e) ampliação dos números de pesquisadores, técnicos e discentes envolvidos em grandes projetos;
- f) estímulo à rápida integração e produção científica de pesquisadores contratados como membros da UFSC;
- g) ampliação de programas de estímulo à iniciação científica na UFSC e criação do Fundo de Apoio à Pesquisa;
- h) forte estímulo à informatização integrada dos diversos sistemas de gerenciamento da atividade de pesquisa;
- i) políticas de apoio e fixação de doutores nos *campi* de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

3.6 Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) tem por finalidade articular e apoiar a execução das políticas de extensão da UFSC, seja através de ações específicas dos departamentos, seja através de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na Universidade.

A Câmara de Extensão é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão. É composta pelo pró-reitor de extensão, que a preside, e representantes das unidades universitárias e dos *campi*. Tem como competência principal propor normas e decidir sobre a extensão na UFSC, incluindo suas políticas.

A PROEX conta com uma estrutura de apoio administrativo interna conforme pode ser visto no organograma a seguir.

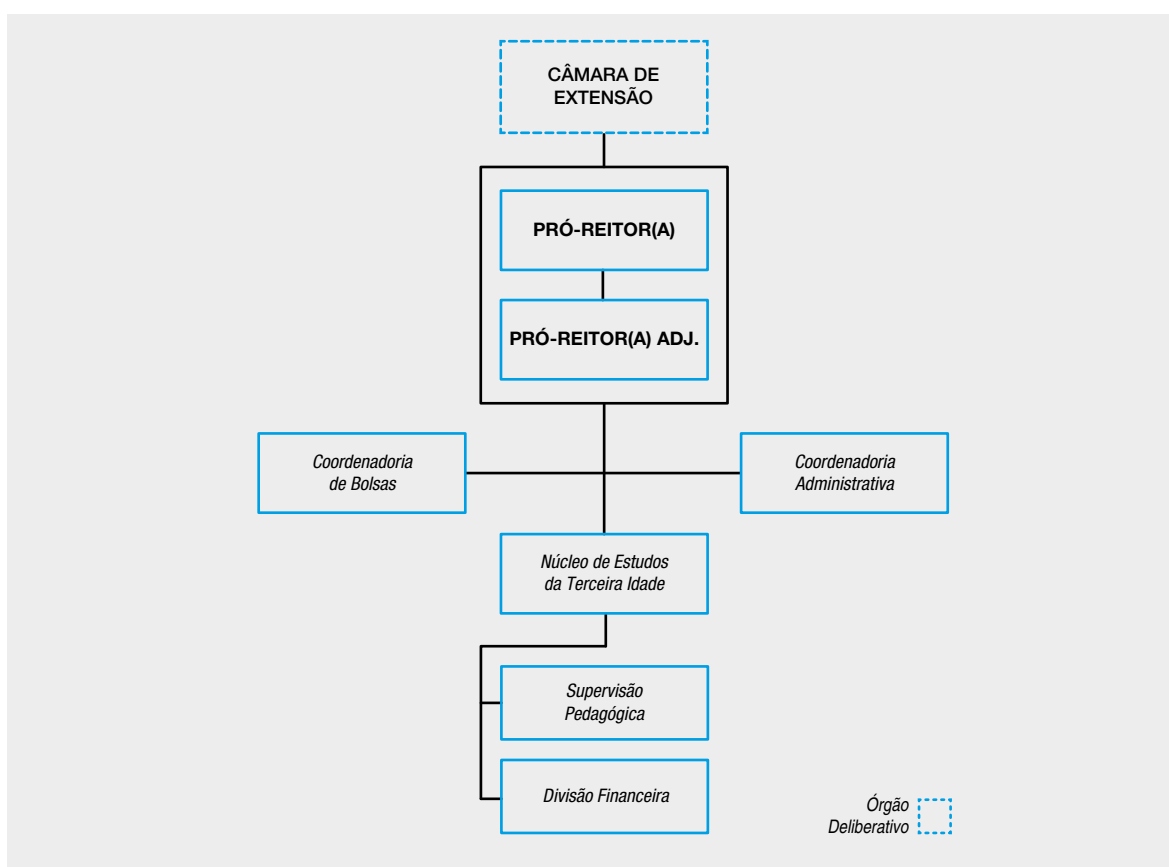


Figura 11 - Organograma da PROEX

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC, coletado em 05 set. 2014.

AS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DA PROEX SÃO:

- atualizar o formulário para registro *on-line* das ações de extensão, gerando um banco de dados atualizado constantemente;
- certificar as ações extensionistas oficiais da UFSC;
- apoiar as atividades de extensão, através do planejamento, da organização e do acompanhamento do PROEXTENSÃO, do PROBOLSAS e do Programa de Apoio a Projetos de Cunho Social (PRÓ-SOCIAL);

- d) organizar e conduzir o Projeto Rondon na UFSC;
- e) apoiar a coordenação do Projeto Sala Verde;
- f) apoiar a coordenação do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI);
- g) organizar delegações e a participação em eventos como o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS) e o Congresso Ibero Americano;
- h) divulgar as ações de extensão por meio dos variados meios de comunicação da UFSC e da Extensio: Revista Eletrônica de Extensão da UFSC;
- i) promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, realizada através da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) e da inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

3.7 Assistência estudantil

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é um órgão executivo central integrante da Administração Superior da UFSC, criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria em suas tarefas executivas, especialmente em programas e projetos voltados à política estudantil.

A PRAE é responsável por coordenar a execução das ações inerentes às políticas de assuntos estudantis definidas pelo Conselho Universitário, órgão deliberativo máximo da instituição, zelando

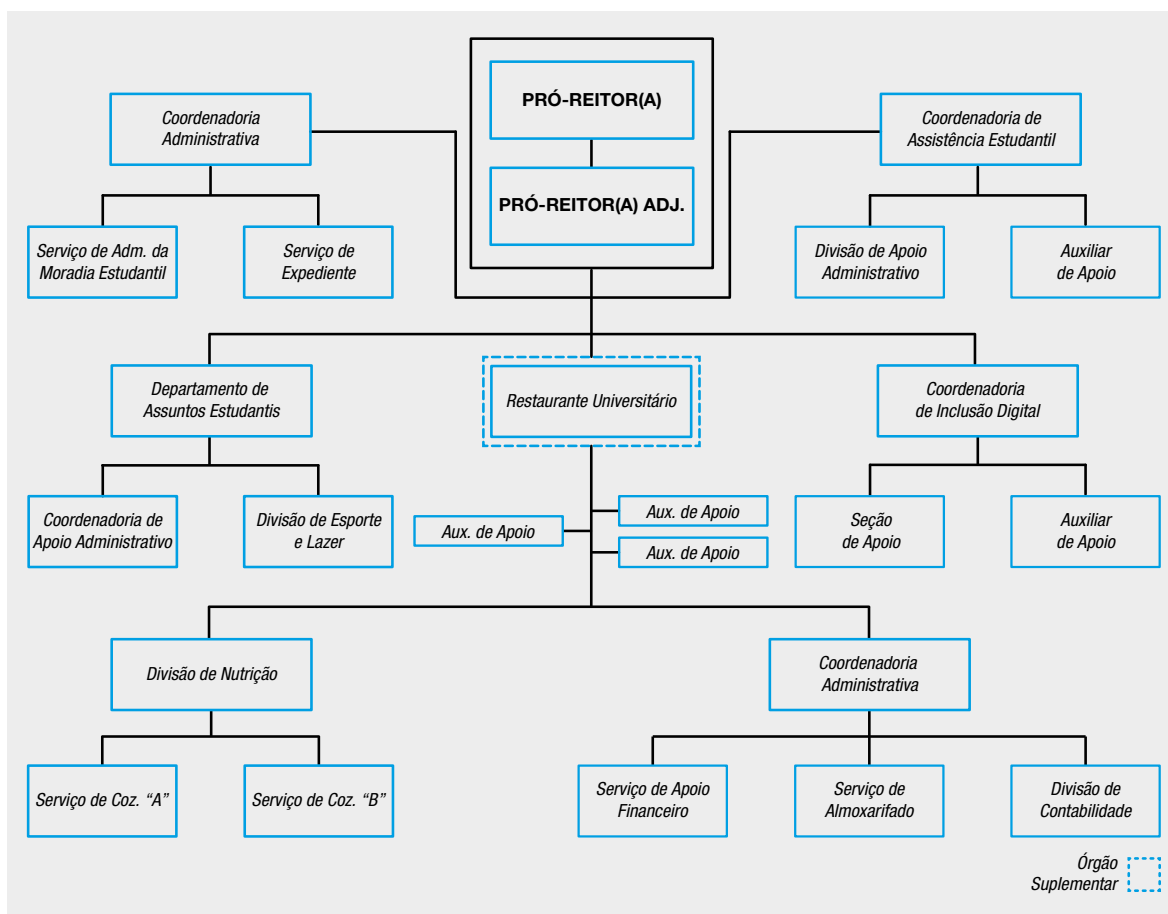


Figura 12 - Organograma PRAE

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC, coletado em 23 jul. 2014.

pelo cumprimento das normas pertinentes. Propõe e acompanha a execução de ações da política de assuntos estudantis da Universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão de curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; movimentos estudantis e políticas sociais.

A Pró-Reitoria também mantém intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil; propõe e desenvolve políticas de benefícios da Universidade, dirigidas à comunidade estudantil; propõe à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento; apoia e divulga a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil.

Para auxiliá-la em suas atribuições, a PRAE possui uma estrutura administrativa conforme organograma apresentado na página anterior.

3.8 Comunidade universitária

A Comunidade Universitária é constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo, diversificados em suas atribuições e unificados em seus objetivos institucionais.

A gestão de pessoas na UFSC divide-se na gestão dos servidores técnico-administrativos sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), na gestão dos servidores docentes sob a responsabilidade dessa secretaria juntamente com a PROGRAD, além dos contratos de prestação de serviço terceirizado administrados pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

3.8.1 Perfil docente

No período de 2010 a 2014, diversos aspectos inerentes ao corpo docente da UFSC passaram por mudanças, principalmente no que tange à legislação e a procedimentos pertinentes a esse tema.

A alteração no Plano de Carreira do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, foi uma das principais mudanças vivenciadas durante esse período, implicando alterações na Resolução Interna da UFSC sobre concursos públicos para a carreira de magistério superior e procedimentos administrativos (Resolução Normativa nº 34/CUn/2013, de 17 de setembro de 2013).

Além disso, também houve mudança no banco de professor-equivalente do magistério superior e ocorreu a criação do banco de equivalentes para a educação básica. O Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014, altera o Decreto nº 7.485/2011 sobre a constituição do banco de professor das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação. Esse banco tem por objetivo conceder mecanismos necessários para efetuar a reposição das vacâncias de forma automática, ou seja, por meio da realização de concursos públicos com as vagas existentes ou provimento de candidatos habilitados em concursos já realizados. Dessa forma, a realização de concurso público e o provimento de cargos são condicionados à existência de cargos vagos no quadro da instituição. Dessa forma, o Banco é formado pela soma dos professores efetivos, substitutos e visitantes.

Nos mesmos moldes, foi criado o banco de professor-equivalente do ensino básico, técnico e tecnológico, Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, que, para a UFSC, implica contratação de docentes para o Colégio de Aplicação e para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

Especificamente quanto à legislação para contratação de professores substitutos para o magistério superior e educação básica, foi publicada a Portaria nº 41/2013/GR, de 25 de junho de 2013, que dispõe sobre as normas e os procedimentos para a contratação de professor substituto pela

Universidade Federal de Santa Catarina. Tal Portaria levou em consideração o disposto na Lei nº 8.745/1993, no Decreto nº 7.485/2011, na Portaria nº 1134/2009 e na Lei nº 12.772/ 2012.

Tais mudanças refletiram diretamente nos procedimentos administrativos relacionados a tudo aquilo que diz respeito ao corpo docente da UFSC, bem como no seu perfil. Nos itens a seguir, essas situações serão apresentadas e detalhadas.

3.8.1.1 Composição

A composição do corpo docente pode ser dividida em duas categorias: magistério superior e educação básica.

CORPO DOCENTE EFETIVO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

No período de 2010 a 2014, o corpo docente da UFSC do magistério superior teve um crescimento considerável, quando comparado ao crescimento do período 2004-2009. O número de docentes efetivos aumentou de 1.893 para 2.102, representando um crescimento acumulado de 11,04%. Em termos anuais, isso significa aproximadamente 2,22% ao ano. Conforme apresentado no último PDI da UFSC, o crescimento anual para o período de 2004-2009 foi, em média, 1% ao ano, ou seja, metade do período de 2010-2014.

Esse crescimento, apresentado no gráfico a seguir, explica-se, em parte, pelo período ter sido marcado por alguns fatos importantes no que tange à composição do corpo docente: recebimento do último lote de cargos vagos oriundos da adesão da UFSC ao REUNI; recebimento do primeiro lote de cargos oriundos da pactuação celebrada com o MEC para a criação e implantação do Campus Blumenau em 2014; e abertura de sete editais de concursos públicos docentes (até 31 de maio de 2014) para a carreira do magistério superior.

Quanto à composição do corpo docente segundo o regime de trabalho, percebe-se que ocorreu uma leve modificação. O número de docentes em dedicação exclusiva passou de 91,97% para 93,01%, com a diminuição correspondente dos docentes em regime de 40 horas, de acordo com as figuras 14 e 15. Isso mostra que a estrutura do regime de trabalho já estava consolidada na significativa participação de docentes integralmente dedicados às atividades acadêmicas. O regime de trabalho de 20 horas semanais é visto principalmente no Centro de Ciências da Saúde e no Centro de Ciências Jurídicas.

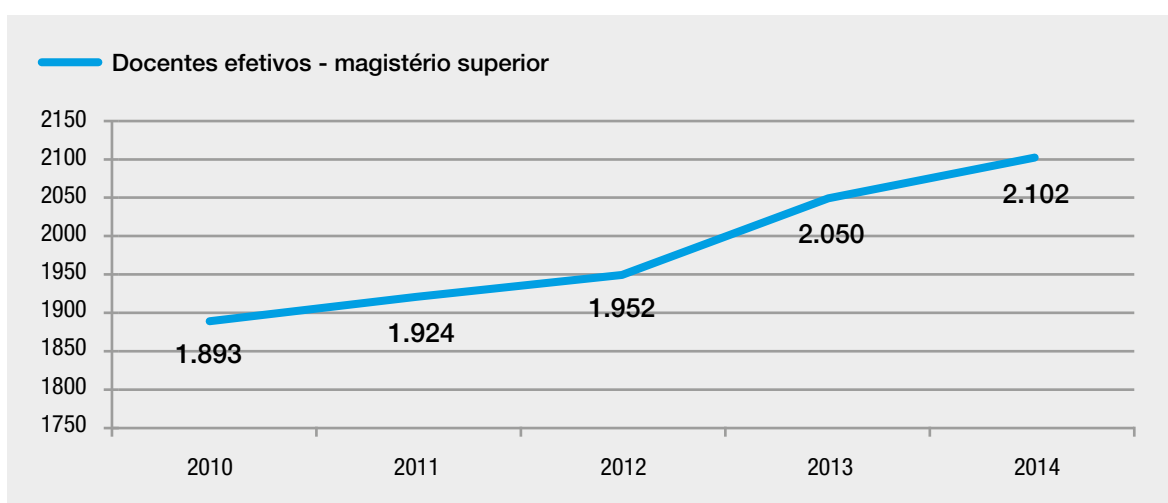


Figura 13 - Docentes efetivos

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

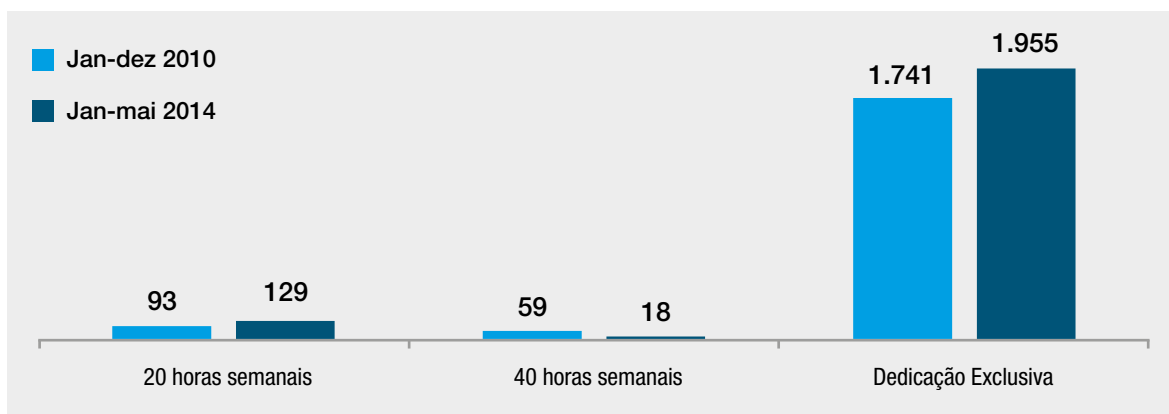


Figura 14 - Docentes por regime de trabalho

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

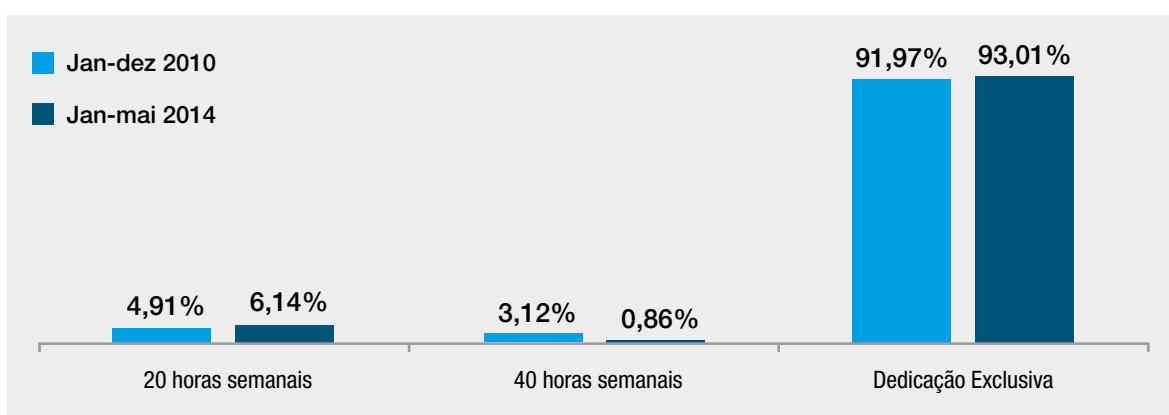


Figura 15 - Docentes por regime de trabalho (percentual)

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

De acordo com o estabelecido pela Lei nº 12.772, de 2012, no que se refere à alteração excepcional do regime de trabalho dos professores do magistério superior, é permitida a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, sem dedicação exclusiva, para áreas com carreiras específicas. Para tanto, a Câmara de Graduação da UFSC define anualmente as áreas que excepcionalmente poderão adotar o exercício temporário em 40 (quarenta) horas semanais para seus docentes.

Para tanto, os departamentos interessados propõem à Câmara de Graduação, mediante a apresentação de justificativas das atividades a serem desenvolvidas pelos docentes no período estabelecido, as áreas que necessitam ter a carga horária alterada para o período anual subsequente. No período de 2010 a 2014, sete departamentos distintos realizaram pedido de excepcionalidade, tendo seus pedidos deferidos pela Câmara de Graduação.

Em relação à titulação do corpo docente, vale ressaltar que o novo Plano de Carreira do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, passou a requisitar, para o magistério superior, o título de doutor na área exigida no concurso. Esta exigência adotada nos concursos públicos começou a modificar o perfil de titulação docente, refletida nas novas contratações. As figuras a seguir apresentam a evolução da titulação do corpo docente do magistério superior nos anos de 2010 e 2014, em números absolutos e em porcentagem.

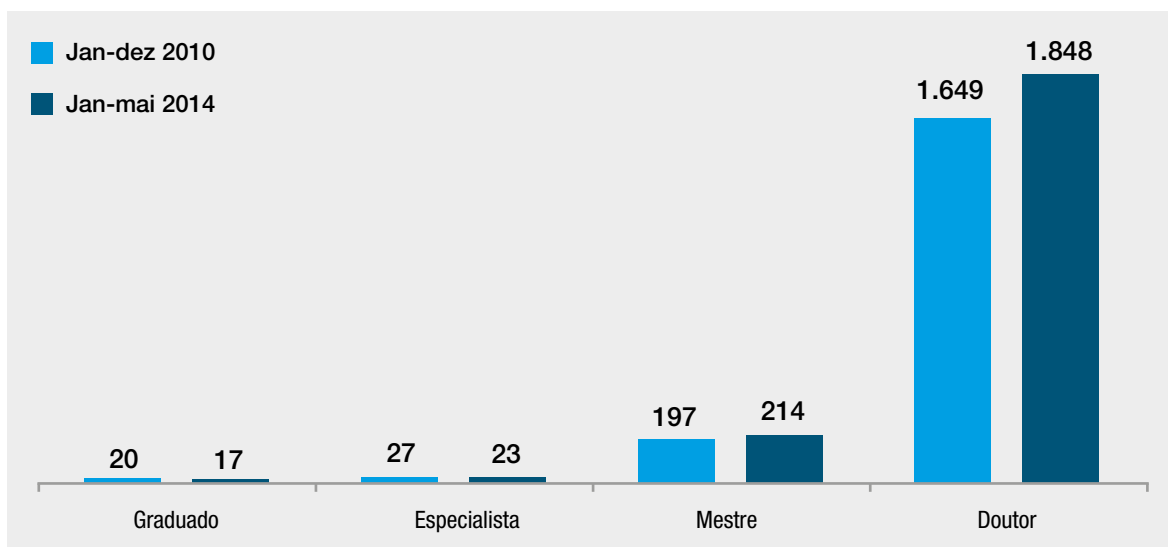


Figura 16 - Evolução da titulação docente

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

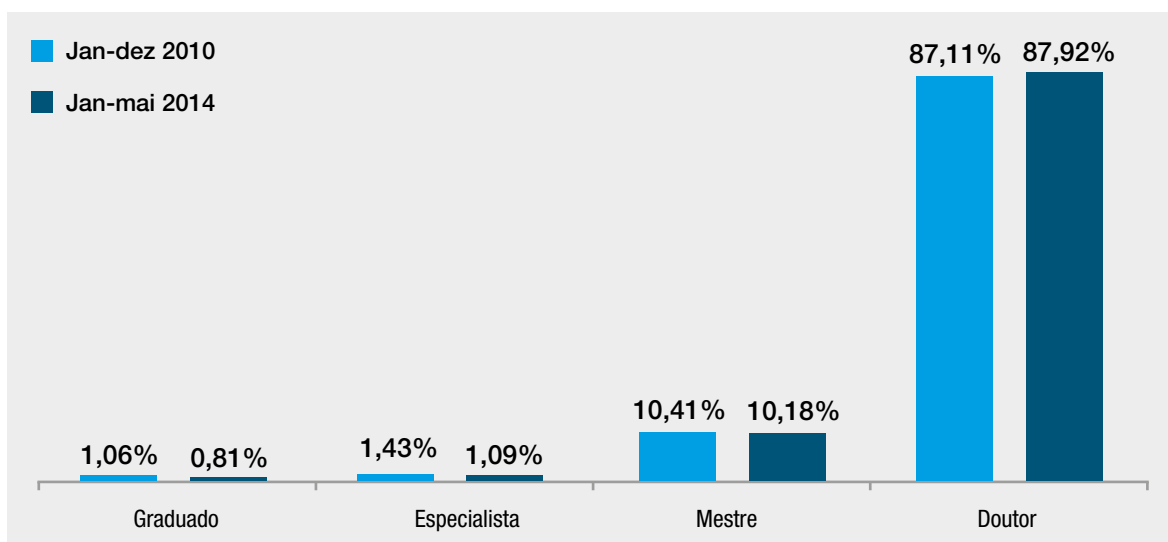


Figura 17 - Evolução da titulação docente (em percentual)

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

A qualificação do corpo docente da UFSC é complementada pelo Programa de Formação Continuada (PROFOR), que tem por objetivo a formação pedagógica continuada, com especial atenção para a psicologia e a atualização didática. Embora endereçado a todo o corpo docente, esse programa procura atingir mais especificamente os professores em estágio probatório.

CORPO DOCENTE EFETIVO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No período de 2010 a 2014, o corpo docente da educação básica não passou por grandes mudanças. Destaca-se a realização de dois concursos públicos no ano de 2010. O primeiro contou com 35 vagas para o Colégio de Aplicação (CA) e sete vagas para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Contudo, cinco vagas do CA não foram preenchidas, sendo necessária a abertura de novo edital ainda em 2010. Posteriormente, em 2014, abriu-se novamente concurso público com

16 vagas para o Colégio de Aplicação visando ao atendimento de uma demanda judicial. As áreas deste concurso se restringiram à educação especial e ao ensino de Libras.

Ainda como razão para a pequena alteração ocorrida no corpo docente na UFSC, tem-se a inexistência, até maio de 2014, do banco de professor-equivalente do ensino básico, técnico e tecnológico. Somente em 30 de maio de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.260, de 29 de maio de 2014, que regulamenta esta questão. A partir dessa data, tornou-se facultativo ao CA e ao NDI da UFSC, independentemente de prévia autorização dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, a realização de concurso público e o provimento de cargos de professor da educação básica quando condicionados à existência de cargos vagos no quadro da instituição; observância dos limites estabelecidos em legislação e existência de deliberação favorável das instâncias competentes na forma do estatuto da instituição.

Diante destas considerações, a evolução do número de docentes da educação básica da UFSC é apresentada no gráfico a seguir.

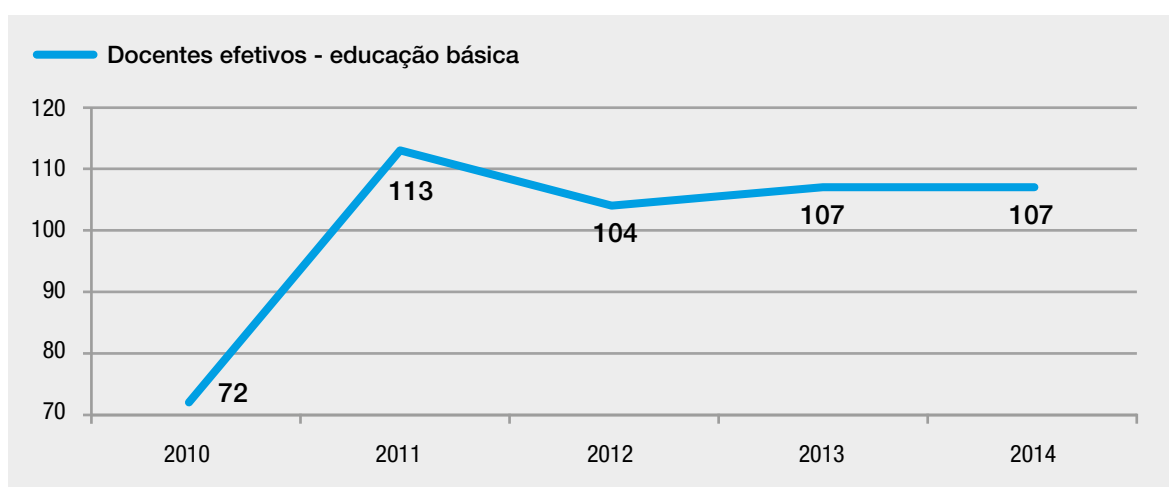


Figura 18 - Docentes efetivos na educação básica

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

Conforme pode ser visto na figura 18, o crescimento do período de 2010 a 2014 foi de 48,61%, sendo que, entre 2010 e 2011, o crescimento foi de 56,94%. Em 2012 o número de docentes diminuiu devido a aposentadorias ocorridas e subiu novamente em 2013 por contratações motivadas por ações judiciais. As contratações que ocorreram ainda em 2014 dos candidatos aprovados no concurso deste mesmo ano não estão contabilizadas nestes dados.

O regime de trabalho do corpo docente efetivo da educação básica é composto, em sua totalidade, por professores de 40 horas em regime de dedicação exclusiva.

Em relação à titulação do corpo docente, diferente do que ocorre no magistério superior, a Lei nº 12.772, de 2012, exige, como requisito para ingresso na carreira, o diploma de curso superior em nível de graduação. Os gráficos na página seguinte apresentam a evolução da titulação do corpo docente nos anos de 2010 e 2014, em números absolutos e em porcentagem.

Ainda quanto à titulação do corpo docente da educação básica, percebe-se, a partir dos gráficos, que, embora o ingresso seja como graduado, a formação acadêmica destes professores cresce ano a ano devido aos planos de formação específicos nestas unidades de ensino. No caso do Colégio de Aplicação, há uma normativa interna que estabelece critérios e orienta estas questões; já no Núcleo de Desenvolvimento Infantil, foi constituída uma comissão no ano de 2014 para estruturar um documento com a mesma finalidade.

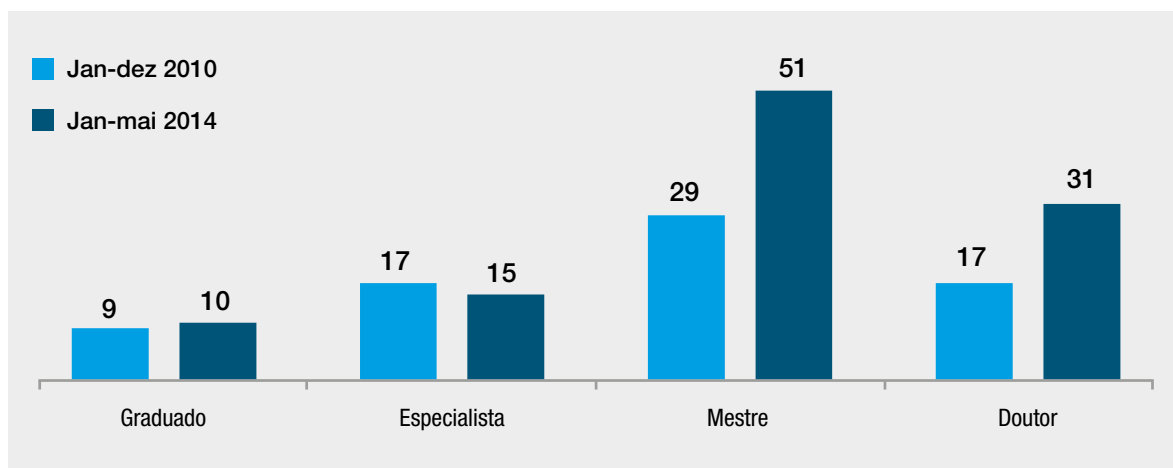


Figura 19 - Evolução da titulação de docentes da educação básica

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

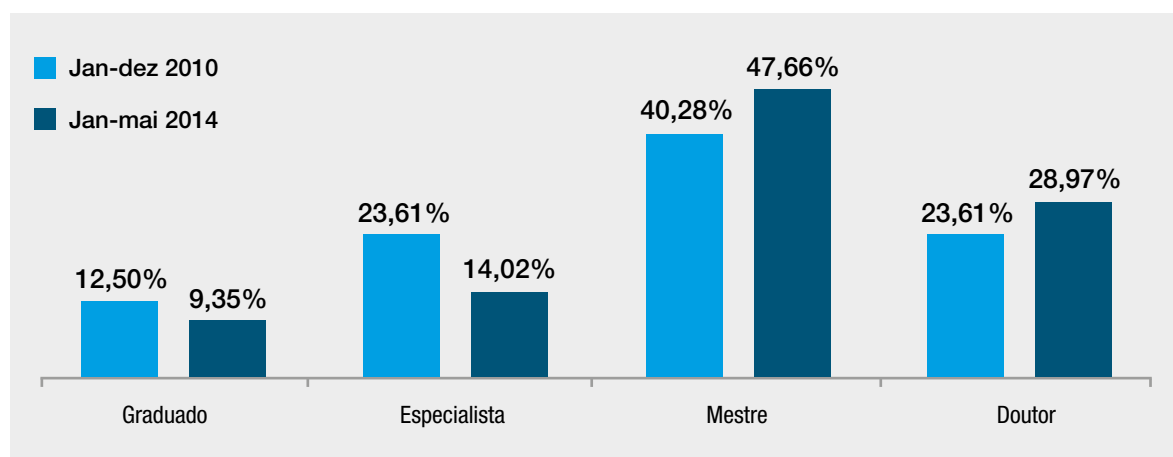


Figura 20 - Evolução da titulação de docentes da educação básica (em percentual)

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

CORPO DOCENTE SUBSTITUTO

O corpo docente substituto da Universidade Federal de Santa Catarina segue a legislação nacional referente a este assunto, Lei nº 8745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Vale, contudo, ressaltar que o número de professores substitutos, seja no magistério superior ou na educação básica, não pode ser superior a 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição.

Assim, considerando a legislação vigente, o número de professores substitutos variou pouco no período de 2010 a 2014, tendo em vista, também, a variação existente no quadro de professores efetivos. A Figura 21 mostra estes números para o magistério superior.

No caso da educação básica, além da lei federal, a partir de 2011 passou a vigorar uma portaria do Ministério da Educação, nº 1034/2011, que fixava o quantitativo de professores para a contratação por tempo determinado em dezoito para o Colégio de Aplicação e cinco para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Porém, com a publicação do banco de professor-equivalente da carreira EBTT em 2014, esta realidade sofrerá mudanças.

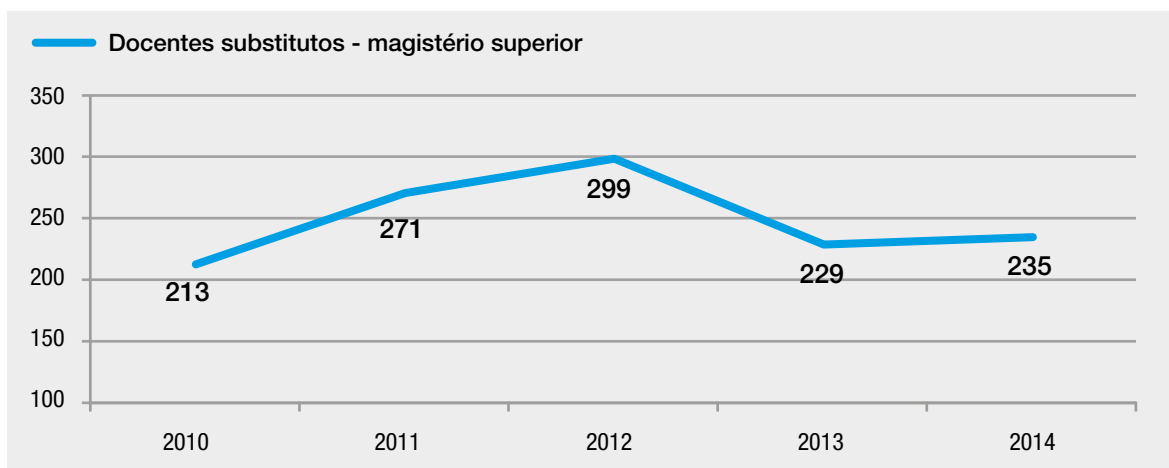


Figura 21 - Evolução de docentes substitutos no magistério superior

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

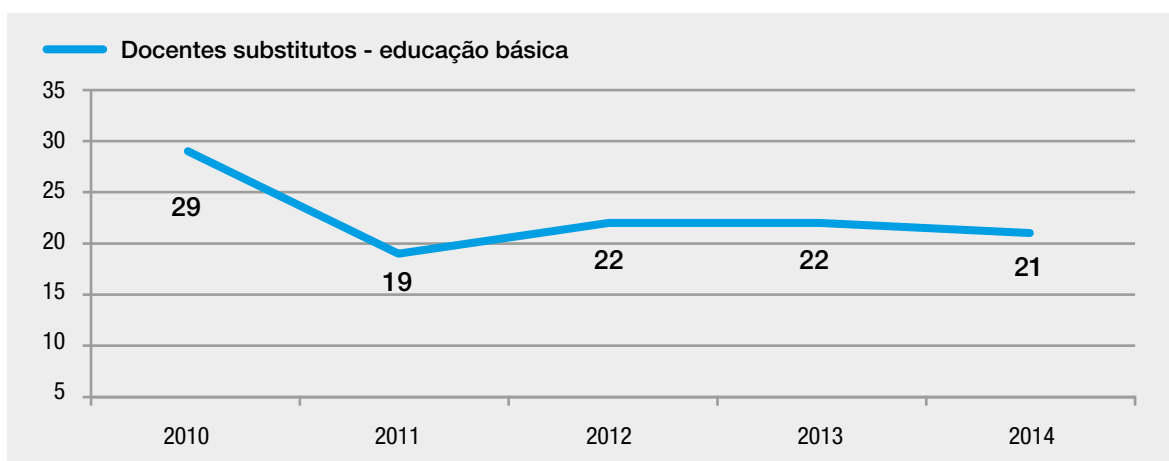


Figura 22 - Evolução de docentes substitutos na educação básica

Fonte: PROGRAD/UFSC, 2014.

Os procedimentos administrativos internos para atender ao disposto na Lei que regulamenta a contratação de professores substitutos serão detalhados em item específico, posteriormente.

3.8.1.2 Plano de carreira

Através da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, com as modificações introduzidas pela Lei nº 12.863, de 24 de setembro de 2013, e pela Portaria 982/MEC/2013, foi estruturado o Plano de Cargos e Carreira do Magistério Federal, composto pela Carreira do Magistério Superior (MS) e pela Carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT). Em ambas as carreiras ocorreram mudanças na denominação das classes houve a inclusão da classe de titular de carreira. Além das duas carreiras mencionadas, foram criados os cargos isolados de titular livre do MS e do EBTT.

De acordo com essa Lei, as classes da Carreira de Magistério Superior receberam as seguintes denominações de acordo com a titulação do ocupante do cargo:

- I. Classe A, com as denominações de:
 - a) Professor adjunto A, se portador do título de doutor;
 - b) Professor assistente A, se portador do título de mestre;
 - c) Professor auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

- IV. Classe B, com a denominação de professor assistente;
- V. Classe C, com a denominação de professor adjunto;
- VI. Classe D, com a denominação de professor associado;
- VII. Classe E, com a denominação de professor titular.

Já a Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é composta das seguintes classes:

- I. D I;
- II. D II;
- III. D III;
- IV. D IV;
- V. Titular.

Quanto ao ingresso na Carreira de Magistério Superior, ocorrerá sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo como requisito de ingresso o título de doutor na área exigida no concurso. Poderá ser dispensada, no edital do concurso, a exigência de título de doutor, substituindo-a pela de título de mestre, de especialista ou por diploma de graduação, quando se tratar de provimento para área de conhecimento ou em localidade com grave carência de detentores da titulação acadêmica de doutor, conforme decisão fundamentada.

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e da Carreira do Magistério do Ensino Básico Federal ocorrerá sempre no Nível 1 da Classe D I, sendo exigido no concurso público diploma de curso superior em nível de graduação.

Sobre o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior e Educação Básica, ele ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão constitui-se na passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, considerando o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho. A promoção representa a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente, observados o interstício mínimo de 24 meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção.

Em face da criação da Classe de Titular de Carreira, fez-se necessária a criação de resoluções específicas para contemplar a promoção funcional dos professores do MS e do EBTT.

Além destas, ainda estão em vigência, norteando as progressões e os regimes de trabalho adotados na UFSC (20h, 40h e DE), as Resoluções n° 018/CUn/2006 e 055/CEPE/94.

O critério de contratação de novos docentes efetivos na UFSC privilegia a abertura de concurso público com exigência da titulação de doutor. Ao contrário do que ocorria anteriormente, a contratação sempre se dá na classe inicial da carreira, independentemente da titulação.

3.8.1.3 Procedimentos para recomposição e substituição dos professores do quadro

Na recomposição do corpo docente, a constituição do banco de professores equivalentes da UFSC, como instrumento de gestão administrativa de pessoal, trouxe independência de autorização específica para realizar concurso público para o provimento de cargos de professor efetivo e para a contratação de professor substituto.

As normas internas para ingresso na carreira do magistério superior da UFSC são estipuladas em Resolução Normativa do CUn. A última resolução em vigor elaborada com essa finalidade é a

nº 34/CUn/2013, de 17 de setembro de 2013, que já leva em consideração o novo plano de carreira do magistério federal.

De acordo com esta Resolução, a PROGRAD, em conjunto com a PROPG, a PROPESQ e a PROEX, procederá à alocação das vagas para concurso público para a carreira do magistério superior para os departamentos de ensino ou *campi* universitários, de acordo com os critérios estabelecidos para as diferentes formas de liberação de vagas.

Inicialmente, a solicitação de abertura de concurso público para o provimento de cargo integrante da carreira do magistério superior será submetida à aprovação do colegiado do departamento de ensino e do conselho da unidade universitária ou dos colegiados competentes nos *campi* universitários. No caso de aprovação da abertura, o processo será remetido ao Departamento de Ensino da PROGRAD para análise, autorização final e encaminhamento à SEGESP que, por meio do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP), promoverá a realização dos concursos autorizados e prestará orientação aos departamentos de ensino, aos órgãos competentes nos *campi* universitários e às bancas examinadoras em matéria de ordem legal e procedimental.

O DDP elaborará o edital de abertura do concurso e o publicará integralmente no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de trinta dias da realização da primeira prova, e o divulgará, logo após a sua publicação, no endereço <<http://www.ufsc.br>>, opção “comunidade/concursos”.

Após a realização de todas as etapas do concurso público, o resultado final é homologado pelo DDP e enviado ao Departamento de Ensino da PROGRAD, para autorização do provimento.

Para a carreira da educação básica, não há Resolução interna específica que regulamente a recomposição de seu corpo docente. Desta forma, os concursos públicos são realizados tendo como base a resolução do magistério superior.

CORPO DOCENTE SUBSTITUTO

Os procedimentos internos para a contratação de professor substituto do ensino básico e do magistério superior são normatizados pela Portaria Normativa nº 41/2013/GR, de 25 de junho de 2013, e por legislação federal apropriada.

A contratação de professor substituto, devidamente fundamentada, poderá ocorrer, a qualquer tempo, mediante processo seletivo simplificado sujeito à ampla divulgação, inclusive no Diário Oficial da União, sendo vedada a abertura para a contratação de professor substituto em campos de conhecimento nos quais houver candidato aprovado em concurso público com prazo de validade vigente.

A solicitação de contratação de professor substituto será submetida pelo órgão solicitante (*campi* universitários, departamentos de ensino, Colégio de Aplicação e Núcleo de Desenvolvimento Infantil) à análise e aprovação da PROGRAD. Posteriormente, encaminha-se para o DDP/SEGESP, que procederá à abertura do processo seletivo simplificado. Tendo sido realizado o processo seletivo simplificado pelos departamentos de ensino, o DDP/SEGESP realiza a publicação da portaria de homologação dos resultados no Diário Oficial da União, observada a ordem de classificação dos candidatos, e o Departamento de Ensino da PROGRAD autoriza a contratação.

3.8.1.4 Plano de desenvolvimento do corpo docente

As metas mais específicas de seleção, contratação e capacitação de docentes para o próximo quinquênio são:

- a) revisar as regras dos concursos para promover maior agilidade no processo;
- b) fortalecer a integração das pró-reitorias no gerenciamento da carreira docente;
- c) atender às demandas de ensino resultantes da ampliação de vagas dos diferentes cursos;

- d) consolidar o quadro docente dos novos *campi*;
- e) viabilizar junto à União a contratação de professores efetivos, visando à redução do número de professores substitutos;
- f) buscar o regime de dedicação exclusiva para o máximo possível de membros do corpo docente, exceto nos casos em que, mesmo sem o doutorado, o docente incorpora experiência e atuação profissional no ensino de graduação em áreas definidas;
- g) promover a participação de 100% dos novos docentes no PROFOR por meio do oferecimento de cursos atrativos ou sob demanda;
- h) incentivar a participação em estágios de pós-doutorado, especialmente dos docentes que atuam na pós-graduação *stricto sensu*;
- i) atualizar e implementar o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes da UFSC.

3.8.2 Perfil técnico-administrativo

A presente seção trata da evolução do corpo dos servidores técnico-administrativos em educação, do plano de carreira que orienta o seu desenvolvimento pessoal e profissional, do planejamento das novas contratações e das metas para o período 2015-2019.

3.8.2.1 Composição

Para fazer frente às crescentes demandas por serviços públicos de melhor qualidade, oferecidos em maior quantidade, e apresentando níveis de complexidade crescentes, tem sido necessário adequar o corpo de servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) da UFSC a essas necessidades, tanto em seus aspectos qualitativos como quantitativos.

Em 2013, a UFSC contava com 3.113 TAEs, sendo que, destes, 1.282 estavam lotados no Hospital Universitário, o que representa um acréscimo de 305 servidores em comparação com 2009 ou, em termos relativos, uma alta de 9%. Isso pode ser verificado na Tabela 4.

Tabela 4 - Servidores técnico-administrativos em educação, segundo o nível de escolaridade – 2009 a 2013

Nível de Escolaridade	2009	2010	2011	2012	2013
1º Grau Incompleto	224	209	179	172	151
1º Grau Completo	162	155	245	134	120
2º Grau Incompleto	118	113	93	83	72
2º Grau Completo	910	865	911	935	864
Superior Incompleto	66	60	56	53	48
Superior Completo	1.328	1.422	1.524	1.726	1.858
Total	2.808	2.842	3.008	3.103	3.113

Fonte: Relatórios de Gestão da UFSC, anos 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013.

Em relação à escolaridade, houve um aumento de TAEs com a escolaridade de nível superior. A estrutura em 2013 mostra 59% dos TAEs com curso superior. Em relação ao ensino médio, observa-se que houve uma alta de 29%, nesse caso com participação decrescente. Isso mostra uma tendência de aumento do nível educacional médio desses servidores no período.

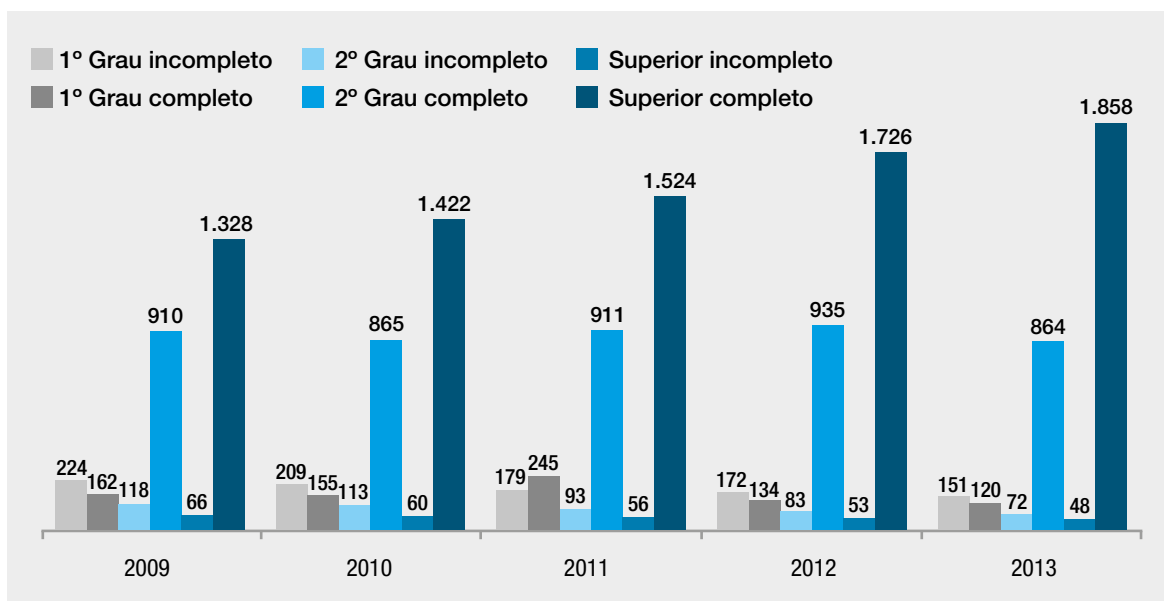


Figura 23 - Servidores técnico-administrativos em educação, segundo o nível de escolaridade – 2009 a 2013

Fonte: SEGESPI/UFSC.

Quando se analisa o nível educacional dos servidores com nível superior, conforme a Tabela 5, constata-se que dois terços deles apresentam pelo menos um curso de especialização, 16% possuem o nível de mestrado e 4% tem o nível de doutorado.

Tabela 5 - Nível de escolaridade dos servidores TAEs com nível superior – 2013

Nível de Escolaridade	Número	%
Graduação	780	42
Especialização	697	38
Mestrado	302	16
Doutorado	79	4
Total	1.858	100

Fonte: SIAPE, dados de 2013.

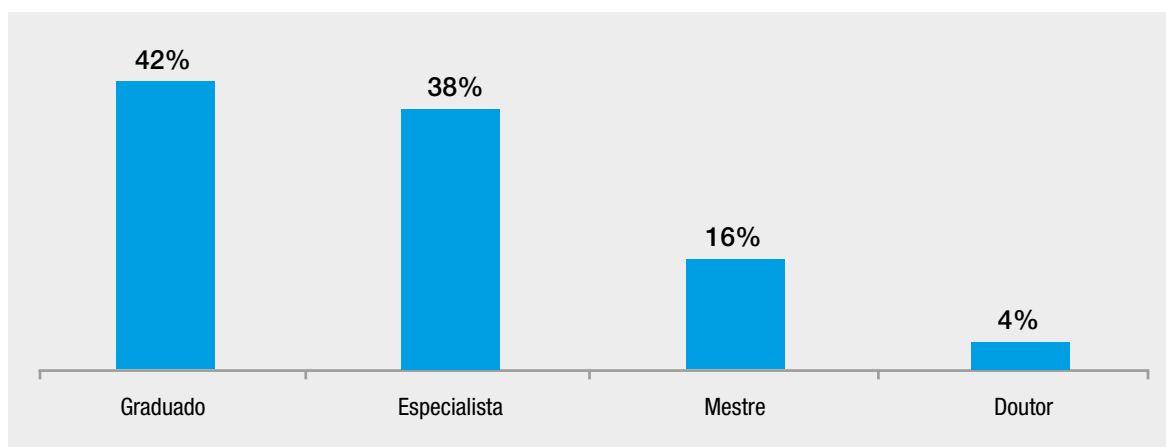


Figura 24 - Nível de escolaridade dos servidores TAEs – 2013 (em percentual)

Fonte: SEGESPI/UFSC.

A distribuição dos TAEs por nível de escolaridade do cargo mostra um crescimento na participação dos cargos de nível superior.

Conforme os dados da Figura 25, a proporção de servidores ocupantes dos cargos de nível superior passa de 29% em 2009 para 34% em 2013, ao mesmo tempo em que ocorre uma queda na proporção de servidores ocupantes de cargos de nível auxiliar, muitos deles extintos ou em extinção, após a publicação da Lei nº 9.632/2008.

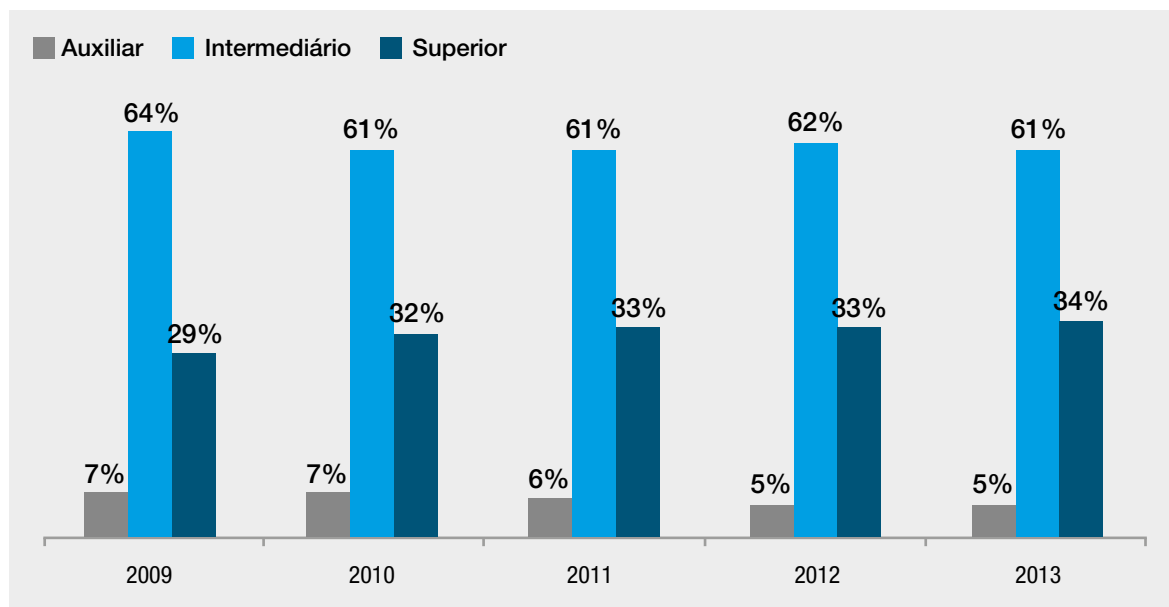


Figura 25 - Servidores por nível de cargo

Fonte: computado com base na Tab. 3.1 do Relatório de Gestão 2013.

A capacitação dos servidores, como processo permanente e deliberado de aprendizagem, utiliza ações de aperfeiçoamento e qualificação com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais. É, portanto, atividade de formação do trabalhador para o exercício de suas atividades. A capacitação é orientada pelas metas de formar para o exercício do cargo, para a atuação no ambiente organizacional e para o exercício da função com a premissa básica de que o ser humano, ao transformar-se, transforma também o ambiente no qual interage.

O Plano Anual de Capacitação (PAC) é um dos instrumentos da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da UFSC e destina-se a proporcionar os meios para a operacionalização das diretrizes que norteiam o processo de desenvolvimento profissional dos servidores da Universidade. Tem como objetivo fundamentar as atividades de planejamento, organização e coordenação dos eventos de capacitação que proporcionam ao quadro funcional da UFSC a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e profissionais, visando conferir valor competitivo à instituição e valor social ao indivíduo. Na UFSC, o Plano de Capacitação é organizado por planejamento anual. São feitos levantamentos de necessidades de capacitação junto aos servidores técnico-administrativos, aos docentes e ao corpo gerencial.

As ações de capacitação e desenvolvimento profissional previstas no plano de capacitação constituem-se de eventos, cursos presenciais e a distância, bem como de ações de educação formal, considerando trilhas de capacitação para o desempenho de diversas áreas, dentro de programas temáticos. Os programas temáticos reúnem um conjunto de ações direcionadas ao alcance

de um objetivo politicamente declarado a partir de um problema, uma demanda da instituição ou o proveito de uma oportunidade.

O Departamento de Atenção a Saúde (DAS), nos últimos anos, vem trabalhando, com maior empenho, a atenção à saúde dos servidores técnico-administrativos e docentes, englobando as áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores. As ações desse Departamento visam à manutenção de projetos e a ações efetivas, bem como à avaliação da organização do trabalho e, conseqüentemente, à avaliação da estrutura do Departamento para a identificação de problemas, com o objetivo de proporcionar melhorias nas condições de trabalho. Desse modo, facilita-se a implantação de novas diretrizes e projetos voltados para a atenção à saúde dos servidores, conforme preconiza a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), bem como se reforçam e ampliam as ações já existentes.

Dentro desse cenário, foi firmado novo acordo de cooperação técnica, garantindo a continuidade de atuação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS/UFSC).

A equipe técnica do DAS/Unidade SIASS-UFSC foi ampliada com a integração de novos profissionais como psicólogo, assistente social, administrador, assistentes administrativos e médicos do trabalho. Foi definida nova área física para proporcionar a integração dos serviços que compõem o departamento com o objetivo de favorecer a implantação de novos projetos.

Em 2014, foi realizado novo contrato de assistência médica e odontológica suplementar oferecida pela UFSC aos servidores ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes.

3.8.2.2 Plano de carreira

O ingresso de servidor público nos cargos da carreira técnico-administrativa obedece aos procedimentos constantes da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. As normas gerais relativas a concursos públicos foram estabelecidas pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. As contratações por tempo determinado para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público obedecem ao disposto na Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

O Plano de Carreira é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

O Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) foi criado pela lei federal nº 11.091/2005, alterada em 2012 pela Lei nº 12.772. A partir da Lei nº 11.091/2005, foi publicado o Decreto nº 5.824/2006, que dispõe sobre os procedimentos para concessão do incentivo à qualificação e para efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do PCCTAE, bem como o Decreto nº 5.825/2006, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento do PCCTAE.

Também em 2006, o MEC publicou a Portaria nº 9, que define os cursos de capacitação que não sejam de educação formal, que guardam relação direta com a área específica de atuação do servidor, integrada por atividades afins ou complementares.

O desenvolvimento de pessoal na Administração Pública Federal também é regulamentado pelo Decreto nº 5.707/2009, que dispõe sobre a Política e Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Através da Portaria nº 27/MEC, de 15 de janeiro de 2014, foi lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento Profissional dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), instituído pelo governo federal. Sua proposta é fortalecer os programas de capacitação, promover a qualificação dos servidores para alavancar seu desenvolvimento profissional e aperfeiçoar a gestão pública nas instituições federais de ensino superior (Ifes).

NA UFSC, O DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA DOS SERVIDORES TAES É REGULAMENTADO PELOS SEGUINTE INSTRUMENTOS:

- a) Resolução nº 16/CUn/1996, de 27 de agosto de 1996: Dispõe sobre as normas de afastamento e acompanhamento de servidores técnico-administrativos para formação;
- b) Portaria Normativa nº 17/GR/2008, de 22 de julho de 2008: Institui as normas de funcionamento dos cursos de capacitação profissional oferecidos aos servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade;
- c) Portaria nº 284/DDPP/2007, de 2 de maio de 2007: Disciplina o pagamento de eventos de curta duração, de cursos de capacitação profissional, de cursos de formação em nível de aperfeiçoamento e de especialização para os servidores técnico-administrativos e docentes desta instituição;
- d) Portaria nº 308/DDPP/2007, de 15 de maio de 2007: Estabelece critérios para a participação dos servidores efetivos da UFSC nos cursos extracurriculares de língua estrangeira oferecidos pelo Departamento de Língua e Literatura Estrangeira (DLLE) do Centro de Comunicação e Expressão (CCE), com 50% de desconto do valor da taxa de matrícula;
- e) Portaria nº 703/GR/94: Dispõe sobre horário especial para servidor estudante.

Quanto à avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos na UFSC, esta é regulamentada pela Resolução nº 121/CUn/1990. A avaliação de desempenho configura-se como um processo contínuo e permanente, que visa tanto ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores quanto ao da instituição. Tal como foi concebido no âmbito da UFSC, esse processo conduz ao esforço de ultrapassar a visão de que a avaliação objetiva exclusivamente a progressão funcional por mérito, constituindo-se em um instrumento de planejamento e desenvolvimento de gestão de pessoas, na medida em que potencializa a interpretação e análise da realidade organizacional.

3.8.2.3 Critérios de contratação

PERSPECTIVAS

O Conselho Universitário (CUn) da UFSC aprovou, ao final do mês de novembro de 2007, o projeto para adesão ao REUNI. Essa adesão trouxe novos desafios pedagógicos, acadêmicos e administrativos. Ao ser implementado, o REUNI acabou provocando alterações nas várias dimensões que compõe a organização universitária, entre elas a área de gestão de pessoas.

Essas alterações foram sobretudo de cunho cultural-estrutural, pois afetaram os servidores docentes e TAEs, uma vez que, com mais alunos, precisou-se de mais professores e, para dar suporte a todas essas novas pessoas, precisou-se de mais servidores TAEs.

METAS PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS:

- a) elaborar o Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
- b) propor diretrizes a fim de possibilitar a implementação da gestão por competências na capacitação;
- c) implantar políticas de distribuição da força de trabalho técnico-administrativa, contemplando ações de remoção, redistribuição, cessão e afastamentos dos servidores técnico-administrativos em educação;
- d) criar ações que possibilitem a informatização das atividades administrativas buscando sua simplificação e redução dos tempos e das instâncias de tramitação de processos;
- e) buscar meios para captar recursos financeiros objetivando o fortalecimento das ações de capacitação a distância promovidas pela SEGESP;
- f) desenvolver um programa de acolhimento, acompanhamento e orientação do servidor, a partir da sua entrada na UFSC, durante e após o estágio probatório;
- g) desenvolver estudos visando traçar um perfil do servidor ingressante na instituição, bem como investigações de cunho quanti-qualitativo acerca de fatores motivadores da solicitação de exoneração;
- h) elaborar e executar o mapeamento de processos administrativos no ambiente da SEGESP;
- i) implementar um novo Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos em educação;
- j) implementar uma nova metodologia da Avaliação de estágio Probatório dos servidores técnico-administrativos em educação;
- k) desenvolver mecanismos para a integração entre as áreas de gestão de pessoas, incluindo seus sistemas de tecnologia de informação;
- l) propor criação e revisão nas regulamentações internas sobre os processos inerentes à área de gestão de pessoas;
- m) aproximar a SEGESP aos *campi* da UFSC, reduzindo as limitações decorrentes da distância geográfica entre o *campus* de Florianópolis e os demais;
- n) criar política de divulgação das ações da SEGESP;
- o) promover mecanismos de disseminação do conhecimento obtido em ações de capacitação entre os servidores;
- p) desenvolver ações de atenção à saúde nos eixos da assistência suplementar, perícia oficial em saúde, promoção e vigilância em saúde, que visem à saúde, à qualidade de vida no trabalho, ao reconhecimento e à valorização dos servidores;
- q) manter e acompanhar o desenvolvimento das ações da Unidade SIASS/UFSC- Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal;
- r) ocupar e reestruturar a nova área física disponibilizada ao DAS/Unidade SIASS/UFSC e investir em um ambiente específico para a Unidade de Atenção à Saúde dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- s) aprimorar a assistência à saúde suplementar oferecida pela UFSC aos seus servidores ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes/agregados;
- t) construir o perfil epidemiológico com os dados resultantes das ações de atenção à saúde, com a finalidade de definir ações de prevenção, além de contribuir com o planejamento, a administração e a avaliação de ações de saúde.

3.8.3 Terceirizados

Os trabalhadores terceirizados constituem uma importante parcela da comunidade universitária. Integrada ao contexto do Governo Federal, a UFSC, a partir da extinção de alguns cargos de carreira, realiza a terceirização de profissionais para dar suporte às atividades-meio da instituição.

A grande força de trabalho terceirizada na UFSC manifesta-se por meio dos serviços de limpeza, vigilância, portaria, apoio ao Restaurante Universitário e manutenção realizados pela Prefeitura Universitária. A tabela a seguir apresenta os números de terceirizados na UFSC nos últimos seis anos.

Tabela 6 - Profissionais Terceirizados

Ano	Quantidade de Profissionais Terceirizados
2014	1.115
2013	980
2012	980
2011	717
2010	679
2009	660

Fonte: PROAD/UFSC.

Obs: Nesses dados, não constam os números relativos ao Hospital Universitário.

Os dados apresentados revelam um aumento no quantitativo de profissionais terceirizados ao longo dos últimos anos, o que pode ser explicado pela expansão da Universidade ocorrida a partir do REUNI. Tendo em vista a consolidação do referido Programa prevista para os próximos anos, especialmente no que se refere à concretização da infraestrutura em todos os *campi*, há uma tendência de esses números serem ainda maiores.

Assim, a realidade que se apresenta para os próximos cinco anos pressupõe a incorporação dos profissionais terceirizados nos programas e ações de desenvolvimento da instituição.

3.8.4 Corpo discente

A UFSC busca a formação qualitativa dos discentes para que atuem em aspectos estratégicos para o desenvolvimento da região onde estão e estarão inseridos. O exercício da formação do ser humano nesta instituição é feito com muita responsabilidade social, especialmente com os membros do corpo discente que apresentam fragilidades de educação básica e financeira para se manterem na Universidade. Ao mesmo tempo, muitos alunos, independentemente de sua capacidade econômica, têm dificuldades de acompanhar seus respectivos cursos por variadas razões, mesmo tendo sido aprovados em processos seletivos de graduação e pós-graduação, em boas colocações. Isso leva a Universidade a desenvolver programas de apoio financeiro via bolsas, como a Bolsa Estudantil UFSC, e de apoio pedagógico, visando não apenas ao acesso, mas principalmente à permanência. A Universidade oferece também apoio psicológico, requerido em variadas situações, tanto por questões de saúde como por dificuldades de aprendizagem.

A nova realidade da UFSC, que se estrutura com a sede em Florianópolis e mais 4 *campi*, leva à necessidade de um mesmo padrão de qualidade para a assistência e a permanência estudantis, com a viabilização de bolsas, auxílios, moradias e restaurantes universitários. Outra área de ação da Universidade visando a uma maior integração dos estudantes é o apoio material à representação e à convivência estudantis visando a uma maior integração do corpo discente. Para tanto, existe apoio institucional às viagens dos discentes e principalmente de suas representações aca-

dêmicas entre os *campi*. Por fim, o acompanhamento dos egressos é importante não apenas pelas demandas de educação continuada, mas também pela possibilidade de os ex-alunos fornecerem importantes informações sobre a adequação da formação gerada no âmbito da Universidade.

O próprio Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) estabelece os objetivos a serem alcançados pelas políticas de assistência estudantil: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação; contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico; e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Desse modo, é imperioso que a Universidade propicie assistência estudantil para além das garantias mínimas, proporcionando aos estudantes que ingressam, por meio de políticas afirmativas, o acesso às condições necessárias ao bom desempenho intelectual e acadêmico. Sob tal perspectiva, a assistência estudantil é entendida como uma política de apoio que viabiliza e amplia a formação integral do estudante.

3.8.4.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro

A UFSC proporciona apoio pedagógico a seus estudantes por meio das pró-reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PROPG), de Pesquisa (PROPESQ) e Extensão (PROEX) e de Assuntos Estudantis (PRAE). Destaca-se, nessa atividade, o Programa de Apoio Pedagógico, em que se oferecem aulas extracurriculares de nivelamento e de reforço para alunos com dificuldades de aprendizagem. A UFSC também dispõe de um programa de relacionamento entre estudantes de graduação e pós-graduação, através do qual os estudantes de mestrado e doutorado participam do Programa de Apoio Pedagógico e, para isso, recebem bolsa.

PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS, AS METAS A SEREM BUSCADAS NO APOIO PEDAGÓGICO, PSICOLÓGICO E FINANCEIRO SÃO AS SEGUINTE:

- a) estabelecer critérios e implementar programas de acompanhamento do desempenho dos alunos ingressantes pelas ações afirmativas;
- b) ampliar os programas de apoio psicológico e pedagógico ao estudante em todos os *campi*;
- c) reestruturar e fortalecer os Programas: Bolsa Estudantil UFSC, Subsídios ao Restaurante Universitário, Auxílio Moradia e Esporte e lazer;
- d) criar a Política de Moradia Universitária da UFSC com vistas ao atendimento dos discentes de graduação e pós-graduação em todos os *campi*;
- e) propor um sistema de atendimento à saúde dos discentes em parceria com o SUS e as prefeituras;
- f) fortalecer o apoio financeiro aos alunos de graduação e pós-graduação, com novas iniciativas da instituição para captação de recursos destinados à assistência e à permanência estudantis.

3.8.4.2 Estímulo à permanência

AS METAS PARA O APOIO À PERMANÊNCIA SÃO AS SEGUINTE:

- a) socializar as informações necessárias para a permanência do estudante na UFSC;
- b) orientar as situações de saúde mental;

- c) cadastrar alunos com interesse em ministrar aulas particulares;
- d) oferecer bolsas para a realização de curso extracurricular de línguas estrangeiras;
- e) oferecer disciplinas pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas na área de orientação profissional e planejamento de carreira para todos os alunos da UFSC.

3.8.4.3 Organização estudantil

Outra grande área de ações direcionadas ao corpo discente, o apoio à representação estudantil, envolve o diálogo e o apoio aos estudantes e aos diferentes tipos de entidades estudantis: o Diretório Central dos Estudantes; os centros acadêmicos; as empresas juniores e as entidades de consultoria e assistência formadas por estudantes; o Programa de Incentivo e Apoio ao Esporte de Competição e Lazer; o Programa de Educação Tutorial; as pastorais universitárias; o Programa de Mobilidade Estudantil e Egressos da UFSC. Esse apoio é realizado por meio do registro das representações discentes, eleitas pelos estudantes dos cursos de graduação, junto aos órgãos deliberativos da UFSC e do registro e arquivamento dos processos administrativos de caráter disciplinar relativos às resoluções do CUn que tratam das questões estudantis.

A UFSC oferece regularmente, em diferentes centros de ensino, cursos de especialização e de extensão voltados ao nível superior. Em várias áreas, em especial na tecnológica e na de saúde, a Universidade presentemente ainda é a única fonte de ensino superior na região da Grande Florianópolis. Isso significa que o público para esses cursos é, em grande parte, constituído de egressos da UFSC.

Uma das principais metas específicas é buscar fortalecer, de modo permanente, o diálogo entre os estudantes e a administração da Universidade. Esses princípios estão relacionadas à ideia de que a formação universitária compreende os estudantes como sujeitos críticos, criativos, transformadores, comprometidos com o avanço da cidadania e da justiça social. Outra meta importante é a ampliação do número de cursos de formação continuada.

Existe um conjunto de aspectos relacionados à vida estudantil que merecem a atenção dos gestores e demandam um diálogo entre a Reitoria e os estudantes, tais como: política, cultura, assistência estudantil, enfim, anseios diversos dos estudantes, suas ações e respectivas consequências, que acabam por gerar o contato e o debate com as entidades e os outros grupos estudantis existentes. Torna-se, portanto, determinante a abertura de espaços no âmbito da Administração Superior para tratar de questões de interesse dos estudantes.

Os graduandos são representados pelos centros acadêmicos (CAs) e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

O DCE é o órgão de representação máxima dos estudantes, com diretoria eleita anualmente. Compete ao DCE representar os interesses dos estudantes e buscar a melhoria contínua no ambiente universitário, bem como promover a integração entre os estudantes. O Conselho de Entidades de Base (CEB) é a instância de deliberação superior do DCE. Esse conselho se reúne de modo a auxiliar e, muitas vezes, pautar as decisões. Todos os estudantes podem participar das reuniões, mas apenas os CAs têm direito a voto, sendo conferido um voto para cada CA.

Os CAs são a base representativa do movimento estudantil, sendo que cada CA representa os alunos de um curso. O CA tem como funções básicas as mesmas funções do DCE, porém aquele trabalha em uma esfera menor, pautando-se única e exclusivamente no seu curso. Da mesma forma que o DCE, os CAs têm eleição anual para escolha da diretoria.

A Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal de Santa Catarina (APG-UFSC) é a entidade que representa os estudantes de pós-graduação da UFSC nas modalidades *lato* e *stricto*

sensu, presencial e a distância. A APG-UFSC é filiada à Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), entidade máxima do movimento de organização estudantil na pós-graduação.

As eleições para a diretoria da entidade ocorrem anualmente. Por meio da organização estudantil, a APG-UFSC tem a prerrogativa de indicar estudantes de pós-graduação para participar de órgãos deliberativos centrais, sendo estes a Câmara de Pós-Graduação e a Câmara de Pesquisa.

3.9 Planejamento e autoavaliação

3.9.1 Órgãos de planejamento

A adoção do planejamento como ferramenta de gestão institucional faz parte da história da Universidade Federal de Santa Catarina desde sua fundação em 1960. A partir da adesão da UFSC ao Programa de Reestruturação Universitária (REUNI), em 2006, o planejamento, como processo de gestão estratégica, torna-se ainda mais importante.

Atualmente, na UFSC, a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) tem a competência de órgão de planejamento institucional, além de ser responsável pela preparação e elaboração do orçamento da Universidade, pela distribuição orçamentária para todas as unidades gestoras, e pela supervisão, controle e execução das atividades relacionadas à administração financeira e contábil da UFSC.

A PROPLAN também atende às demandas dos sistemas corporativos do Governo Federal (SI-MEC, eMEC e outros) e utiliza suas bases de dados para gerar informações para os órgãos de controle externo, para o MEC e para a gestão institucional. Além disso, coordena o Planejamento da ocupação física, a gestão ambiental, e os projetos de arquitetura e engenharia. Também está sob sua responsabilidade coordenar o desenvolvimento e a execução das políticas de governança eletrônica e de tecnologia da informação e comunicação que se organizam no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), que pode ser encontrado no *site* <http://pdti.paginas.ufsc.br/> e que contempla o período de 2013 a 2014.

3.9.2 O ciclo de planejamento

Os princípios que orientam a gestão da Universidade Federal de Santa Catarina foram construídos com base na visão do que deve ser uma universidade de excelência. Essa perspectiva está refletida na missão e visão da UFSC. Para isso, consolidou-se na Universidade a ideia de que a gestão de uma instituição universitária deve ser fundamentada nas ideias de um planejamento estratégico com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos muito bem definidos. Somente por meio da internalização progressiva dos princípios que norteiam o planejamento, será possível construir uma cultura permanente de autoavaliação crítica das políticas, o que permitirá um constante aprimoramento institucional.

Enquanto se caminha para um cenário no qual o planejamento de longo prazo seja construído através da ampla participação, o planejamento de médio prazo, no caso da UFSC, converge para as reformulações progressivas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Isso está determinado externamente, pois esse plano deve ser atualizado a cada cinco anos.

Já no horizonte de curto prazo, a UFSC procura adotar o Planejamento Anual (PAn), com metas e ações bem estabelecidas para o período de um ano. Os ciclos temporais de planejamento devem definir planos decenais, quinquenais e anuais de ação. De forma geral, o processo de planejamento a ser adotado na UFSC está representado na Figura 26.

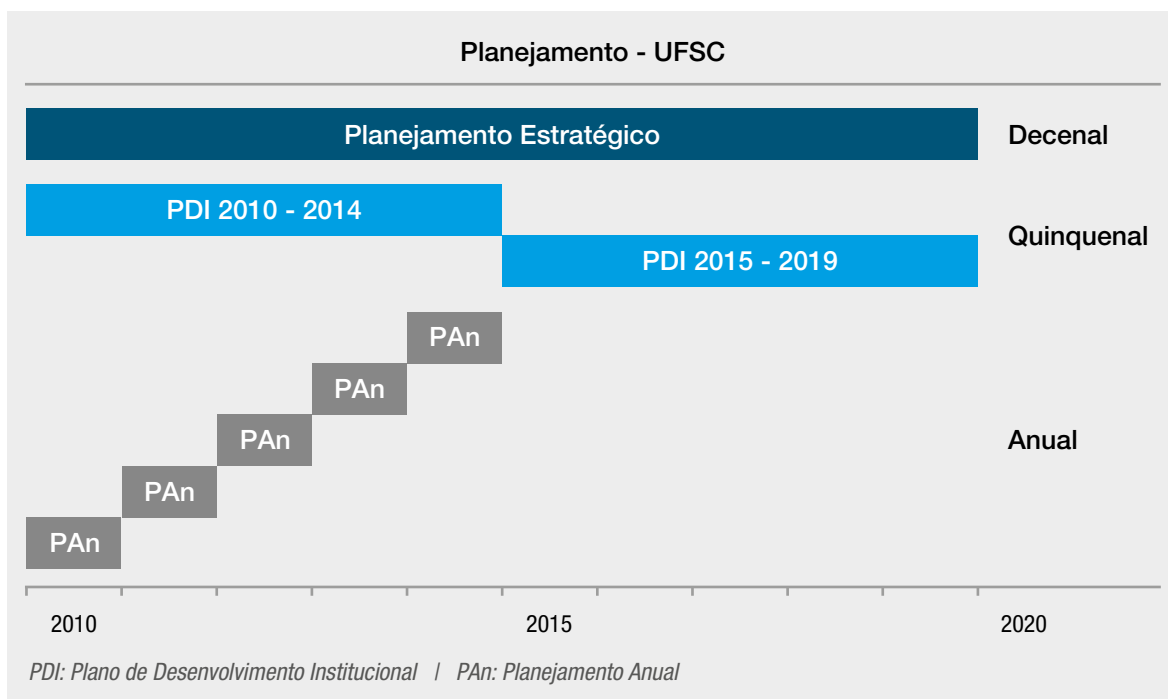


Figura 26 - Ciclo de Planejamento

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC.

Independentemente do ciclo de planejamento adotado, curto, médio ou longo prazo, o estabelecimento de uma cultura de planejamento deve exigir um considerável esforço e tempo para a conscientização, a discussão e o amadurecimento do processo, conduzindo a construção de métodos e instrumentos de suporte ao processo de tomada de decisão na instituição e envolvendo suas unidades universitárias e administrativas.

Dentro do processo de planejamento estratégico, há o próprio PDI, como um plano norteador para o interstício de cinco anos, e os Planos Anuais, com ações e metas estabelecidas para o período de um ano. Assim, anualmente os gestores avaliam aquilo que foi planejado *versus* aquilo que foi alcançado, efetuam os ajustes necessários e produzem um novo plano para o ano seguinte, fechando um ciclo anual de gestão.

O ciclo de gestão estratégica conta ainda com a avaliação institucional, que é o processo que envolve o esforço da instituição em se conhecer e ser conhecida por outros setores da sociedade e que, articulada ao planejamento, tem grande potencial para contribuir com a gestão estratégica⁴⁸.

3.9.3 Autoavaliação

A preocupação com a avaliação institucional na UFSC cresceu junto com a necessidade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, pois a avaliação é uma atividade integrante do ciclo da melhoria contínua: planejar, executar, avaliar, agir corretivamente. O Histórico do planejamento da UFSC está detalhado em seu PDI (2010-2014) e remonta à fundação da Universidade em 1960.

A instituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), pela portaria nº 453/GR, de 2 de julho de 2004, marca o início do Programa de Autoavaliação Institucional (PAAI) na UFSC. Após a concepção e aprovação do seu regimento interno pelo CUn, através da resolução nº 13/CUn, de 7 de

48 PEIXOTO, M. D. C. D. L. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. Avaliação, Campinas, v. 14, n. 1, p. 9-28, mar. 2009.

junho de 2005, posteriormente aprovado pela Reitoria pela Portaria nº 327/GR/2005, de 11 de abril de 2005, a CPA elaborou o Programa de Autoavaliação, que foi enviado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) para registro. O Plano de Auto Avaliação Institucional (PAAI) obedece às orientações e aos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

O PAAI tem sido coordenado pela CPA desde sua criação. Em 2008, a Comissão passou a ter suporte administrativo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), transformada posteriormente em uma Pró-Reitoria (PROPLAN). A CPA conservou, entretanto, sua autonomia.

A CPA está, como órgão assessor, vinculada diretamente ao Gabinete da Reitoria, ainda que sem estar hierarquicamente subordinada a este, com transmissão direta à gestão dos resultados detectados na autoavaliação. A partir de 2015, está prevista a criação de uma "Secretaria Administrativa das Comissões", que dará suporte as diversas comissões permanentes da Universidade, inclusive às atividades da CPA, que serão desenvolvidas de forma independente e assessoradas pelos Núcleos de Apoio de Avaliação (NAAs), conforme previsto no Regimento da CPA.

A autoavaliação institucional constitui-se em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo identificar o perfil da Universidade e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, observados os princípios que regem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e as singularidades da Universidade.

O processo de autoavaliação institucional, conduzido pela CPA, considera as diferentes dimensões institucionais propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e, na formulação dos instrumentos avaliativos, procura adequar-se aos preceitos estabelecidos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), formalizados nos documentos-base Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2004) e Roteiro da Autoavaliação das Instituições (RAAI), no que se refere à organização, à sistematização, à concepção, aos princípios, às dimensões da avaliação e à sua implementação.

Neste sentido, o PAAI deve contemplar a avaliação como um processo contínuo e dinâmico, com a participação dos diversos segmentos da instituição – estudantes de graduação e de pós-graduação, servidores técnico-administrativos, professores e gestores – e representantes da sociedade civil organizada. Esse Programa tem como objetivo geral realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios do SINAES, visando à melhoria contínua das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão da instituição. Mais especificamente, o Programa visa:

- a) promover ações de sensibilização para a efetiva participação de toda a comunidade no processo de autoavaliação;
- b) identificar as potencialidades e as fragilidades da instituição;
- c) socializar as informações para subsidiar a tomada de decisões na instituição;
- d) propor ações visando à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- e) desenvolver um processo contínuo de autoavaliação na UFSC, com periodicidade determinada, contando com o envolvimento do corpo discente por diversos meios, inclusive a internet;
- f) estabelecer mecanismos para que os resultados dos processos avaliativos se convertam em ações concretas com base nas questões detectadas na avaliação;
- g) utilizar a autoavaliação e as avaliações externas como base nos processos de aperfeiçoamento das políticas e diretrizes institucionais;
- h) criar mecanismos de retroalimentação e revisão constante do processo avaliativo, tanto acadêmico, quanto de gestão;
- i) integrar os resultados da avaliação da EaD – UAB, respeitadas as suas especificidades;

- j) envolver, no processo de avaliação, as múltiplas unidades institucionais (Reitoria, Direção de centros, coordenadorias de cursos, departamentos de ensino e departamentos acadêmicos) na operacionalização da avaliação, sobretudo na sensibilização da comunidade acadêmica para a importância da avaliação;
- k) aprimorar os mecanismos de coleta de dados e tratamento das informações institucionais.

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO ZELARÁ PELO CUMPRIMENTO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO, BEM COMO ASSEGURARÁ QUE:

- a) seja realizada a avaliação periódica objetivando a melhoria permanente no processo avaliativo e criando uma cultura avaliativa;
- b) a avaliação ocorra em todos os níveis institucionais, tanto no *campus* de Florianópolis quanto nos demais *campi*;
- c) ocorra a plena transparência do processo avaliativo e da divulgação de seus resultados, possibilitando a todos os interessados o acesso aos relatórios produzidos pela Comissão;
- d) se criem mecanismos de retroalimentação e revisão constantes do processo avaliativo, tanto na esfera acadêmica, quanto na administrativa, fazendo com que a autoavaliação não tenha um fim em si mesma, mas seja utilizada como mecanismo de análise de desempenho e de construção de ações efetivas de aprimoramento/correção/revisão de práticas instituídas;
- e) seja elaborado um planejamento anual sobre as ações de avaliação a serem desenvolvidas.

Assim, a CPA, enquanto coordenadora do processo de avaliação institucional, pode e deve contribuir efetivamente para a melhoria contínua das atividades da Universidade nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.

3.10 Comunicação com a sociedade

A Universidade Federal de Santa Catarina adota uma política de comunicação voltada para o interesse público. Ao perceber a comunicação como uma instância estratégica da organização, gestiona processos e produtos visando fortalecer a imagem, o conceito e a identidade da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Para aprimorar este trabalho, foi criada, em 2013, a Diretoria-Geral de Comunicação (DGC), unidade vinculada ao Gabinete da Reitoria e que atua nos campos de Jornalismo, Relações Públicas, Design e Identidade Visual, Memória, Fotografia e Comunicação Educativa. A esse setor, estão vinculadas a TV UFSC e a AGEKOM.

Vale destacar que, além das ações institucionais, a comunicação interna é produzida em toda a estrutura organizacional da UFSC de modo acelerado e diversificado. Departamentos, setores, núcleos, comissões, grupos, entre outros, criam produtos comunicativos, usam ferramentas de comunicação e agem comunicativamente na ambiência universitária.

As tecnologias de circulação de informação estão presentes em toda a estrutura organizacional da UFSC também por meio de inúmeras listas de discussão e de informação, voltadas para os docentes, discentes, servidores técnico-administrativos e também para a comunidade em geral, produzidas por diferentes atores, além daqueles que atuam diretamente na Diretoria-Geral de Comunicação.

Portanto, além dos mecanismos de comunicação interna e externa que citaremos detalhadamente a seguir, há outras ações de comunicação voltadas para os aspectos mais diretamente

relacionados às atividades da UFSC com objetivos não unicamente informativos, mas também em seu sentido mais ampliado, que é de, por meio da disponibilização de informações, alimentar um sistema de prestação de serviços para toda a comunidade, como consultas de matrícula, sistemas de informação acadêmicos tanto de graduação quanto de pós-graduação, sistemas de informações relacionados às atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, sistemas de informação relacionados à gestão, projetos de responsabilidade social e ambiental, dentre outros.

Portanto, na UFSC, os canais de comunicação e sistemas de informação, que divulgam as ações da instituição, são acessíveis à comunidade interna e externa, de modo coerente com sua missão.

A seguir, destacamos as ações da DGC no que tange à comunicação interna e com a sociedade.

3.10.1 Jornalismo

O Jornalismo, com frente de ação estratégica organizacional, atua na produção diária de notícias sobre o que acontece na instituição. Resultam desse trabalho o desenvolvimento de conteúdo para o Portal da UFSC, o Notas da Gestão, o Blog da Gestão, o Divulga Ciência, a coletânea anual UFSC em Ação e o Guia de Fontes. Além desses serviços, a Coordenadoria de Divulgação e Jornalismo Científico é responsável pelo atendimento diário à imprensa local e nacional, que procura a UFSC como referência para a produção de material jornalístico sobre diversos assuntos e pelo envio de *releases* para veículos regionais e nacionais.

O Portal da UFSC se consolidou como uma referência para a comunidade, alcançando a média de 3 milhões de visualizações por mês, de acordo com dados do Google Analytics. O alcance expressivo acontece porque, no Portal da UFSC, o público pode ter acesso a informações relacionadas à estrutura da organização e aos serviços oferecidos pelas diferentes unidades que a compõem, como centros de ensino, cursos de graduação, cursos de pós-graduação, pró-reitorias e secretarias, departamentos de ensino, entre outros.

O Portal conta com um ambiente de notícias no qual são veiculadas as informações relacionadas a atividades de interesse da comunidade. Há ainda um arquivo de notícias, além de galeria de fotos e acesso a informações úteis, como cursos, concursos, Restaurante Universitário, vestibular, entre outras. A partir do portal, o público pode compartilhar conteúdos utilizando redes sociais como Twitter e Facebook.

Além do Portal, que traz notícia sobre toda a UFSC, a equipe de Jornalismo também é responsável pela produção do Notas da Gestão (impresso) e do Blog da Gestão (cibermeio). Tais produtos foram criados com o intuito de oferecer à comunidade informações diretamente relacionadas às ações da Administração Superior da UFSC, dando mais transparência aos atos administrativos e suas motivações, e ampliando, portanto, a própria fiscalização da comunidade, uma vez que o acesso regular a tais notícias pode contribuir para a atuação cidadã.

A Comunicação da UFSC tem como uma de suas prioridades o Jornalismo Científico e busca a produção regular de material jornalístico sobre as pesquisas realizadas na instituição em diferentes áreas de conhecimento. Ao final de cada mês, essa produção, que é publicada diariamente no Portal de Notícias, é reunida no boletim eletrônico Divulga Ciência.

Outro serviço de comunicação criado recentemente é o UFSC em Ação, publicação anual que reúne notícias sobre atividades da UFSC que é enviada a autoridades do Estado e do País, e a gestores da instituição. A coletânea tem como propósito fazer um síntese do que ocorreu na instituição no ano anterior, dando ampla visibilidade a ações consideradas estratégicas em diversos campos que incluem ensino, pesquisa, extensão e administração, o que caracteriza o UFSC em Ação como uma espécie de memorial.

A equipe da Diretoria-Geral de Comunicação também está envolvida com a reformulação do Jornal Universitário, veículo impresso de referência, criado nos anos 70, que atingiu uma tiragem

mensal de 5 mil exemplares. Prevê-se a criação de uma versão do jornal voltada para dispositivos móveis, facilitando e ampliando o seu acesso.

Em parceria com os demais setores da DGC, o Jornalismo atua também na produção de outros materiais informativos – como folder, relatórios e demais publicações dirigidas – voltados para diferentes públicos estratégicos da instituição. A Diretoria atua, ainda, na divulgação de campanhas institucionais e eventos, como SEPEX, Feira do Livro e Vestibular.

3.10.2 Relações públicas

Desde 2012, a Comunicação da UFSC conta com uma Coordenadoria de Relações Públicas. Entre as suas funções está, além de ações de planejamento da comunicação organizacional e a edição de serviços estratégicos voltados ao público interno, a administração das redes sociais nas quais a UFSC está oficialmente presente, a saber:

- a) Facebook: www.facebook.com/UniversidadeUFSC;
- b) Twitter: www.twitter.com/UFSC;
- c) Google Plus: www.plus.google.com/+UfscBr;
- d) Instagram: www.instagram.com/UniversidadeUFSC.

Graças ao trabalho desta Coordenadoria, a instituição fortaleceu sua presença na internet. No Facebook, já são mais de 25 mil seguidores, e mais de 27 mil no Twitter, apenas para citar as duas principais redes sociais nas quais a Universidade está presente. A política para esses meios prevê a interação com o público e a divulgação das principais informações sobre a instituição, além de fotografias e outros registros que mostram a pluralidade do que se produz e do que é promovido na e pela UFSC diariamente. As atividades nas redes sociais estão em consonância com o que prevê a Norma Complementar nº 15/IN01/DSIC/GSIPR, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União, em 21 de junho de 2012, e com o Código de Ética Profissional do Servidor Público.

Cabe a essa Coordenadoria, ainda, a edição do boletim Divulga, veículo informativo que traz uma síntese de informações de interesse da comunidade universitária e que se transformou em uma referência. O produto, editado em html, é enviado, diariamente, para o *e-mail* de mais de 30 mil pessoas, entre professores, estudantes e técnicos-administrativos da instituição.

A equipe da Coordenadoria de Relações Públicas é responsável também por orientar servidores de diferentes setores e unidades para a atualização das páginas sob o domínio UFSC.BR. Ela é responsável por implementar atividades de comunicação organizacional que propiciem o fortalecimento das relações organizacionais, assim como por desenvolver processos de comunicação educativa organizacional, com a formação de agentes de comunicação, isto é, profissionais da UFSC que tenham entre as suas atribuições, estabelecer a comunicação entre os seus setores e a Diretoria-Geral de Comunicação, melhorando a circulação de informações de interesse público.

Para tanto, a Coordenadoria de Relações Públicas conta com o apoio da seção Sistema de Comunicação Educativa (Comunica), com o propósito de desenvolver na UFSC competências em comunicação educativa organizacional. O Comunica atua nos processos comunicacionais da instituição, com a finalidade de desenvolver uma forte e consistente cultura de gestão da comunicação interna. Envolve os servidores em um processo de comunicação, administrativo e social, em que cria um ambiente de aprendizagem coletiva e contínua.

O Comunica estrutura-se em duas frentes de trabalho: capacitação e pesquisa. Oferece cursos, oficinas, consultorias aos servidores dentro do Programa de Capacitação ou a partir da solicitação do setor da instituição. Para validar e aprimorar os princípios da comunicação educativa organizacional, realiza estudos e pesquisas científicas paralelamente às atividades de capacitação.

3.10.3 Fotografia

A Comunicação da UFSC vem buscando, a partir de estratégias específicas, valorizar cada vez mais a produção fotográfica na instituição. Hoje, além de atuarem em sintonia com os setores de Jornalismo, Relações Públicas e Design, os profissionais dessa área formulam e executam projetos próprios que têm como principal objetivo fortalecer o relacionamento com os diferentes públicos da instituição, visando à consolidação da imagem positiva da UFSC junto à sociedade, a partir das imagens que evidenciam sua pluralidade e a diversidade de campo de atuação.

Além de demarcar o tempo presente, a Divisão de Fotografia também contempla o Projeto Memória Visual da UFSC, que tem o objetivo de organizar, restaurar e informatizar para preservar e socializar o acervo fotográfico da instituição.

O acervo conta com registros datados desde a criação da UFSC, nos anos 50, e é composto de cerca de duzentos mil negativos e milhares de fotografias digitais, além de um grande número de fotos em preto e branco (P&B). O processo de preservação é constante por meio de classificação, identificação, restauração, higienização, acondicionamento e informatização, incluindo a digitalização, o tratamento de imagem, o cadastramento e a catalogação. Como primeiro resultado desse trabalho, em 2005 foi realizada uma exposição fotográfica itinerante de painéis lembrando, em imagens e textos, os 45 anos da UFSC. Esse acervo também foi essencial para a produção de diversos conteúdos alusivos à história de 50 anos da instituição, celebrados em 2010.

3.10.4 Design e programação visual

Todas as ações de comunicação da instituição são concebidas e executadas de forma integrada com o setor de Design e Programação Visual, porque se parte do pressuposto que a identidade visual é fundamental para a própria consolidação da imagem da instituição. Para tanto, busca-se consolidar a relação técnica entre forma e conteúdo, permitindo que o público possa identificar a UFSC – seus valores e sua missão – também a partir do uso adequado de sua marca, brasão e símbolos.

Por isso, há um cuidado permanente da Diretoria-Geral de Comunicação com a gestão da marca UFSC, o que se observa na própria consolidação do Sistema de Identidade Visual, criado em 2005 e em constante processo de aperfeiçoamento. Isso inclui desde peças gráficas – como calendário anual, folder e cartazes institucionais e de eventos, jornais, boletins e revistas – até todo o sistema de sinalização da UFSC em seus diferentes *campi*.

Os profissionais que atuam no setor são responsáveis pela concepção gráfico-visual dos diversos produtos de comunicação em seus diferentes suportes, incluindo aqueles voltados para as redes sociais e cibermeios.

3.10.5 TV UFSC

A TV UFSC é um importante canal de comunicação da instituição criado em 1998, que, em 2013, passou a atuar em sinal aberto e digital, além do canal 15 na NET, a partir de uma parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A TV oferece uma programação informativa, cultural, artística, científica e cidadã. Sua missão é divulgar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura desenvolvidas pela Universidade, procurando fortalecer a política pública de comunicação da UFSC e o seu conceito institucional, visando ampliar e reforçar a interação com a sociedade.

Os principais programas são disponibilizados no Youtube e no Portal da UFSC, ampliando, portanto, o seu alcance, inclusive junto à comunidade universitária. Em sua programação, são exibidos programas como o UFSC Entrevista e o UFSC Cidade, telejornal diário que procura cobrir temas de interesse mais amplo, aproximando a Universidade do público externo aos seus *campi*.

O público do canal tem acesso a notícias, entrevistas, trabalhos acadêmicos produzidos na UFSC, shows de artistas locais e nacionais, filmes catarinenses e clássicos do cinema, além de vídeos que resgatam a memória da Universidade e de Santa Catarina. O canal exhibe, ainda, a programação da TV BRASIL.

3.10.6 Ouvidoria

Não há como acompanhar as mudanças ocorridas nas universidades se não forem oferecidos serviços que oportunizem a participação efetiva dos segmentos que a compõe. Como falar em transparência administrativa, em movimento participativo, em qualidade de serviços prestados, se não se proporciona à comunidade condições de vivenciar, opinar, criticar, informar-se, sugerir, denunciar ou elogiar aquilo a que se tem direito? A Universidade Federal de Santa Catarina, uma instituição que zela pela excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, nas quais atua, não poderia ignorar a regra. Por isso, implantou uma ouvidoria voltada ao apoio do cidadão em seu relacionamento com a UFSC, com competência para esclarecer dúvidas, encaminhar críticas, queixas e propostas dos servidores docentes e administrativos, dos estudantes e da comunidade em geral.

A Ouvidoria é um canal de recebimento de elogios, críticas, reclamações, denúncias e sugestões da comunidade interna e externa. Tem como atribuição elaborar registro, classificar e detalhar o material recebido, encaminhando-o aos setores envolvidos, na busca de uma solução. É, assim, uma forma de comunicação acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária, de injustiçados e queixosos, identificando os problemas sistêmicos ou injustiças, e atuando, face aos resultados, como agente de mudanças.

O interessado deverá dirigir-se à Ouvidoria, localizada no Hall da Reitoria, e formular sua reclamação, crítica, denúncia, elogio ou sugestão. Poderá utilizar-se também das caixas de coleta, do *e-mail*, do *site*, do fax ou do telefone. Desse modo, a Ouvidoria pode ser classificada como órgão responsável pelo controle de qualidade dos serviços oferecidos pela Universidade.

A Ouvidoria conta com pessoal especializado e funciona segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos. As observações apresentadas pela comunidade acadêmica e externa são efetivamente consideradas pelas instâncias acadêmicas e administrativas, transformando-se em valiosa ferramenta para os gestores da instituição.

3.11 Infraestrutura

A UFSC dispõe de ampla estrutura física e tecnológica para a execução de suas atividades. Nesse item, apresenta-se inicialmente uma listagem das áreas de terrenos próprios e disponibilizados por outras instituições, com um resumo da metragem de área construída. Em seguida, apresentam-se os demais componentes da infraestrutura, tendo em vista as principais áreas de atuação acadêmica.

3.11.1 Infraestrutura física

A UFSC dispõe de aproximadamente 21 milhões de metros quadrados de área sob seu controle. Logo após a criação da Universidade de Santa Catarina em dezembro de 1960, o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Lei nº 2.664, de 20 de janeiro de 1961, autorizou a doação à União, para incorporação à Universidade, de terrenos com cerca de um milhão de metros quadrados no bairro da Trindade, em Florianópolis, onde funcionara a Fazenda Modelo Assis Brasil. Ainda hoje, essa é a área do *campus* Reitor João David Ferreira Lima. A esse primeiro imóvel,

uniram-se outros para integrar a nova Universidade e, assim, comporem seu patrimônio, que se encontra detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7- Espaço Físico da UFSC - dados de 2013

Espaço Físico (m²)	
Indicador	2013
Campus Araranguá	
Terreno (próprio)	129.195,42
Área construída (própria + locações)	5.758,78
Campus Blumenau	
Terreno (locações)	5.130,11
Área construída (locações)	3.343,21
Campus Curitibanos	
Terreno (próprio)	806.973,50
Área construída (própria + locações)	5.059,37
Em construção	1.273,28
Campus Reitor João David Ferreira Lima (Florianópolis)	
Terreno (próprio)	10.983.324,63
Área construída (própria)	388.935,63
Em construção	27.692,93
Campus Joinville	
Terreno (próprio + locações)	1.193.189,48
Área construída (própria + locações)	10.455,28
Em construção	15.088,04
Outras unidades	
Terreno	3.632.630,65
Área construída (própria + locações)	530,93

Fonte: DPAE/PROPLAN/UFSC.

Os *campi* fora de Florianópolis ainda não estão completamente instalados em estruturas próprias, e pode-se notar, pela tabela, que ainda ocupam algumas áreas locadas.

Não computados nessa lista, existem os espaços das fortalezas, todas elas prédios históricos tombados. O Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina foi elaborado para levantar recursos e administrar a restauração e a revitalização inicial, sob responsabilidade da UFSC, das seguintes fortalezas: Santa Cruz de Anhatomirim, na Ilha de Anhatomirim; São José da Ponta Grossa, na própria Ilha de Santa Catarina; e Santo Antônio de Ratonas, na Ilha de Ratonas Grande.

3.11.2 Órgãos Suplementares

Para melhor desempenho de suas atividades, a Universidade disporá, além das Unidades Universitárias, de Órgãos Suplementares de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante (redação dada pela Resolução nº 12/CUn/2004).

Para fins de ensino, pesquisa e extensão, os Órgãos Suplementares estarão a serviço da Universidade, na forma discriminada pelo Regimento da Reitoria, o qual disciplinará também a sua forma de administração (incluído pela Resolução nº12/CUn/2004).

RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES A QUE SE REFERE O § 2º DO ART. 11 DO ESTATUTO (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 20/CUN/2012):

- a) Biblioteca Universitária;
- b) Biotério Central;
- c) Editora Universitária;
- d) Hospital Universitário “Prof. Polydoro Ernani de São Thiago”;
- e) Museu de Arqueologia e Etnologia “Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral”;
- f) Restaurante Universitário;
- g) Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC).

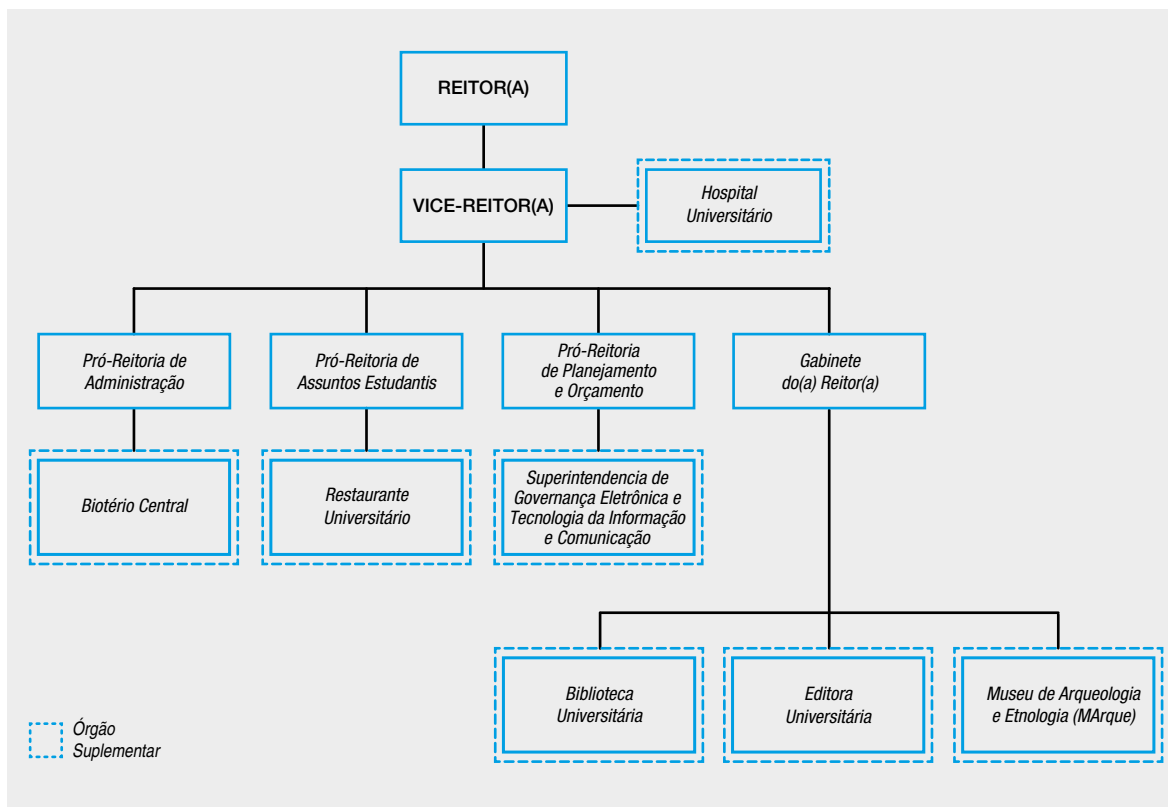


Figura 27 - Órgãos Suplementares e suas vinculações administrativas

Fonte: DPGI/PROPLAN/UFSC.

A Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) e a Biblioteca Universitária estão descritas, em detalhes, mais adiante nos itens 3.11.4 e 3.11.5.

O Biotério Central é do tipo criação, reprodução e manutenção, localiza-se no Campus Reitor João David Ferreira Lima, Setor F, Bairro Trindade, em Florianópolis – SC. Ocupa uma área física de aproximadamente 1.750m², reproduz seis espécies de animais com padrão sanitário convencional.

Tem Regimento Interno, processos operacionais estabelecidos e registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/SC) e no Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (COBEA).

A Editora reflete a produção científica, tecnológica e cultural da UFSC e da sociedade, publicando títulos locais, regionais, nacionais e internacionais.

O Hospital Universitário é um centro de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de pesquisa e tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação permanente oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde. É um hospital geral e tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins.

O Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral (MarquE), conforme já detalhado no item 2.5.4, é um órgão suplementar da UFSC, que atua como órgão de preservação, ensino, pesquisa e extensão nas áreas de Arqueologia, Antropologia e Museologia.

O Restaurante Universitário atende a estudantes e servidores, além de servir de campo de pesquisas e estágios para cursos de graduação e pós-graduação. O número de refeições servidas em 2010 foi de um milhão e duzentas, passando para dois milhões, aproximadamente, em 2013.

3.11.3 Laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa

A UFSC conta atualmente com 545 laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa vinculados à graduação e 509 à pós-graduação, o que pode ser visto na tabela a seguir. De todos os laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa, 606 estão disponíveis para atividades de pesquisa⁴⁹. Muitos desses laboratórios têm uso múltiplo. O quantitativo representado anteriormente pode ser melhor compreendido a partir da área correspondente dos Laboratórios, Grupos e Núcleos de Pesquisa, representados na tabela a seguir.

Tabela 8 - Número de laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa, segundo o tipo de acesso

Centro	Graduação	Pós-Graduação	Disponibilidade para Pesquisas
CCA	43	31	65
CCS	38	36	39
CED	10	6	12
CCB	135	111	116
CTC	100	89	95
CDS	9	4	13
CFM	22	71	73
CCE	24	10	17
CCJ	14	21	30
CFH	99	93	95
CSE	51	37	51
Total	545	509	606

Fonte: PROAD/UFSC.

49 As informações sobre laboratórios, núcleos de pesquisa e institutos estão disponíveis na página: www.ufsc.br/paginas/laboratorios.php.

A área disponível de laboratórios e núcleos totaliza aproximadamente setenta e dois mil e quinhentos metros quadrados, sendo quarenta e oito mil, cento e dez metros quadrados de laboratórios e vinte e oito mil, setecentos e trinta e quatro metros quadrados de núcleos e grupos de pesquisa.

Além do conjunto de laboratórios e núcleos, a UFSC conta com grandes laboratórios voltados para o atendimento das necessidades mais gerais da sua comunidade e que funcionam a partir de uma abordagem multiusuários. Dentre esses laboratórios, destacam-se o Laboratório de Apoio à Informática (LabUFSC) e o Laboratório Central de Microscopia Eletrônica (LCME).

Tabela 9 - Área disponível em laboratórios, núcleos e grupos de pesquisa

Centro	Laboratórios (m ²)	Núcleos e Grupos de Pesquisa (m ²)	Total (m ²)
CCA	12.542,00	8.550,00	21.092,00
CCS	2.673,00	1.520,00	4.194,00
CED	191,00	1.637,00	1.828,00
CCB	7.655,16	6.432,96	7.655,16
CTC	13.763,00	4.943,00	18.708,00
CDS	579,67	412,70	2.309,00
CFM	7.128,00	500,00	8.128,00
CCE	918,20	557,52	1.745,72
CCJ	320,00	594,00	914,00
CFH	2.100,00	780,00	2.880,00
CSE	240,00	900,00	1.140,00
Biotério	0,00	1.907,00	1.907,00
Total	48.110,03	28.734,18	72.500,88

Fonte: PROAD/UFSC.

O Laboratório de Apoio à Informática (LabUFSC), vinculado à Coordenadoria de Inclusão Digital (CoID) disponibiliza aos estudantes computadores para que possam realizar suas pesquisas e demais atividades acadêmicas. Concentrado em uma grande sala o CoID, tem aprovado, pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), a criação de novos ambientes para estudos em grupos (estúdios) e de sala de multimídia para cursos e aprimoramento na tecnologia da informática. O laboratório contém cadastrados, em seu banco, 47.685 alunos, registrando o acesso diário de 1.500 alunos nos dias úteis.

Para os próximos anos, o LabUFSC pretende trabalhar com o conceito de Nuvem ou ferramentas de criação e gestão de espaço virtual. Estudantes ao longo de sua vida acadêmica produzem dezenas de projetos e trabalhos. Criar uma memória da vida acadêmica, possibilitando seu registro em mídia compatível é uma das finalidades do presente projeto. Essa iniciativa deve facilitar imensamente a gestão de informações pela comunidade discente da UFSC. Entretanto, duas outras vertentes de desenvolvimento potencializam o presente projeto: uso de *wikis* no processo educacional e o uso de aparelhos móveis para conexão à internet.

Além do atendimento aos estudantes dos cursos regulares de graduação e pós-graduação que estejam devidamente cadastrados nos sistemas de autenticação de Identidade da UFSC (IdUFSC) gerenciado pela SeTIC e aos alunos estrangeiros (SINTER), uma das recentes inovações no processo de ensino que se tem buscado é a utilização de ambientes colaborativos denominados *wikis*. Em termos gerais, trata-se da utilização de ferramentas baseadas na *Web*, que rapidamente permitem, para qualquer autor, a criação de sua própria página e que outros usuários a ela tenham acesso, podendo

inserir ou editar comentários e compartilhar ideias. Seu uso educacional está relacionado ao aspecto de construir comunidades de aprendizagem. Além disso, projeta-se que, em um futuro próximo, a rede será totalmente conectada por aparelhos móveis utilizando-se tecnologia sem fio (*wireless*).

A disponibilidade de equipamentos de informática, na forma de microcomputadores, está representada pela Tabela 10. Observa-se um crescimento significativo do número de máquinas durante o período de 2010 a 2013. De 8.875 máquinas em 2010, a UFSC aumenta seu acervo para 15.754 máquinas em 2013. Esse aumento possibilitou a diminuição do número de usuários por máquina. Com relação aos alunos, o percentual caiu de 4,11 para 2,36 ao final do período. Quando considerados também os microcomputadores de uso administrativo, há uma queda significativa do número de usuário por máquina de 2,60 para 1,62. De qualquer modo, essas estatísticas mostram uma tendência de maior disponibilidade desse tipo de equipamento para os diferentes usuários.⁵⁰ Espera-se que essa tendência seja mantida ao longo do próximo quinquênio.

Tabela 10 - Disponibilidade de microcomputadores por tipo de uso – 2010 a 2014

Ano	Tipo de Uso			Nº de Alunos de Graduação (-3)	Usuários por microcomputador	
	Acadêmico (1)	Administrativo	Total (2)		(3) / (1)	(3) / (2)
2010	5.604	3.271	8.875	23.044	4,11	2,6
2011	7.477	3.622	11.099	23.874	3,19	2,15
2012	9.369	4.171	13.540	24.000	2,56	1,77
2013	10.847	4.907	15.754	25.592	2,36	1,62

Fonte: SeTIC/UFSC.

3.11.4 Infraestrutura de informação

A Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) é um órgão suplementar ligado à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN) e tem por missão “Planejar, pesquisar, aplicar e desenvolver produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da extensão e da administração na UFSC”.

As principais atribuições da SeTIC são:

- promover o uso inovador das tecnologias de informação e comunicação;
- regularizar o uso de *software* (equalizar a utilização de *software* livre e *software* proprietário);
- planejar, implantar e gerir a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- especificar e implantar soluções de TIC para uso acadêmico e corporativo;
- prestar serviços de consultoria em soluções de TIC para as unidades da UFSC;
- prover a gestão de segurança da infraestrutura e serviços de TIC;
- prover suporte técnico aos usuários sobre os serviços providos;
- manter e operar a infraestrutura de redes e sistemas no regime 24 x 365;
- hospedar e administrar os recursos centrais de Processamento de Dados da UFSC, disponibilizando informações para tomada de decisões;
- desenvolver sistemas em suporte ao EaD (ensino a distância);
- disponibilizar e manter a infraestrutura de identidades eletrônicas.

50 Esses dados não discriminam o uso específico dos microcomputadores para pesquisas.

Para cumprir sua missão suas atribuições, a SeTIC utiliza, como instrumento principal de planejamento e gestão, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI), no qual estão definidos os objetivos, projetos e investimentos a serem efetuados na área de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFSC e, de forma clara, são apresentadas as metas a serem atingidas, de acordo com as expectativas e necessidades da instituição quanto aos recursos de TIC. O plano pode ser encontrado em <http://pdti.paginas.ufsc.br/>.

3.11.5 Biblioteca Universitária

Diversos órgãos da Universidade oferecem suporte à vida acadêmica, muitas vezes expandindo os serviços também à comunidade em geral. A Biblioteca Universitária (BU), maior biblioteca do Estado de Santa Catarina, conta com acervo de mais de 393 mil exemplares de livros impressos; aproximadamente 358 mil fascículos de periódicos impressos; mais de 30 mil *e-books* e cerca de 24 mil periódicos eletrônicos; além do Portal da CAPES. A BU desempenha importante papel no processo de ensino-aprendizagem, na pesquisa, na extensão e no processo de criação e transmissão de conhecimentos, caracterizando-se como um instrumento dinâmico com um conjunto de serviços de informação. É importante elemento na disseminação da informação técnica, científica e cultural, em âmbito nacional e internacional, por meio de seu engajamento em redes e pelo uso da moderna tecnologia da informação e da comunicação.

Abriga itens de todas as áreas do conhecimento, em diferentes mídias, materiais de referência e coleções especiais. Também preserva a memória institucional mediante o depósito legal da produção científica — teses e dissertações —, periódicos e livros produzidos na UFSC.

A BU compreende um sistema de bibliotecas, composto por dez unidades:

- a) Biblioteca Central (abriga a direção da Biblioteca Universitária – núcleo coordenador técnico-administrativo);
- b) Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias;
- c) Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas;
- d) Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Saúde - Medicina;
- e) Biblioteca Setorial do Centro de Educação;
- f) Biblioteca Setorial do Colégio de Aplicação;
- g) Biblioteca Setorial do Campus Araranguá;
- h) Biblioteca Setorial do Campus Blumenau;
- i) Biblioteca Setorial do Campus Curitibanos;
- j) Biblioteca Setorial do Campus Joinville.

O acervo físico da BU, classificado por área do conhecimento, está quantificado na tabela 11 por número de títulos e na tabela 12 por número de exemplares. As áreas com o maior número de títulos e exemplares de todos os tipos são as de ciências sociais e ciências humanas, seguidas de linguística, literatura e artes, e engenharias. Quando se considera apenas o acervo de livros, a razão média de exemplares para cada título é de 2,19. Considerando o acervo total, a razão média é de 3,55 exemplares por título. Deve-se notar ainda os quase 7.500 exemplares de DVDs, CD-ROMs e gravações de vídeo, que refletem a preocupação da instituição com a importância de trabalhar com os novos recursos de armazenagem de informações.

Além da coleção física, a Biblioteca Universitária disponibiliza vasta coleção de *e-books* adquiridos na modalidade de assinatura e de aquisição perpétua apresentada na tabela 13.

Os dados sobre o número de exemplares de periódicos e livros refletem o tamanho das coleções impressas. Nos últimos anos, com as facilidades do Portal de Periódicos da CAPES e outras

coleções obtidas diretamente pela UFSC, houve uma ampliação significativa no número de periódicos e livros. Toda a comunidade da UFSC tem acesso a esse sistema de pesquisa, tanto nas dependências das bibliotecas da Universidade como onde melhor lhe for conveniente, em acesso via internet, de modo protegido.

O atendimento ao usuário ocorre diariamente, mas o horário depende da unidade do sistema de bibliotecas. As bibliotecas localizadas em Florianópolis atendem por, no mínimo, doze horas ininterruptas, de segunda a sexta-feira, sendo que a Biblioteca Central atende também aos sábados, das 8h às 17h. Os horários de atendimento de todas as bibliotecas estão disponíveis no endereço eletrônico <<http://portalbu.ufsc.br/>>.

A área destinada ao usuário é, em média, de 50% do espaço total disponível nas bibliotecas. O corpo de servidores técnico-administrativos, de 123 pessoas, está distribuído entre as dez unidades da BU.

Tabela 11 - Acervo físico da BU em número de títulos por área do conhecimento – dados de 2014

Área do Conhecimento	Livros	Periódicos	DVDs	Cd-Rom	Grav. de Vídeo	Outros*	Totais
Ciências Exatas e da Terra	15.203	678	30	149	40	1.641	17.741
Ciências Biológicas	4.646	348	43	79	49	734	5.899
Engenharia	14.600	817	36	279	18	7.944	23.694
Ciências da Saúde	10.488	800	86	122	65	3.485	15.046
Ciências Agrárias	6.327	343	99	89	24	2.139	9.021
Ciências Sociais Aplicadas	38.499	1.597	274	463	168	9.939	50.940
Ciências Humanas	43.478	1.016	260	352	58	5.672	50.836
Linguística, Letras e Artes	41.992	565	614	418	133	2.866	46.588
Multidisciplinar	4.261	29	20	75		72	4.457
Total	179.494	6.193	1.462	2.026	555	34.492	224.222

Fonte: BU/UFSC/DAINF.

Tabela 12 - Acervo físico da BU em número de exemplares por área do conhecimento – dados de 2014

Área do Conhecimento	Livros	Periódicos	DVDs	Cd-Rom	Grav. de Vídeo	Outros*	Totais
Ciências Exatas e da Terra	41.327	83.643	82	431	33	1.655	127.171
Ciências Biológicas	15.285	15.569	77	490	42	740	32.203
Engenharia	32.566	58.826	51	691	22	8.007	100.163
Ciências da Saúde	26.010	63.132	187	461	66	3.520	93.376
Ciências Agrárias	13.464	16.850	180	135	25	2.060	32.714
Ciências Sociais Aplicadas	87.805	72.860	370	930	335	10.314	172.614
Ciências Humanas	87.811	31.880	406	508	91	6.388	127.084
Linguística, Letras e Artes	79.464	14.597	736	868	133	3.790	99.588
Multidisciplinar	9.413	1.214	22	119		107	10.875
Total	393.145	358.571	2.111	4.633	747	36.581	795.788

Fonte: BU/UFSC/DAINF.

*A classe "Outros" inclui itens como teses, dissertações, catálogos, obras em Braille, obras raras, etc.

Tabela 13 - Acervo permanente de e-books da BU em número de títulos – dados de 2014

Base	Tipo de conteúdo	Tipo de contrato	Número de registros na base
Springer	Livros em língua inglesa	Aquisição perpétua. Com aquisição anual das atualizações	29.211
Atheneu	Livros em língua portuguesa	Aquisição perpétua. Com aquisição anual das atualizações	91
Zahar	Livros em língua portuguesa	Aquisição perpétua. Com aquisição anual das atualizações	190
IEEE	Livros em língua inglesa	Aquisição perpétua. Com aquisição anual das atualizações	587
TOTAL			30.079

Fonte: BU/UFSC.

Quanto aos serviços oferecidos, além do empréstimo de material bibliográfico e de local de estudos comum em todas as unidades, a Biblioteca Universitária oferece ainda serviços como a comutação bibliográfica (obras no Brasil e no exterior), a orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, a capacitação de usuários no uso dos recursos informacionais da BU, salas para eventos, laboratório de informática, etc. Estão disponíveis *on-line* os seguintes serviços:

- a) busca dos itens no acervo (físico e eletrônico);
- b) renovação e reserva de material bibliográfico;
- c) reserva de espaço físico;
- d) inscrição para capacitação;
- e) *download* de teses e dissertações defendidas na UFSC;
- f) acesso a bases de dados nacionais e internacionais assinadas pela UFSC;
- g) tutoriais de pesquisa a base de dados.

Os alunos do Ensino a Distância têm a opção de empréstimos de livros da BU via correios, podendo solicitá-los pela internet.

A atualização do acervo ocorre anualmente e é feita com base nas demandas apresentadas pelos usuários, pelos cursos de graduação e pós-graduação, e pelos projetos de pesquisa.

3.12 Orçamento e finanças

3.12.1 Estratégias de gestão e econômico-financeira

Vinculada ao MEC como autarquia de regime especial, a UFSC tem suas receitas provenientes de transferências do Governo Federal e de arrecadação direta, sendo:

- a) dotações que, a qualquer título, forem atribuídas à Universidade nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;

- b) doações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por autarquias ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;
- c) rendas de aplicação de bens e valores;
- d) retribuição de atividades remuneradas;
- e) taxas e emolumentos;
- f) rendas eventuais.

Considerando a forma existente de distribuição dos recursos entre as IFES pelo Governo Federal, as expectativas, no presente momento, são de que a UFSC terá, em um futuro próximo, apenas acréscimos associados ao crescimento do orçamento do MEC destinado às IFES. Esse crescimento depende diretamente das perspectivas de crescimento da economia brasileira, supondo dadas a carga tributária e a política da União em relação às IFES. Além dos gastos de pessoal, que incluem despesas com aposentadorias e pensões, há os gastos operacionais, incluídos nas despesas de custeio.

Além dos recursos do Tesouro Nacional, que são o maior componente da receita orçamentária da UFSC, devem ser destacados os recursos diretamente arrecadados por meio de taxas e serviços prestados a toda a comunidade pelos projetos de extensão.

3.12.2 Previsão orçamentária e cronograma de execução

Com base nas ações orçamentárias extraídas do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), é possível projetar um quadro orçamentário básico para os próximos anos. O orçamento de 2015 já se encontra definido. Os valores projetados para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019 foram calculados com base no ano de 2014 e com inflação estimada em 5% ao ano. Essas informações estão apresentadas na Tabela 15.

O agregado das ações orçamentárias de ensino, pesquisa e extensão é composto por ações ligadas às atividades dessas áreas e de assistência ao estudante de graduação. As despesas com o corpo docente estão incluídas na ação Funcionamento de Cursos de Graduação, daí a importância desse primeiro grande agregado de ações orçamentárias. Demais despesas com pessoal como pagamento de aposentadorias, pensão, auxílio de transporte, alimentação e saúde, além de capacitação, estão inseridas em "Outros Gastos de Pessoal".

Tendo em vista o quinquênio deste PDI, na estrutura do orçamento de 2015 a 2019, foram desconsiderados aqueles recursos obtidos por destaques (projetos específicos financiados pelo Governo Federal) e por agências de fomento. Tais recursos dependem das políticas anuais de investimentos nos diversos setores do Governo.

Tabela 14 - Demonstrativo de receitas e despesas segundo as fontes de 2009 a 2013

RECEITA REALIZADA										
Descrição da Natureza	2009	2010	2011	2012	2013					
Transferências Correntes e Capital do Tesouro	640.214.665,47	755.063.821,50	810.902.257,79	885.793.759,65	1.018.752.228,65					
Recursos Próprios	20.999.796,03	25.183.291,67	29.319.716,68	25.209.893,20	22.216.681,71					
TOTAL GERAL	661.214.461,50	780.247.113,17	840.221.974,47	911.003.652,85	1.040.968.910,36					
	96,82%	96,77%	96,51%	97,23%	97,87%					
	3,18%	3,23%	3,49%	2,77%	2,13%					
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					

DESPESA REALIZADA										
Descrição da Despesa	2009	2010	2011	2012	2013					
Pessoal	526.382.705,64	606.368.883,09	646.586.600,40	710.284.068,81	802.465.202,37					
Custeio	104.663.424,79	121.684.074,52	137.000.583,58	135.761.410,35	178.039.648,86					
Capital	30.168.331,07	52.194.155,56	56.634.790,49	64.958.173,69	60.464.059,13					
TOTAL GERAL	661.214.461,50	780.247.113,17	840.221.974,47	911.003.652,85	1.040.968.910,36					
	79,61%	77,71%	76,95%	77,97%	77,09%					
	15,83%	15,60%	16,31%	14,90%	17,10%					
	4,56%	6,69%	6,74%	7,13%	5,81%					
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%					

Fonte: DGO/PROPLAN/UFSC.

Tabela 15 - Previsão orçamentária

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ensino, Pesquisa e Extensão	627.792.562,00	650.274.646,00	672.636.474,30	706.268.298,02	741.581.712,92	778.660.798,56
Outros Gastos de Pessoal	401.492.490,00	436.352.541,30	458.170.168,37	481.078.676,78	505.132.610,62	530.389.241,15
Reuni - Custeio	34.311.622,00	35.802.388,00	37.592.507,40	39.472.132,77	41.445.739,41	43.518.026,38
Reuni - Capital	28.692.354,00	33.433.267,00	-	-	-	-
TOTAL	1.092.289.028,00	1.155.862.842,30	1.168.399.150,07	1.226.819.107,57	1.288.160.062,95	1.352.568.066,09

Fonte: DGO/PROPLAN/UFSC.



INOVAÇÕES E INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS

4

4 INOVAÇÕES E INTERAÇÕES INSTITUCIONAIS

4.1 Inovações

A dinâmica tecnológica vem passando por grandes transformações nas últimas décadas, possibilitando as ocorrências de inovações radicais e incrementais, de abrangência ampla para vários setores econômicos e segmentos sociais. Nesse contexto, observa-se a intensificação da complexidade das novas tecnologias, fortemente baseadas no conhecimento científico, e a exigência de recursos humanos com elevado nível de qualificação.

Por outro lado, simultaneamente registra-se a intensificação da competição entre empresas numa economia globalizada. Essa competição exige das empresas capacidade de gerar, introduzir e difundir inovações de forma rápida, para que possam melhor posicionar-se em relação aos concorrentes no mercado. Assumem, portanto, relevância nos processos decisórios empresariais as ações estratégicas voltadas a impulsionar o desenvolvimento inovador, dado que o processo de inovação tecnológica está centrado na empresa. Para tanto, as empresas procuram interagir com instituições como universidades e centros de pesquisa para a realização de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que permita impulsionar sua competitividade.

Ainda neste contexto, as universidades desenvolvem atividades desde pesquisa básica, pesquisa aplicada e de desenvolvimento tecnológico. Por meio destas pesquisas, as universidades buscam aprofundar o conhecimento genérico sobre novas tecnologias, movendo-se muitas vezes na fronteira do conhecimento científico, sem vínculo com objetivos comerciais imediatos.

É importante considerar que as ações desenvolvidas pelas universidades no campo das inovações constituem eixos centrais nas políticas tecnológicas implementadas em diferentes países líderes da economia mundial. A existência, nesses países, de estímulos institucionais em favor da interação universidade-empresa impulsiona os processos inovadores e se torna requerimento indispensável no desenvolvimento do paradigma técnico produtivo atual. Cumpre, portanto, às universidades brasileiras de forma geral, e à UFSC, em particular, desenvolverem ações propositivas voltadas a impulsionar o processo inovador a partir de suas pesquisas.

A inovação tecnológica na UFSC tem como unidade gestora o Departamento de Inovação Tecnológica Social (DITS), um órgão da Pró-Reitoria de Pesquisa. O DITS foi criado para ser um elo profissional nas interações universidade-empresa. Sua função é coordenar as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo, nas atividades relacionadas à criação, adaptação, absorção e transferência de tecnologia e à propriedade intelectual.

Para o quinquênio 2015-2019, a UFSC buscará intensificar suas funções de geradora, transferidora e difusora do conhecimento em favor dos processos inovadores. Dentre essas, destacam-se as seguintes:

- a) revisão das políticas de propriedade intelectual e inovação da UFSC;
- b) gestão interna das políticas de propriedade intelectual e inovação da UFSC;
- c) estímulo à cultura de proteção à propriedade intelectual na instituição;
- d) transformação do Departamento de Inovação em Agência de Inovação da UFSC;
- e) incentivo e intensificação de mecanismos legais para impulsionar a transferência de tecnologias;

- f) estímulo à cultura de transferência de tecnologia a setores externos a instituição, principalmente a partir do desenvolvimento de projetos de P&D conjuntos e licenciamento de tecnologia;
- g) estímulo à educação empreendedora na UFSC;
- h) estímulo a incubadoras.

4.2 Interações institucionais nacionais e internacionais

A internacionalização é uma realidade irreversível das universidades no mundo inteiro. Nacionalmente, esta passará a ser um critério definidor de qualidade da graduação e da pós-graduação, inclusive para aporte de verbas públicas, expansão e avaliação de cursos. A UFSC tem um bom histórico no quesito internacionalização, e desfruta de uma posição confortável em qualquer *ranking* nacional sobre o tema, sempre entre os dez primeiros lugares.

Em torno de 2% dos estudantes da UFSC são internacionais, de intercâmbio temporário (graduação sanduíche) ou alunos convênios (PEC-G, PEC-PG, PAEC-GCUB), e 10% dos estudantes regulares da UFSC têm realizado intercâmbio no exterior. A UFSC deve ter como meta, ao final do atual quinquênio, um mínimo de 5% da população estudantil da graduação como internacionais e pelo menos 5% de seus alunos da graduação em intercâmbio, o que projeta 25% dos alunos terem experiência internacional. Na pós-graduação, pelo menos 50% dos doutorandos devem realizar sanduíche ou cotutela. Dentre os docentes, devem-se estimular as colaborações científicas internacionais, bem como oferecer também aos técnicos a oportunidade de aperfeiçoamento no exterior.

A INTERNACIONALIZAÇÃO QUE A UFSC QUER

Nos últimos anos as relações internacionais da UFSC tiveram um crescimento significativo. Vários novos convênios internacionais foram feitos, e a presença de estudantes internacionais na UFSC e de estudantes da UFSC no exterior tem aumentado bastante. Da mesma maneira, houve um grande aumento de missões, intercâmbios de ensino de graduação e pós-graduação e ações conjuntas de pesquisa. O programa do Governo Federal “Ciência sem Fronteiras” (CsF) foi o grande responsável pelo aumento dos últimos anos. Há, assim, várias ações de internacionalização, a maioria motivada por iniciativas de professores, grupos de pesquisa, programas de pós-graduação ou pela iniciativa individual de estudantes que desejam uma experiência internacional. Há também os programas governamentais e de agências de fomento, como o CsF e as bolsas-sanduíche para doutorandos. A SINTER procura assessorar os interessados, inclusive disponibilizando várias informações em seu *site*.

